J. W. Bautista Vidal
O
ESFACELAMENTO
DA NAÇÃO
2ª EDIÇÃO

Vivemos crucial encruzilhada, com o Estado sistematicamente vilipendiado, sem lideranças aceitas; com nossas mentes sob o domínio perverso do condicionamento da mídia; com um sistema político-partidário apodrecido; um judiciário omisso e corrompi- ' do; a economia sob a ditadura do (dólar e com risco de perder o rico

patrimônio natural mineral, genético e hidrelétrico, e ainda os instrumentos essenciais ao processo de industrialização; com parcela de nosso povo submetida ao genocídio da fome e à ameaça de morte ainda no útero das mães

RESTA-NOS congregar todos os brasileiros que tenham compromisso sagrado com a Pátria, civis e militares, de todos os recantos deste solo continental que é nosso, e dar um

BASTA aos omissos, aos pusilânimes, aos corruptos e corruptores, aos apátridas e aos traidores, aos oportunistas e aos vigaristas, sugadores implacáveis da renda nacional, e

REDIMIR nosso sofrido povo, pelos meios que a História ensina, com decisão e auto-estima, e a implantação de um Estado justo, poderoso e legítimo, essencial à construção solidária da que poderá vir a ser a mais bela civilização que o homem já viu neste nosso planeta de infortúnio.

O AUTOR:

José Walter Bautista Vidal é engenheiro com pós-graduação em física. Professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e Estadual de Campinas, ocupou várias funções de comando em governo estadual e federal. Foi o Iº Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil, na Bahia, aos 29 anos. Chefiou a Secretaria de Tecnologia Industrial com o saudoso ministro Severo Gomes e participou de conselhos nacionais das áreas industrial, ciência, tecnologia e educação, tendo fundado mais de trinta instituições nessas áreas. Foi o principal responsável pela criação do Programa Nacional do Álcool. E jornalista e autor premiado. Seu livro *De Estado sen'ila nação soberana*, da VOZES, recebeu o Prêmio Casa Grande e Senzala de Interpretação da Cultura Brasileira 1987/88. Assessora o Congresso Nacional, é consultor de vários organismos internacionais e coordena o Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB. Lutador das causas nacionais, é autor de centenas de trabalhos, artigos, conferências, ensaios e livros sobre as questões analisadas neste livro.

J. W. Bautista Vidal

O ESFACELAMENTO DA NAÇÃO

Apresentação de:
Barbosa Lima Sobrinho
e Antônio Carlos cie Andrada Serpa

2- Edição

VOZES

Petrópolis
1995

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Em poucas pessoas, entre nós, encontram-se reunidas qualidades como as que apresenta José Walter Bautista Yidal, particularmente o amplo conhecimento científico e, para valorizá-lo, a militância, no sentido da colocação do saber a serviço de nossa gente. Bautista Vidal tem se distinguido, no Brasil, assim, pela sua combatividade e pela sua participação na discussão dos nossos problemas, sempre movido pelo conhecimento e pela devoção aos interesses nacionais. Em sua passagem pelas funções públicas como pela cátedra universitária, esses traços ficaram claros. Fugindo ao isolamento acadêmico, voltado para a realidade brasileira, sua participação definiu-se, ao longo do tempo, pela compreensão da especificidade de que se revestem as soluções dos nossos problemas, notadamente na fase atribulada que estamos vivendo. A alienação, tão presente em tantos sabedores, encastelados em seus conhecimentos, mereceu dele sempre a repulsa decidida, variando por vezes a indignação ante os seguidores de modelos e copiadores de soluções externas, constantes no hábito de homens públicos, de ensaístas e de professores. Sua matéria é a realidade, aquilo que nos distingue, aquilo que deriva das condições aqui vigentes. Essa inequívoca posição, que tanto destaque merece, faz dele um dos mais válidos combatentes pelos interesses brasileiros.

Neste livro estão presentes as suas qualidades-mestras, as que lhe modelaram a personalidade e a definiram. Nem se

dispensa, em suas páginas, da veemência que funde o conheci mento e a paixão. Qualificando como alta traição a tarefa ainda em curso de esfacelamento do Estado, ele aprecia, passo a passo, detalhe a detalhe, o andamento desse processo. Começando por recordar sua própria carreira e a forma como procedeu em cada oportunidade, ele logo aborda um aspecto curioso e controverso: o da contradição entre o nacionalismo dos militares, que neles é como que intrínseco, e as decisões alienantes dos governos presididos, a partir de 1964. pelos nossos militares. É comum, hoje, por toda parte, denominar ditadura militar o referido regime. Bautista Vidal, neste trabalho. desvenda o paradoxo. O regime foi exercido por militares, realmente, mas as soluções dos problemas foram confiadas por eles a tecnocratas em cujo saber e patriotismo confiaram. Há que ver, como refere o autor deste livro, aquilo que pertenceu aos militares e aquilo que pertenceu aos que por eles foram chamados ao planejamento ou à execução de tarefas tantas vezes erroneamente conduzidas. Há que distinguir, pois. entre os militares no exercício do poder e as forças políticas e econômicas que, realmente, presidiram as suas ações e decisões. Bautista Vidal, consequentemente, alinha a análise de decisões dos governos militares que foram calcadas na preservação dos interesses do Brasil.

Ele passa a discutir, em seguida, a paulatina, mas sistemática, destruição do Estado, empreendida pelos tecnocratas alienados que buscavam soluções em modelos externos ou operavam em obediência a pressões externas. Daí a voga do chamado neoliberalismo. Essa falsificação de um conceito histórico, o liberalismo, que teve essa razão na época própria e historicamente condicionado, viria a transformar-se, pela propaganda intensiva, em doutrina que transferia ao mercado, tido como capaz por si só de solucionar os problemas, o poder antes delido pelo Estado ou em que o Estado tinha participação. 0 minucioso estudo de Bautista Vidal examina a fundo os principais aspectos de que se revestiu essa destruição do Estado entre nós e de que as privatizações em curso foram instrumento essencial, alienando o património público demorada e progressivamente construído com o sacrifício do povo brasileiro. O autor denuncia com particular veemência a ameaça que tal

desatino representa para instituições nacionais essenciais, como o Banco do Brasil, a Petrobrás e as próprias Forças Armadas.

Por último, mas não em importância, Bautista Vidal se ocupa da Lei das Patentes, esmiuçando, peça por peça, o que ela representará se concretizada. Porque, na verdade, tudo aquilo com que a natureza nos brindou - as riquezas vegetais e minerais - passará ao domínio externo das grandes corporações, devidamente patenteado. Passaremos, pois, a pagar pelo que é nosso. As privatizações, de um lado, e a Lei das Patentes, de outro lado, corresponderão à destruição do Estado e à liquidação da Soberania Nacional.

A campanha em curso, no fim de contas, importa em renegar o conceito de nação. O globo terrestre todo passará, no caso, a uma área única, sem fronteira, sem proteção, sobre a qual se estenderá, como único, o poder das grandes corporações transnacionais. Elas reinarão sobre essa imensa área e ditarão a lei. Claro que o nosso povo lutará para que isso não ocorra. Livros como o de Bautista Vidal representam um serviço patriótico, em defesa do que existe de nacional em nós.

Setembro de 1994
Barbosa Lima Sobrinho

Quando do seu primeiro livro *De Estado Servil a Nação Soberana*, dissemos que seria a *Casa Grande e Senzala* de nossa época e do professor Bautista Vidal, um humanista continuador da obra dos pensadores que. na Idade de Ouro da Espanha, haviam-se consagrado: Vives, Francisco Manuel. Vitória ou Suárez. Agora, o que me faz admirar neste descendente de galegos de Puenteareas é o patriotismo inflamado, esclarecido e sábio de brasileiro de primeira geração, magnífico exemplo para todos nós.

Aquele grito de protesto que parte da consciência dos que amam o Brasil - e vêem o povo brasileiro, sofredor e aflito, vítima da classe dirigente, egoísta e traidora, descompromissa- da do interesse nacional, está magistralmente expresso nos três

capítulos da obra do renomado expoente maior de nossa intelectualidade.

É um todo coerente e realista que desvenda à juventude brasileira e à nossa classe média, alienada, omissa e, principalmente, desinformada pela comunicação social, a serviço do anti-Brasil, a verdadeira situação mundial em nossa época e a demolição do Estado Brasileiro que vai ocorrendo.

Acima do Grupo dos Sete liderado pela América do Norte, à nossa vista, estão as grandes corporações, senhoras do Mundo. Uns e outros sufocam as suas contradições, geradas pelos interesses nacionais em conflito e pela busca do lucro a qualquer preço, para criar Nova Ordem Internacional e Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Com o domínio do fluxo de capitais financeiros, simples “papéis pintados”, que imprimem sem qualquer controle, desde Bretton Woods, e movimentam em segundos através do mundo, vão desapropriando todos os imensos patrimónios naturais do Terceiro Mundo pela secular deterioração das relações de troca, denunciada já nos escritos de J.M. Keynes, e por ações de sucursais das transnacionais instaladas nos próprios países.

Assim, o liberalismo, ressurreição de velhas ideias do “laissez-faire” e da mão invisível de Adam Smith - que deu à Inglaterra dois séculos de domínio do mundo - voltam à baila pelo “Consenso de Washington”, que passou a ser a linha de ação de nossos governantes. A maior ameaça presente será a eleição de Fernando Henrique Cardoso que, esquecido da tradição paterna e de tudo o que escreveu, propõe-se à “inserção” do Brasil no Primeiro Mundo.

Bautista Vidal explica detalhadamente o que será esta inserção: a desindustrialização do Brasil, sua transformação em fornecedor de matérias-primas, como já acontece com o Chile, a Argentina e o México. Além disso, a ameaça a nossa unidade, pois a chamada regionalização do comércio, estabelecida pelo NAFTA, permitirá aos investidores estrangeiros adonarem-se de regiões do Brasil, como os ingleses o fizeram com as vinhas e olivais de Portugal, como consequência do Tratado de Methuem, em 1703. Os direitos dos investidores serão absolutos quanto ã produção e ao comércio, apoiados ainda pela comunicação

social, com a cumplicidade de nacionais que se vendem ou se alugam. Será o fim da Unidade do Brasil.

Bautista Vidal desmistifica tudo o que o neoliberalismo vai metendo na cabeça dos brasileiros, por meio do controle absoluto da comunicação de massa a serviço do estrangeiro e indica como, nos próximos anos, esse domínio se ampliará, caso o Brasil não se defenda.

Mostra a imensa burla que é a chamada Lei das Patentes, quando os americanos, falsos propugnadores da liberdade do comércio, organizam poderosa reserva de mercado para suas corporações nas áreas de medicamentos, alimentos e insumos agrícolas, que lhes transferirá recursos anuais adicionais de cerca de 61 bilhões de dólares... É o que informa Noham Chomski do Instituto Tecnológico de Massachusetts - MIT. Por essa lei se apropriariam do maior banco genético do planeta - a Amazônia brasileira - pelo patenteamento dos seres vivos, condenado pela Igreja, um crime de lesa-Pátria e de lesa-Huma- nidade. Mostra também que por essa lei essas corporações controlarão a agricultura brasileira, pelas patentes de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. É esse projeto ominoso, a maior chantagem do século, que o relatório do Senador Anto- nio Mariz condenou, temporariamente, pois os compromissos públicos e reiterados de Fernando Henrique Cardoso são pela sua aprovação.

Com melancolia, ao relembrar as glórias no passado do Barão do Rio Branco e de contemporâneos, como Araújo Castro e outros, Bautista Vidal verbera a presente ação do ltamarati, transformado em agência de negócios. O Ministério das Relações Exteriores abandona sua tradicional postura de defesa intransigente do Brasil, submetendo-se à exigência americana de aprovar a desnuclearização, que os militares tantos anos recusaram, por meio do Acordo Quadripartite, que permite submeter o Brasil à Agência Internacional de Energia Atômica de modo gracioso, podendo sofrer a humilhação que foi imposta ao Iraque, neste caso somente após o massacre de trezentos mil iraquianos, em sua grande maioria população civil.

Agora, no Cairo, a partir de 5 de setembro de 1994, o mesmo ltamarati, à busca do consenso impossível entre a

verdade e a mentira, entre a virtude e o vício, leva o Presidente da maior nação católica a alinhar-se com os países ricos, genocidas, aceitando novos significados semânticos para definir a família e a independência da mulher em relação ao próprio corpo. Incentiva, assim, a divulgação do uso de todos os meios de controle da natalidade, sobretudo o aborto. Isso faz o Brasil confrontar geopoliticamente suas posições anteriores em Bucareste, em 1974, e no México, em 1984, permitindo que as nações hegemônicas promovam o envelhecimento das populações do Terceiro Mundo, o que perdida a dinâmica social natural, transformará seus povos em escravos conformados. Se os brancos da África do Sul tivessem esterilizado as negras, Mandela até hoje estaria na prisão...

Nova ameaça ao Brasil está em curso se o Congresso Nacional aprovar o estabelecido na oitava Rodada Uruguai do GATT, concluída em Marrakesh, em fevereiro de 1994, onde teve a aprovação do governo brasileiro. Mais um desserviço do Itamarati ao Brasil... É ameaça gravíssima pois, se isso ocorrer, tornar-se-ia até desnecessária a aprovação da Lei das Patentes - o que dela consta já está incluído no diktat da nova Organização Mundial do Comércio. O prato de lentilhas estaria na nomeação do Embaixador Ricupero para sua presidência, fato que provavelmente não ocorrerá por ser candidato ao mesmo cargo o presidente do México, Salinas de Gortari, já em final de mandato. Acentua Bautista Vidal que, para facilitar a espoliação dos países periféricos, a OMC planeja estender sua atuação a outras áreas que nada têm a ver diretamente com comércio internacional, como áreas sociais e de legislação trabalhista. A outra séria ameaça externa ao Brasil seria a sua inclusão no NAFTA.

Mas o livro de Bautista Vidal é ainda mais rico de ensinamentos quando explica como os tecnocratas - principalmente esses economistas com as cabeças formadas em universidades americanas - têm inviabilizado o País mais rico da Terra, habitado por raça cósmica e capaz de compreender e relacionar-se com o mundo do amanhã.

Infelizmente, nossos presidentes militares, homens dignos e honrados, foram Chefes de Governo nominais, Comandantes

das Forças Armadas que entregaram o real poder a tecnocratas como Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, representantes do poder econômico dos banqueiros, grandes empresários e corporações transnacionais. Esses ministros acentuaram a dependência externa do modelo econômico de Juscelino ao darem predominância aos aspectos financeiros de controle externo e à concentração da renda a favor dos patrões internos e externos. Assim, despojaram o povo brasileiro dos benefícios do crescimento econômico, o que levou o presidente Médici a afirmar: "O País vai bem, mas o povo vai mal".

Com a chave do cofre, os tecnocratas julgaram-se onipotentes. Acabaram com a autonomia dos Ministérios-fim e reduziram o Poder à Fazenda e ao Planejamento, ou seja, exclusivamente ao financeiro. Ignoraram o problema tecnológico, não compreenderam, ontem e hoje, que os pacotes tecnológicos exógenos só serviam para aumentar a dependência do País e, como consequência, acentuaram o fluxo de recursos para o exterior. Subsidiárias de corporações transnacionais passaram a ocupar, como consequência, o controle dos setores dinâmicos da economia.

Na exposição do problema tecnológico e sua alta significação para o País, o livro de Bautista Vidal é de uma clareza diáfana. Da ignorância dos tecnocratas nessas questões resultou a criação de parque industrial tão desarticulado quanto dependente, sem estar vinculado à abundância de nossos fatores.

Ainda hoje falam os tecnocratas, cegos e surdos a ensinamentos tão repetidos, em compra de tecnologia, quando o que se compra são pacotes tecnológicos que trazem no seu bojo as características e conveniências de toda ordem dos países e corporações de origem, estranhas às vantagens comparativas oferecidas pelas condições e recursos naturais brasileiros. Dispondo do real Poder, graciosamente dado pelos militares, fizeram e continuam fazendo até hoje muito mal ao Brasil. A soberba autossuficiência desses economistas, que ignoram o Brasil e suas elevadas potencialidades, manteve e acentuou a natureza perversa do modelo econômico dependente.

O modismo do Estado mínimo virou meta para empresários e banqueiros impatriotas e ignorantes de seus próprios interesses. A etapa final, na melhor das hipóteses, será a transformação do Brasil em colônia, sem necessidade de ocupação militar. Pior ainda será o total esfacelamento da Nação.

Após desmistificar o problema tecnológico, Bautista Vidal estende sua mordaz crítica ao que chamam "procura da produtividade" e mostra como dessa busca já resultou, somente nos países ricos, 34 milhões de desempregados. Problema insolúvel para eles, o que os leva a agravar a espoliação dos países periféricos, criando gigantesca massa de desempregados e apocalíptico genocídio. Ao mesmo tempo, fecham suas fronteiras e ressuscitam o racismo e o nazismo.

Quanto ao Brasil, de capital escasso e mão-de-obra abundante, fica evidente a irracionalidade desse índice que visa o desemprego, a título de aumento de competitividade, esquecido que o objetivo do Estado é assegurar o Bem Comum.

Bautista Vidal explica a origem das duas dívidas, a externa e a interna. A primeira, coroa de louros do senhor Simonsen, e a segunda, do senhor Delfim. Após havermos pago, entre 82 e 92, cerca de 130 bilhões de dólares pelo serviço da dívida externa, pelos danosos acordos assinados por Fernando Henrique Cardoso e em má hora aprovados pelo Senado, pagaremos ainda mais 18 milhões de dólares anuais, durante trinta anos... Quanto à segunda, impatrioticamente dolarizada pelo governo ítamar para criar o *real,* os juros a serem pagos, em "rolamentos" de curto prazo, inviabilizarão o Plano Real ou qualquer outro que venha a sucedê-lo.

Bautista Vidal deixa evidente e claro que o Brasil transformou-se em refém do sistema financeiro internacional e, internamente, dos bancos privados, cuja participação já é de 17% do PIB, ultrapassando de muito os usuais 5% nos países ricos. Explica ainda por que não há recursos para promover o necessário reaparelhamento das Forças Armadas, essencial para a defesa da Amazônia ameaçada; para pagamento dos justos salários de civis e militares e, bem assim, para a saúde e educação do povo. Quantia crescente do Orçamento da União,

tendo chegado a 67% em 1993, destina-se ao pagamento dos serviços das duas dívidas, especialmente a da interna.

É, no mínimo, curioso que não ocorra ao governo dar ordens a essa fortaleza da corrupção que é o Banco Central, dominado pelos bancos privados e patrões estrangeiros, para que promova um novo perfil da dívida interna. Pelo contrário, com a criação do *real* promove-se sua conversão a dólares...

A explicação da espoliação de países periféricos pelas nações hegemónicas é, talvez, o ensinamento mais esclarecedor e fecundo deste novo livro de Bautista Vidal. Vendo esgotarem- se seus recursos naturais e diante de uma crise energética insolúvel, as potências econômicas precisam das terras tropicais do Terceiro Mundo, daí a "lei das patentes", a ameaça sobre a Amazônia brasileira, sobre as nossas empresas de economia mista estratégicas e as intervenções militares que vêm ocorrendo em outras partes.

A conclusão do livro é um hino de fé e de confiança nos destinos do Brasil. Se esses maus brasileiros que conduzem nosso destino há tanto tempo não conseguiram ainda destruí-lo, é a melhor prova de que a existência de um Projeto fundamentado na poderosa Vontade Nacional poderá fazer do Brasil a grande nação do século XXI.

Se a China e a índia, com tantos fatores adversos, conseguem levar avante um Projeto de Nação, é evidente que, mercê de Deus, quando o povo brasileiro, em todas suas camadas, empresários comprometidos com os destinos nacionais, a classe média e, muito especialmente, a juventude lerem e compreenderem o livro do professor Bautista Vidal, certamente delenderão a qualquer preço a marcha que leva o imbatível *PROJETO NACIONAL,* em prol do Brasil.

Setembro de 1994 General
de Exército Antonio Carlos
de Andrada Serpa

Capítulo I

40 ANOS DE PARADOXOS E CONTRADIÇÕES

ò

UM DEPOIMENTO

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 40 anos, desde o início do governo de Juscelino Kubitscheck até os dias atuais, compreendendo os 30 anos do regime militar e o que se denominou abertura "democrática", o Brasil sofreu profundas transformações. Neles vivemos a era desenvolvimentista de Juscelino em que foi implantado o modelo de crescimento econômico dependente e a tentativa de reformas de base de Jango. Vivemos também o neoliberalismo mais escancarado da fase Collor que, de uma maneira ou outra, persiste com Itamar Franco. Tivemos também a fase anódina, desagregadora de Sarney, autotitulada "Nova República". Sem nenhuma dúvida, apesar da enorme diversidade de enfoques políticos de suas diferentes fases, há algo em comum em todo esse período.

Esse algo em comum é o afastamento cada vez mais intenso de um projeto de Nação para o Brasil - de um *Projeto Nacional* - que vínhamos construindo desde o início da década dos anos 20. Foi exceção nesse afastamento o breve interregno do governo de João Goulart. Dominado pelo peleguismo sindical, constituiu-se em tentativa frustrada de voltar a dar prosseguimento a esse projeto, por não reunir condições nem dispor de estratégias eficazes para enfrentar as forças antinacionais.

Na realidade, o modelo de crescimento econômico dependente inaugurou este período que já se estende por 40 anos de internacionalização da economia brasileira e que teria seu fecho com a dita inserção no Primeiro Mundo, a globalização econômica e o fim da nossa História, para usar os chavões neoliberais. O que se tem verificado, porém, é o aumento da miséria de nosso povo e das dificuldades para levar avante nosso projeto de nação e, desde 1979, o desmonte institucional e ético do Estado brasileiro.

Não é fácil, no entanto, identificar o elo comum ao longo desse período, se não for escolhido como base de análise um setor sensível e estratégico do mundo contemporâneo em que as características de dependência e, como consequência, de subjugação fiquem facilmente evidenciadas. À guisa de depoimento, escolhemos o setor tecnológico, por ser o que melhor conhecemos e o que reúne, a nosso entender, essas características.

É necessário ainda aprofundar essa análise na fase do regime militar, tendo em vista os paradoxos e as contradições entre a tradição nacionalista dos militares e a natureza entreguista do regime. A complexidade dos acontecimentos dessa fase de envolvimento dos nacionais em questões ideológicas da "guerra fria", que no fundo refletiam os interesses das duas superpotências, perturba sobremaneira a identificação do que interessa para o Brasil. Por isso. foi evitado neste livro o envolvimento com essas questões ideológicas que dividiram a sociedade brasileira e dificultaram, se não impediram, o prosseguimento do Projeto que vinha sendo construído desde os anos 20.

Acreditamos não haver decorrido tempo suficiente para realizar-se análise isenta e completa sobre o período militar, embora já se tenham passado dez anos de seu término. Feridas ainda estão abertas e muitos de seus atores estão vivos, sujeitos às emoções de suas vivências, aos preconceitos ideológicos da época e a uma visão dos acontecimentos ainda não depurada pelo tempo.

E, entretanto, muito oportuno e necessário que os depoimentos desses atores sejam recolhidos porque serão sobre eles que se recomporão os fatos e escrever-se-á a história. Os depoimentos são sempre de natureza pessoal, nas circunstâncias vividas, mesmo porque, como afirma José Ortega y Gasset: "O homem é visto de modo amplo e profundo quando considerado no contexto de suas circunstâncias. É do conjunto das ações dos homens e suas circunstâncias que se faz a história.

Este depoimento restringe-se ao campo da tecnologia que, embora amplo, estratégico e decisivo no jogo do poder mundial, não se localizava no centro dos conflitos de 64. Depois, com a evolução do regime, foi-se tornando mais e mais importante, a

ponto de ter sido o que mais avançou no período e o primeiro setor do Estado brasileiro a ser objeto de desmonte, iniciado no último governo militar.

2. A GERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS ANOS 50. OS CIENTISTAS, O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS E A UNIVERSIDADE DE STANFORD. O MODELO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em março/abril de 1964, com 29 anos de idade, dirigíamos o Departamento de Física do Instituto de Matemática e Física e ensinávamos Física na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Havíamos regressado, no segundo semestre de 1963, de um longo período nos EUA, em programa de pós-graduação (doutorado), na Universidade de Stanford.

Para nossa desvantagem, em todo o período de graduação e pós-graduação não tivemos participação efetiva em política estudantil, embora víssemos com simpatia quem dela participava. A influência de meus pais, imigrantes que tiveram de enfrentar duras condições iniciais, aspirando dar educação superior aos filhos, talvez explique parcialmente esse caminho.

Quando ocorreu 64, não fomos diretamente atingidos. O mesmo não ocorreu com alguns auxiliares na Escola de Engenharia, aos quais procuramos proteger. Jovens como eu lutavam para construir um Brasil melhor, não colonizado. Isso era suficiente para que fossem colocados na categoria de suspeitos por aqueles que, oportunistas, se aproveitavam da situação. Na escuridão, todos os gatos são pardos...

Pertencemos a uma geração de jovens estudantes universitários que, muito antes de obter o diploma, já vislumbrávamos as alternativas de trabalho. Cerca de 70% de meus colegas na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia já estavam compromissados em trabalhar na PETROBRÁS, em plena expansão e com grandes desafios pela frente. Pessoalmente, optamos por realizar a pós-graduação em física, não por falta de trabalho, mas por aspiração profissional, estando, então, a

energia nuclear em destacjue mundial. Relembi amos esses aspectos com tristeza ao constatar o que. sem qualquer justificativa válida, fizeram com o Brasil, lamentando a falta de perspectivas de trabalho que hoje existe para os jovens, fruto de um modelo econômico antinacional.

No período entre 1964 e 1969 nos dedicamos integralmente a atividades acadêmicas, objetivando criar na UFBA ensino e pesquisa em física avançada. Para isso trouxemos da Universidade de São Paulo brioso grupo de jovens físicos e enviamos outros, recém-formados, para estudos de pós-graduação em centros mais importantes. Entre eles. 29 terminaram o doutorado em algumas das melhores universidades do Ocidente.

Simultaneamente, fundamos: o Instituto de Física, instituto básico da Universidade: o Centro de Computação, com o primeiro computador, um IBM-1130; o Centro de Pesquisa em Fracas Radioatividades e o Centro de Ensino de Ciências da Bahia - CECIBA este último para treinar professores secundários em ciências naturais e matemáticas, com os novos métodos de ensino que resultaram da reação do Ocidente ao vitorioso lançamento do "sputnik" pela União Soviética. Mais de 200 professores foram treinados, o que ocasionou uma revolução no ensino das ciências, acolhida com grande entusiasmo pela mocidade, sobretudo naquilo que se referisse ao conhecimento da natureza. Como decorrência, as Feiras de Ciências proliferaram. Como sempre tem ocorrido nos casos de sucesso, o CECIBA foi posteriormente desmontado.

Com o objetivo de darmos vocação local ao ensino e à pesquisa em física, montamos, em convênio com a PETROBRAS, o Curso de Especialização em Geofísica, por meio do qual treinamos os 67 geofísicos dessa empresa que tiveram papel importante na descoberta de petróleo na plataforma continental e, mais tarde, em mar profundo. Até então os serviços de geofísica da empresa eram realizados por firmas estrangeiras. Posteriormente, esse curso transformou-se em centro de pós-graduação e pesquisa em geofísica, o mais importante do Hemisfério Sul, com contribuições no desenvolvimento de novos métodos de prospecção de petróleo no continente.

Na mesma época, participamos intensamente da Reforma Universitária e do planejamento dos novos institutos de ciências básicas e matemática por ela criados e construídos no campus universitário. Como se pode verificar, foi um período de trabalho frenético, de avanço, que teve como paradigma a experiência da Universidade de Brasília. A equipe que na Bahia levou avante a Reforma fundamentou-se nos princípios que nortearam a criação dessa inovadora Universidade, embora ela estivesse, então, em processo de esvaziamento. Quando a excelente equipe de físicos da UnB pediu demissão, o reitor da UFBA, Miguel Calmon du Pin e Almeida, por nossa indicação, convidou a equipe para ir para a Bahia. Os professores Tiomno e Salmerón lá estiveram para combinarem o deslocamento. Infelizmente, problemas pessoais impediram a transferência da equipe.

O fato de a UnB estar sofrendo processo de desmantelamento, por complicações com o regime militar, não impediu que outras universidades a tomassem como modelo, revivendo o que estava sendo destruído. Esse exemplo mostra que o regime não se constituía em sistema monolítico e que sua ação dependia muito da visão dos atores envolvidos.

Ainda que alguns setores estivessem envolvidos no jogo ideológico da "guerra fria" e, portanto, não necessariamente vinculados aos interesses brasileiros, muitos militares com participação direta em 64 eram nacionalistas. Não importa, neste momento, saber das intenções - são coisas do passado -, mas considerar os fatos; ou seja, os resultados.

O primeiro governo militar, no entanto, entregou parcela ponderável do poder a conhecido agente de interesses externos, o senhor Roberto Campos, de tenebrosa história. Essa tendência tornou-se quase uma constante nos governos que deram prosseguimento ao regime, com Delfim Netto, Mário Simonsen, Reis Veloso, entre outros; e o mesmo ocorreu na chamada fase de abertura, com Francisco Dornelles, Maílson da Nóbrega, Zélia Cardoso de Mello, Marcílio Marques Moreira e Fernando Henrique Cardoso, perdurando até hoje.

Ou seja, os tecnocratas foram levados ao poder pelos militares. Enraizaram-se nele e hoje dominam a vida nacional

pela ditadura financeira, que destrói o econômico e o social, sem qualquer vinculação com a realidade do País e sem compromisso com a Nação, nem com nossa cultura.

Diplomado em engenharia e antes de seguir para Stanford, realizamos, nos anos 1959/61, trabalhos de pesquisas em física no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, sob a orientação do cientista austríaco Guido Beck. Esse Centro reunia um grupo extraordinário de físicos brasileiros de nível internacional, como Cézar Lattes, Jayme Tiomno, José Leite Lopes, entre vários outros, todos imbuídos do ideal patriótico de dar ao Brasil um nível científico comparável aos melhores do mundo.

Esses cientistas, conceituados internacionalmente, sofriam restrições por parte de dirigentes ditos conservadores que nada conservaram salvo o que era contra nosso futuro, nossa gente, nossa cultura. Fascinados por tudo o que vem do mundo hegemônico, ignoram e desprezam o que é nosso. Mais do que conservadores, são principalmente deslumbrados e servis. Não admitem entre os brasileiros os que igualam e até superam seus equivalentes nos países ricos. Assim, consideram nossos melhores cientistas, por serem homens independentes, admirados e respeitados em toda parte, como homens de "esquerda", havendo nisso uma conotação pejorativa que nas circunstâncias da época era mais perigosa: a de serem comunistas.

Esses cientistas eram cidadãos brasileiros que tinham trabalhado em organizações de elevado prestígio internacional, tipo Instituto de Estudos Avançados de Princeton, e nas melhores universidades do mundo. Alguns com seus nomes inscritos na história da Ciência. Na verdade, são indivíduos altamente capacitados, profundamente comprometidos com o futuro do Brasil, que não se subordinam à mentalidade colonial da classe dirigente brasileira. Por tudo isso. eram considerados inimigos do poder que nos subjuga e, como consequência, comunistas, na terminologia típica da "guerra fria": ou se subordinavam a um dos lados da bipolaridade, ou eram classificados como pertencentes ao lado oposto. Não havia meio termo. A hipótese de estarem comprometidos com a cultura e

os interesses de seu povo, não aceitando ideologias de qualquer dos lados da dominação, não era cogitada.

Quando ocorreu 64. alguns desses cientistas foram presos e tiveram de responder a inquéritos policial-militares, outros foram para o exterior, para alguns dos principais países capitalistas, onde foram muito bem recebidos. Sucedia, entretanto, que alguns inquiridores, entre aqueles de maior visão, terminavam se identificando com o idealismo patriótico dos acusados, admirando sua coragem e sua dignidade; terminavam os inquéritos congratulando-se com os supostos "comunistas". Não esqueçamos, no entanto, que o ambiente estava envenenado e que, como a história ensina, o lado sórdido das sociedades em tais circunstâncias procura tirar vantagens pela via da subserviência e da delação.

Foi a convivência com esse grupo excepcional de cientistas que começou a despertar nossa atenção para o jogo em que certos países se atribuem o papel de dominar outros, contando para isso com a conivência de nativos servis, sem amor ã sua terra. Esse entendimento foi aprofundado em Stanford. cujo Departamento de Física estava diretamente envolvido nos fundamentos científicos de algumas das principais armas da "guerra fria". Wolfgang Panovsky, uma espécie de ministro de assuntos nucleares do presidente Kennedy, era nosso professor, assim como três prêmios Nobel.

Vivia-se no Departamento questões centrais do poder mundial. Nas proximidades de Stanford, estavam localizados importantes centros industrial-tecnológicos com implicações militares diretas. Em torno à Universidade, estava-se montando o que depois veio chamar-se o "vale do silício", que liderou a revolução mundial em informática.

Eram nossos colegas da Universidade os que, com o suporte essencial de grandes programas do governo americano (nuclear, espacial, de mísseis etc.), começavam a montar esse sofisticado parque industrial e de serviços. Hoje, o Vale do Silício representa um faturamento anual de cerca de cem bilhões de dólares.

Pelo Departamento de Física de Stanford circulavam, no início da década dos 60, figuras centrais do poder mundial.

Respirava-se a mesma atmosfera de sentimento nacional que tínhamos vivido no CBPF, no Rio, embora, como era natural nas circunstâncias, com forte polaridade ideológica. No entanto, lá, nenhum cientista foi jamais considerado inimigo por ter o sentimento nacional aguçado; ao contrário, eles eram reverenciados como heróis da luta contra o comunismo que, na visão deles, era o inimigo.

Essa constatação põe em evidência que as coisas ocorrem de modo diferente nas colônias e nas metrópoles. E, todos os que vivemos essas circunstâncias e que por motivos culturais e espirituais não estávamos "deslumbrados" com os EUA, revigoramos nosso patriotismo, a que éramos induzidos até pelo próprio exemplo. Somos antes de tudo brasileiros e temos de honrar essa condição, não somente como uma questão de dignidade pessoal e de compromisso com nossos filhos, mas acima de tudo por imperativo existencial.

3. PARADOXO ENTRE O NACIONALISMO DOS MILITARES BRASILEIROS E O ENTREGUISMO DO REGIME. IMPLANTAÇÃO E DERROCADA DOS REGIMES MILITARES NA AMÉRICA IBÉRICA

Por tudo isso, é necessário que entendamos, de uma vez por todas, a questão que está no âmago do paradoxo entre o nacionalismo dos militares brasileiros e o entreguismo do regime militar de 64. Não sendo exclusivo dos militares, esse conflito permeia a sociedade brasileira como um todo. Há muitas evidências a mostrar que os mais perseguidos durante o regime militar, sempre devido ao clima da "guerra fria", foram os nacionalistas, inclusive dentro da própria corporação.

A bipolaridade entre o comunismo materialista e o capitalismo consumista, também materialista, colocava todo aquele que não servia aos interesses do Tio Sam como estando do outro lado, mesmo que fosse um fervoroso católico. Era como se a evolução autônoma do Brasil correspondesse a um perigo, a uma possibilidade de bandear-se para o lado oposto. A campanha de "O petróleo é nosso" é um exemplo claro. Todo

aquele que participou ativamente dessa campanha patriótica veio a sofrer posteriormente perseguições da “direita”, identificada com o regime militar.

O mais paradoxal é que foi no período militar que a PETROBRÁS teve a sua estrutura integrada e consolidada, criando os parques petroquímicos e de fertilizantes, descobrindo importantes reservas e principalmente adquirindo a competência necessária para enfrentar as descobertas da plataforma continental e do mar profundo, neste caso transformando-se em detentora da melhor tecnologia mundial.

Ademais, a política de substituição de importações, que tomou corpo no período, permitiu amplo desenvolvimento da indústria nacional, especialmente nos setores de bens de capital, insumos básicos e energia. Igualmente, foi no período militar que as empresas de economia mista básicas e estratégicas ocuparam espaços econômicos importantes. De outra maneira teriam caído em mãos de corporações transnacionais ou não teriam desempenhado o papel que delas se esperava dentro de um Projeto Nacional.

Foi nesse período, graças ao presidente Geisel, que o Brasil rompeu os acordos militar e nuclear com os EUA, o que permitiu amplo desenvolvimento industrial, especialmente em áreas sensíveis, algumas delas posteriormente desmanteladas com o avanço do neoliberalismo. O acordo militar de 1952 resultou de pressão norte-americana sobre Getúlio Vargas na fase de seu governo constitucional, com o protesto do general Estillac Leal. O cumprimento desse acordo imobilizou durante longo período o desenvolvimento industrial brasileiro em setores essenciais à competição e à autonomia tecnológica. O poder nuclear estava definido desde quando os norte-americanos lançaram as duas bombas atômicas sobre o Japão. A ruptura do acordo com os EUA, nessa área, também libertou nosso País da camisa de força em que se encontrava. O programa nuclear com a República Federal da Alemanha, que essa ruptura possibilitou, não deixou de ser um ato de soberania, infelizmente, porém, seguiu a norma do modelo econômico dependente do ponto de vista tecnológico, o que veio a constituir-se em opção energética equivocada e alienante e, também, em péssimo negócio.

Foi, entretanto, no mesmo período que se autorizaram os "contratos de risco", em afronta ao monopólio estatal do petróleo, posteriormente rejeitados pela Constituição de 1988.

Começou a implantar-se, contudo, no mesmo dia, o modelo energético independente, com fontes renováveis nacionais, além de um parque produtivo de bens de capital, com empresas de capital brasileiro. A independência de uma nação somente pode ser alcançada quando ela sabe fazer suas próprias máquinas, ou seja, dispõe de uma indústria de bens de capital própria. Esses exemplos mostram que existiu, portanto, forte dicotomia de poder dentro do regime, que promoveu paradoxais resultados.

É sintomático que a derrocada dos regimes militares na América Ibérica ocorresse de modo quase simultâneo, como se fizesse parte de um mesmo processo (Argentina, Brasil. Chile etc.). Os movimentos que anteriormente deram origem a tais regimes também se deram com a mesma característica. E, em todos os casos, tanto na implantação como no declínio, ocorreram com a participação, para não dizer a intervenção, direta norte-americana. Em alguns casos, de modo ostensivo. Por outro lado, a abertura, a "democratização", veio associada à intensificação de devastador processo neoliberal, que: destruiu o parque industrial argentino; fez o Chile voltar ao século XIX e está desmontando, desestruturando o nosso parque produtivo. No caso brasileiro, no entanto, sempre houve e continua havendo resistência. A oposição ao avanço neoliberal ficou claro no caso da ilegítima revisão constitucional que, felizmente, foi interrompida, graças a essa resistência. Ela visava transferir para o controle externo nossos grandes patrimônios naturais, minerais e energéticos, e as empresas de economia mista estratégicas, instrumentos essenciais ao nosso desenvolvimento, além de pretender o controle das comunicações e do petróleo, pela ruptura dos respectivos monopólios estatais.

Como se fosse pouco, ainda queriam descaracterizar, por alteração constitucional, a conceituação vernacular e jurídica de empresa nacional. Tudo isso acompanhado do estabelecimento de reserva de mercado monopólica sobre nosso excepcional patrimônio genético (avaliado em 90% do patrimônio do

planeta) para um grupo de corporações transnacionais, por meio da chamada Lei das Patentes.

As pretendidas mudanças constitucionais e essa lei, naturalmente, definem um quadro assustador, pois, além de retirar instrumentos cruciais de ação do Estado, promovem a perda de patrimônios essenciais à nacionalidade. E, como sabemos, não existe Pátria sem patrimônio.

Reportando-nos ao período militar e mais especificamente ao final de seu penúltimo governo, é digna de lembrança a famosa frase de Henry Kissinger: *"Não admitiremos um outro Japão ao sul do Equador*", em clara referência ao Brasil. A partir daí, e ainda no último governo militar, começou o processo de descrédito e desmonte do Estado - haja vista o Projeto II com 45 bancos americanos. Teve sua culminância no governo Collor e prossegue, como se nada de muito grave estivesse ocorrendo, no governo Itamar Franco.

Essas evidências nos levam à necessidade de aprofundar a questão da responsabilidade constitucional dos militares face à soberania nacional. A visão de que lhes cabe exclusivamente preservar as fronteiras e a defesa do território de agressões militares externas não corresponde mais à realidade do mundo contemporâneo. Hoje, a guerra se processa nos campos econômico-financeiro, tecnológico, ambiental, moral e, especialmente, nos meios de comunicação de massa.

Enquanto a maioria dos militares tem posição nacionalista, o regime militar de 64, com ilhas de exceção, seguiu política entreguista, ao contrário do regime militar getulista. Há, portanto, que compreender as razões desse paradoxo, resultante, em parte, da "guerra fria" e, como consequência, do temor ao comunismo. O argumento de que o comunismo é materialista e anticristão, colidindo com nossa cultura, não tem fundamento, pois o capitalismo consumista é também materialista e anticristão. Evidentemente, nem todos os militares são nacionalistas. Podemos distinguir aqueles que adotam posição exclusivamente profissional, como se isso fosse possível, especialmente no contexto da "guerra fria". Ou que pudessem abrir mão de seus compromissos constitucionais de cidadania quando está em jogo a soberania nacional, podendo, deste

modo, serem usados passivamente como instrumentos de interesses antinacionais. Há evidentemente os que, embora em nítida minoria, seguem, claramente, a defesa de interesses hegemônicos, em detrimento de nossa soberania.

Por tudo isso, merecem destaque os militares da linha nacionalista que tiveram papel importante em todo o período como intransigentes defensores de nossos interesses, em um regime que, sendo militar, tinha forte componente entreguista. Muitos deles pagaram com o preço de suas carreiras a patriótica atitude que adotaram.

Ao confundir tudo aquilo que não fosse capitalismo a serviço dos EUA com desvio à esquerda, permitiu-se descaracterizar, nos países dependentes, o que são suas necessidades, interesses, aspirações e cultura. Assim ocorrendo, a procura dos caminhos nacionais e as ações que objetivam construí-los entram em confronto com a orientação ideológica de servir à metrópole hegemônica. As classes dirigentes desses países, formadas nessa ideologia, excluem todos aqueles que não [1] seguem a mesma cartilha.

Quando os militares - com o apoio político dos EUA - tomaram o poder em 1964, rompendo a ordem constitucional, diante da montada desordem do governo Goulart, entregaram parcela do poder real, já no primeiro governo, a preposto dos americanos de pouco ou nenhum escrúpulo, o senhor Roberto Campos. Como vimos - ele e o que ele representa -, encaminhou a indicação de seus sucessores que vêm aumentando, desde então, esse poder.

Assim, os principais marcos institucionais da dependência - o Tratado de Bretton Woods, em 1944, e o “Modelo” de Crescimento Econômico Dependente, da era Juscelino - tinham agora agentes credenciados comandando a máquina governamental. Alto funcionário do governo norte-americano chegou a afirmar que o Brasil era uma nação muito importante para ser controlada de longe, como o fez o mercantilismo inglês no século XIX. Era necessário, portanto, ter colaboradores em estratégicos postos governamentais, ou seja, agentes do próprio poder hegemônico. Evidentemente, essa tática não é

exclusiva do período militar, tendo ocorrido antes e depois desse período.

O regime militar, entretanto, não implantou um modelo económico novo, mas apenas exacerbou o modelo dependente existente desde a era Juscelino. Abriu-se, deste modo, o mercado brasileiro a grandes corporações transnacionais que aqui se implantaram com elevado protecionismo e concessões de imensas benesses: subsídios, incentivos de toda ordem e garantia de rigorosa reserva de mercado. Essas corporações se instalaram e cresceram, ocupando estrategicamente as áreas dinâmicas de nossa economia, praticamente à custa de poupança interna. A proteção que lhes foi dada jamais alcançou idêntica proporção quando se tratava de setores em que empresas de capital nacional eram predominantes. Isso foi evidente com os setores automobilístico, elétrico-eletrõnico etc.

A primeira vez que se criou um protecionismo interno foi no caso de um subsetor da informática - o de minicomputadores -, e todos conhecemos a reação contrária a que deu origem, promovida por tartufos nativos. Onde, porém, o modelo estabeleceu processo perverso e suicida para nossa autonomia foi no campo tecnológico, definindo-o como dependente de corporações ligadas à nações hegemônicas. Isso era colocado para a população sob o falacioso chamariz do slogan eleitoreiro: "Crescer cinquenta anos em cinco". Infelizmente, Juscelino Kubitschek somente veio a dar-se conta dos aspectos negativos dessa opção quando já tinha deixado o governo. Tentou voltar para corrigi-los, mas não lhe foi permitido.

4. A REVOLTA ESTUDANTIL DE 1968. A Iª SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O CEPED. A SBPC E A CAPES. O PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

Em 1968, como diretor do Instituto de Física da UFBA, vivemos a revolta estudantil de âmbito mundial. O instituto foi ocupado pelos estudantes que lá se estabeleceram por um longo período. Só um pequeno grupo de professores era aceito

pelos estudantes, entre os quais o diretor. Depois disso veio o trágico Ato Institucional nº 5.

Em 1969, fomos designado membro titular do Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), órgão principal da promoção da pós-graduação nas universidades brasileiras. Desse Conselho faziam parte cinco reitores e pesquisadores de reconhecida independência. A CAPES, instituição fundada por Anísio Teixeira, foi a grande responsável pelo aperfeiçoamento do corpo docente de nossas universidades e pela estruturação dos seus cursos de pós-graduação.

Depois vieram, com mais recursos, o CNPq e o FUNTEC do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Com esses instrumentos conseguiu-se montar, em tempo recorde, um extenso programa de pós-graduação. Não havia falta de recursos financeiros para esse fim. O Conselho da CAPES, que mantinha o comando da instituição, não aceitava intromissão da Diretoria de Ensino Superior, a quem supostamente estaria subordinada, nem de qualquer outra origem. Em várias ocasiões enfrentamos, vigorosamente, tentativas de intervenção extra-Con- selho, muitas delas supostamente em nome do regime.

Ainda em 1969 fomos designado, pelo Governador Luís Viana Filho, Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, a primeira Secretaria de Estado dessa natureza no País. Nossa reação inicial foi declinar do convite, porque considerávamos impossível levar avante tal missão no contexto político. Manifestamos lealmente essa posição ao governador. Sua reação foi imediata: “Você está se referindo à politicalha e não à política. Se não tivesse condições de criar essa Secretaria isenta de politicalha, eu não a criaria. Foi precisamente por isso que o chamei para ocupá-la.” Era a primeira vez que o encontrava, o que ocorreu no saguão do Copacabana Palace, no Rio. Luís Viana Filho cumpriu rigorosamente sua palavra. Os equívocos que eventualmente tenhamos cometido, como Secretário, são da nossa exclusiva responsabilidade.

Acumulávamos as funções de Secretário de Estado com a de Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) quando, em 1970, se realizou na Bahia

sua reunião anual. Tivemos a responsabilidade local de coordenar a reunião, com mais de três mil participantes de fora do Estado, enquanto a rede hoteleira não dispunha então de quinhentas acomodações. A sociedade baiana foi generosa em acolher o excedente em suas residências, conventos e escolas. Não preciso dizer que o mundo científico, na sua habitual irreverência, não poupou a natureza do regime. Isso não impediu que seus trabalhos fossem encerrados serenamente pelo Governador do Estado.

Nessa fase, estava iniciando a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, com a elaboração dos estudos necessários pelo grupo de Rômulo Almeida. Tivemos, então, os primeiros contatos com industriais, nacionais e estrangeiros. Para poder planejar a ação da Secretaria, formamos um grupo de ex-alunos para estudar as potencialidades do Estado e levantar suas prioridades. Identificamos que cerca de 80% do seu potencial industrial estava relacionado aos setores químico-petroquímico e metalúrgico e. no campo social, ao setor de alimentos tropicais, especialmente frutas. Para esse fim planejamos o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia (CEPED), que atuaria basicamente nessas áreas de vocação do Estado. No campo da metalurgia, dedicou-se ao desenvolvimento do projeto tecnológico-industrial da Caraíba Metais. O CEPED transformou-se rapidamente na mais importante instituição nacional com competência internacional nesse setor. No campo petroquímico, a grande vocação do Estado, o objetivo do CEPED, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, era capacitar-se para enfrentar com os próprios meios a prevista expansão do Pólo e, então, libertar-se da dependência tecnológica externa. Não se esperava, porém, a forte rejeição dos sócios estrangeiros - sempre minoritários no caso petroquímico - ao desenvolvimento tecnológico autônomo.

Nos pacotes tecnológicos que compõem o Pólo existiam vários contratos com cláusula de sigilo por tempo indeterminado. Ou seja, o controlador externo da tecnologia sempre terá a última palavra. Esse era o motivo da rejeição do sócio externo minoritário que, detendo a tecnologia, tem o controle da empresa, qualquer que seja sua participação acionária. Passa-

ram-se 23 anos desde a criação do CEPED e seu principal objetivo, que seria sua natural vocação petroquímica, não pôde ser levado avante.

A expansão do Pólo, quando sucedeu, se deu com custos tecnológicos relativos muito superiores aos dispendidos em sua fase de instalação. E a dependência tecnológica decorrente da imprudência de como se negociaram - ou não se negociaram - os pacotes tecnológicos externos somente fez crescer, ampliando-se consideravelmente com a expansão. Com esse exemplo fica evidente que de pouco vale o controle acionário se não se tem o controle do processo tecnológico.

Neste caso o capital nacional sempre foi majoritário - em média, um terço privado e um terço público (via PETROQUISA, subsidiária da PETROBRÁS). Com um terço de capital estrangeiro, formava o modelo chamado Tripartite, que trouxe grandes esperanças em termos de autonomia. Posteriormente, comprovou-se ser inadequado, pois o controle tecnológico, que é decisivo, ficou em mãos estrangeiras; ou seja, fora esquecido como instrumento essencial de controle. Daí a rejeição dos sócios estrangeiros à existência, no Pólo, de um centro tecnológico cujo objetivo era precisamente dar autonomia aos acionistas majoritários. Essa experiência vivida deveria servir de alerta para certos incautos - ou muito sabidos - que pretendem flexibilizar ou promover parcerias sobre o monopólio estatal do petróleo. Desfeito na prática o monopólio, via parceria, é mais fácil para o sócio minoritário estrangeiro, nas circunstâncias impostas pelo modelo dependente, ter o controle das reservas petrolíferas brasileiras. É uma maneira de, desnecessariamente, abrir uma perigosa brecha no monopólio constitucional.

Com o esvaziamento da PETROQUISA, em vias de consumar-se, pela transferência de sua participação acionária para grupos privados, desmonta-se um dos setores mais fortes de capital nacional, precisamente pela presença da PETROBRÁS como sócia de empresas privadas nacionais, em associação com poderosas corporações estrangeiras. O curioso é que o Modelo Tripartite tinha por objetivo garantir, sem grandes riscos, a participação do capital privado brasileiro na petroquímica, pois esse capital não tinha condições de enfrentar sozinho essas

corporações. Também essas corporações não teriam qualquer motivação para associar-se com o capital privado nacional, se esse não estivesse já ocupando uma parte do mercado nacional do setor. Neste último caso, em se dando a associação, a experiência tem demonstrado que a motivação maior é procurar, posteriormente, expelir o capital nacional do mercado. Daí a presença da PETROBRÁS, via PETROQUISA. O modelo, entretanto, se mostrou mais frágil do que se esperava, por causa da componente tecnológica, sempre dominada pelo lado externo.

Nas circunstâncias atuais, com os efeitos devastadores do neoliberalismo, profunda e longa recessão e o esvaziamento do Estado em seu papel regulador e defensor dos interesses do País, a situação das empresas de capital nacional melhorou ou piorou substancialmente? Acaso melhorou a ponto de poder dispensar sua aliada nacional, o peso-pesado PETROBRÁS, fornecedora de matéria-prima subsidiada e única capaz de desenvolver no País um poder tecnológico próprio? Há muitos aspectos que estão mal contados na triste história das “privatizações”! No final dessas espúrias operações, verdadeiras entregas criminosas de instrumentos estratégicos nacionais, o que resultar convergirá para a formação de oligopólios e monopólios privados, provavelmente de controle externo, qualquer que seja a atual composição acionária.

Nessas condições, a hipótese de autonomia tecnológica para grupos de capital nacional fica praticamente inviabilizada. Ela é, ademais, condição essencial para o poder de competição, interno ou externo. Falar em inserção na economia mundial,
✓
sem essa competência, é não saber de que se está falando. E coisa de “contador” ignorante ou empresário tipo PC Farias, nunca de industrial ou produtor sério. O senhor Roberto Campos, e seguidores, sempre propugnaram a inata incompetência dos brasileiros, por definição, especialmente no campo tecnológico, sobre o qual aquele senhor desfruta de absoluta ignorância, se considerarmos o que escreve e o que diz. Essa monstruosidade, que nos classifica como raça inferior, não é, evidentemente, somente fruto de seu calamitoso despreparo nessas questões.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), do modo como está sendo executado, representa um crime contra o País e a dilapidação de imenso patrimônio acumulado em meio século de sacrifícios do povo brasileiro. A privatização de empresas de economia mista, básicas e estratégicas, não poderia prescindir de uma profunda discussão sobre o papel do Estado na economia. Afinal, trata-se de um patrimônio público que jamais poderia ser submetido a processo dessa natureza. Esses empreendimentos surgiram como peças cruciais de um Projeto Nacional de desenvolvimento que nos levou à posição de oitava economia mundial. Com as privatizações realizadas e as que ainda se pretende realizar, o que subsiste desse Projeto? Foi o Estado que, à falta da iniciativa privada, construiu os alicerces desse Projeto. Afinal, o que o substituirá? As "privatizações" resultarão evidentemente na dilapidação impune de patrimônios públicos essenciais e na formação de inaceitáveis monopólios e oligopólios privados.

Os propugnadores, promotores e beneficiários dessa política, além de corruptos, colocam todos os brasileiros responsáveis na condição de idiotas. A esperança é que. sendo essas "privatizações" um crime de lesa-Pátria, quando a direção do País for exercida por estadista que mereça a confiança da Nação, elas sejam revertidas e seus autores, objeto de exemplar punição...

Como Secretário de Estado, não tivemos interação com a área militar, salvo quando, após a posse, visitamos as autoridades constituídas, entre as quais o Comandante da Região Militar. Recebeu-nos gentilmente, demonstrando ser ardoroso nacionalista. Em momento nenhum tivemos de submeter nomes de auxiliares ao então comum julgamento ideológico.

5. OS PLANOS E O FUNDO NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. O CNPq e O CONSELHO DA CAPES

Em março de 1971, ao término da administração Luís Viana Filho, fomos para a Secretaria Geral Adjunta do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral trabalhar na área de planejamento tecnológico. Antes, tinha sido criado o FUNTEC,

no BNDE, que contribuiu com grande aporte de recursos para essa área, muito superior aos da CAPES e do CNPq. A visão de Brasil de seu criador. Pelúcio Ferreira, era nacionalista, na linha de Celso Furtado. Devido ao volume de recursos novos que trouxe para o campo científico, transformou-se em uma espécie de mecenas da ciência brasileira. Elaboramos juntos o primeiro e o segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ainda antes das divergências conceituais que passamos a ter sobre o desenvolvimento tecnológico. Nessa época foi ativada a F1NEP e criado o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Anteriormente restrita ao financiamento de estudos de projetos, A FINEP foi transformada, com o Ministro Hélio Beltrão, em gestora de projetos e, posteriormente, do FNDCT . Portanto, na principal instituição de financiamento científico.

Simultaneamente, representávamos o Ministério do Planejamento no Fundo de Amparo à Tecnologia (FUNAT) e no Fundo Nacional de Metrologia (FUMET), vinculados respectivamente ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM). Ambos do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC). Passamos também a formar parte, como titular, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e fomos eleito presidente do Conselho Deliberativo da CAPES. Nesta última função tivemos o primeiro relacionamento institucional com o regime militar, por meio de um dos seus representantes, o Ministro da Educação.

Embora a CAPES garantisse sua autonomia por meio de um Conselho Deliberativo independente, com mandato individual de dois anos, dependia do Ministério da Educação e Cultura para as questões orçamentárias. Quando presidente do Conselho, em duas ocasiões, o colegiado foi discutir com o Ministro da área as questões da preparação do corpo docente e das pesquisas científicas nas universidades brasileiras. Não encontramos nele muita motivação. Sabíamos da sua responsabilidade pela implantação do projeto MEC/USAID. que praticamente desestruturou o ensino secundário público brasileiro, o qual, havia mais de um século, era de boa qualidade e muito superior ao privado. O interesse maior do Ministro era discursar

longamente sobre a aplicação do Decreto-lei 477, objetivando punições de estudantes por motivos ideológicos. Posteriormente, viemos a saber que o Ministro não simpatizava com a existência de um Conselho independente, que tomava suas decisões de modo coletivo; isso o levou a extingui-lo, deixando a CAPES nas mãos de burocratas, como está até hoje.

Medidas semelhantes e até mais ardilosas foram tomadas pelo Ministro do Planejamento Reis Veloso - um dos principais tecnocratas do período militar em relação ao antigo CNPq. Este, como a CAPES, vinha funcionando a contento, cumprindo plenamente seus objetivos, graças a um certo grau de autonomia de seus conselhos com poder deliberativo, sempre representativos da comunidade acadêmica. O CNPq, desde a sua criação, estava vinculado à Presidência da República, o que dava à suas atividades certo status ou, pelo menos, uma condição especial. O senhor Reis Veloso já dominava a utilização dos fundos federais e pretendia também ter o controle de órgãos estratégicos, como os das áreas científica e tecnológica. Não lhe bastava o poder que lhe dava o planejamento nacional, queria também o da execução, em acúmulo de atividades incompatíveis. Desse modo, passou o CNPq para o seu âmbito, com o nome pomposo de Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e retirou-lhe a função deliberativa. Assim, limitou o órgão a funções de assessoria ao governo (entenda-se, a ele, Reis Veloso). O CNPq. de órgão autônomo de primeira linha, transformou-se em órgão assessor do senhor Reis Veloso, e de terceira linha. Ou seja, o poderoso tecnocrata retirou o CNPq da Presidência da República, área restrita a militares, e colocou-o sob sua própria jurisdição. O presidente do CNPq então, também um tecnocrata, passou a despachar com o Secretário-Geral do Ministério, cujo titular era Reis Veloso. E tudo isso leito com aplauso da chamada comunidade científica, ou de seus eternos mandarins, deslumbrados com o poder financeiro do tecnocrata. A partir daí, o Ministério (ou Secretaria) de Planejamento reduziu, cada vez mais, a importância do estratégico setor. O antigo Conselho Deliberativo do CNPq converteu-se em uma espécie de “Ateneu literário” , como tivemos oportunidade de designá-lo, na qualidade de seu membro efetivo. As altas funções, que para ele tinham

sido pensadas pelo Almirante Álvaro Alberto e seus pares fundadores, estavam aniquiladas pela ação de um tecnocrata menor, sentado em baú de dinheiro.

Essas medidas foram os primeiros sinais do processo que veio a ocorrer em todas as áreas do Executivo ao qual designamos "ditadura das finanças". Ele é decorrente da longa dependência de países hegemônicos e provocou efeitos devastadores sobre a vida econômica, social e política do País. Ocorrendo em um crescendo, foi exacerbado com a doutrina neoliberal. Mais adiante teremos oportunidade de analisá-lo detalhadamente. Nossa concepção de desenvolvimento tecnológico autônomo ia-se aprofundando em divergências com a área do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral.

Na elaboração do segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT), houve um sinal claro do que pretendiam os tecnocratas. Havíamos elaborado esse Plano tendo por base os programas prioritários, em todas as áreas. O Ministro vetou o plano programático e exigiu que ele fosse reelaborado, agregando apenas projetos. Inicialmente, recusamo-nos a desmontar programas em projetos, porém, recuamos ao sentir que jamais ele admitiria um plano efetivo.
É uma questão ideológica. Elaborá-lo sob a forma de projetos era a maneira de garantir a ausência de resultados e escamotear os reais objetivos nacionais. Então, refizemos o plano com os projetos que compunham os programas, sem, contudo, explicitá-los. A razão desse recuo tático deveu-se ao entendimento de que, na estratégia dos tecnocratas, esse era um ponto crucial; ou seja, eles o fariam de qualquer maneira sob a forma de uma lista desconectada de projetos. Nessas horas é válida a sabedoria mineira; "Ao inimigo não se pede nada, muito menos demissão". Não deixou, porém, de ser uma clara evidência de que, apesar dos volumosos recursos financeiros então aplicados em ciência e "tecnologia", *não se pretendia chegar aos pacotes tecnológicos, que são os resultados efetivos dessas atividades na estrutura produtiva e de poder.*

Por isso, programas integrados que tornam possíveis esses pacotes são inadmissíveis. Essa evidência ficou confirmada, mais tarde, quando elaboramos o plano de tecnologia industrial

do governo federal, fundamentando-o em programas integrados, entre os quais o que posteriormente se tornou muito popular - o Programa Nacional do Álcool. Como eia de se esperar, o Ministério do Planejamento e de Coordenação Geral e seus órgãos assessores, FINEP e CNPq, vetaram o plano programático da Secretaria de tecnologia Industrial, o que
resultou em excluí-lo do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ou seja. excluí-lo também da possibilidade de uso dos fundos federais para o setor.

Nem por isso os planos da STI deixaram de ser executados e o PRÓ-ÁLCOOL, apesar do senhor Reis Veloso, está aí para quem quiser ver! Identificadas as incompatibilidades em questões de fundo, era impossível continuar trabalhando nessa esfera de influência. Foi quando surgiu o convite para realizar um programa de estudos como professor visitante na Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Esse programa permitiu-nos regressar ao Brasil precisamente poucas semanas antes de Severo Gomes assumir o Ministério da Indústria e do Comércio.

6. EDUCAÇÃO, INSTRUMENTO POLÍTICO DE PODER OU DE CONDICIONAMENTO. O PROJETO MEC/USAID. A CRISE DO PETRÓLEO, O EMBARGO.

Na Universidade do Texas, nos concentramos no estudo do sistema universitário norte-americano e suas consequências para o desenvolvimento do que veio a ser a maior potência mundial. Para isso, tivemos que analisar os sistemas equivalentes nas grandes nações europeias e no Japão. Esses estudos e pesquisas tinham em vista a possibilidade de exercer função executiva na área da educação, setor ao qual sempre atribuímos alto valor estratégico. Isso, porém, não veio a ocorrer.

Nos seminários de que participamos na Universidade do Texas sobre o papel da educação formal e principalmente da informal na condução dos povos, constatamos o modo como as nações hegemónicas utilizam os sistemas educacionais dos países periféricos para tornar seus povos colonizados e sua classe dirigente servil. O projeto MEC/USAID, que reformulou

a educação brasileira, teve esse objetivo. Isso foi levado avante com os chamados programas de cooperação e. ademais, com a postura da classe dirigente dos países dependentes de mandar a parte mais brilhante de sua juventude - a que já comprovou capacidade de trabalho e competência - a receber orientação político-ideológica final nos centros hegemônicos de poder. Isso foi feito praticamente com toda a comunidade acadêmica de mais alto nível, com líderes sindicais, entre outros, e. de maneira especial, com oficiais superiores das Forças Armadas. A educação dos dirigentes brasileiros, assim, orienta-se por determinado fluxo ideológico que nada tem a ver com nosso destino ou com os compromissos históricos que qualquer classe dirigente tem com a Nação a que pertence. Ela promove a manutenção do *status quo,* tem papel crucial na desideologização do que se refere à nossa cultura e interesses e estimula a perda da autoestima nacional. *Sem autoestima não há possibilidade de resistir a qualquer tipo de invasão estrangeira, seja ela militar, económico-financeira, cultural ou ótica.*

Isso tem efeitos devastadores sobre a vida da coletividade organizada, nos transformando em nau à deriva, vítimas de ideologias externas que visam nosso enfraquecimento crescente e que levam nosso povo à abulia e à desesperança, método prático e eficiente de desagregação nacional. Ou seja, a classe dirigente brasileira, submetida a longo período de dominação colonial, mostra-se condicionada ao servilismo ou à obediência a valores hierárquicos alienígenas hegemônicos; deixa de ter qualquer compromisso com nossos valores, com nossa cultura e com nosso povo. Trata-se de uma classe dirigente apátrida, que traiu a sua própria razão de ser: *Uma classe dirigente que promove o suicídio nacional!*

A poucos quilômetros da Universidade do Texas, em Austin, localiza-se Houston, a capital mundial do petróleo, onde estão os *headquarters* das grandes corporações transnacionais do setor. A temática *major* dessa universidade é precisamente o petróleo. Nesse *environment* circulam grandes personalidades do poder mundial no campo energético. Enquanto procurávamos identificar a influência da educação na organização dos povos, ocorreu o embargo do petróleo, em setembro de

1973. Como engenheiro e físico, professor de termodinâmica, nos dedicamos inteiramente a procurar compreender as razões daquele monumental conflito mundial, que até hoje perdura, embora camuflado, aflorando de vez em quando, como da última vez no massacre do Iraque. Desde o embargo, a região que concentra mais de 65% do que resta das reservas mundiais de petróleo já sofreu mais de dez guerras. Na ocasião da pretendida captura dos reféns norte-americanos mantidos pelo Irã, esteve prestes a iniciar-se o terceiro conflito mundial, com mobilização de tropas da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Felizmente, os americanos recuaram da operação de resgate, alegando suspeito acidente entre seus helicópteros.

A partir de Austin, visitamos alguns dos principais centros tecnológicos norte-americanos da área energética para sentir a opinião dos grandes especialistas mundiais sobre a crise que se agigantava. As opiniões foram unânimes: ela era irremediável, as reservas de petróleo não resistiriam por longo tempo aos aumentos de demanda e o mundo hegemônico encontrava- se sem opção para suas graves carências de energia. O então vice-presidente do *Institute of Gas Technology* de Chicago nos afirmava, em dezembro de 1973: "Há 20 anos vimos advertindo ao Governo dos EUA que a economia da maior potência industrial-militar depende de um combustível fóssil que se está exaurindo". A crise, nos EUA, decorrente do embargo do petróleo foi muito séria. Os veículos de elevado consumo de gasolina, que eram a maioria, tiveram um colapso em seus preços. As filas para abastecê-los eram quilométricas. Os conflitos agravaram-se em todos os setores da economia. A sociedade americana vivera uma orgia de uso de derivados de petróleo e não estava preparada para enfrentar a escassez. Ainda que os motivos para a crise fossem evidentes, é surpreendente como foi necessário o embargo, promovido aparentemente pela OPEP, para que a sociedade americana despertasse e começasse a tomar providências para enfrentar a escassez de petróleo. Essa referência tem uma importância essencial pois, na atualidade, embora o problema de raiz, que é a redução dos volumes das reservas mundiais de petróleo, tenha-se agravado, repete-se o fenômeno. Basta um novo fato eventualmente fortuito para alterar profundamente a ideia inoculada na opinião pública por

intensa propaganda dirigida, que não mais existe uma crise de petróleo em processo de agravamento. Basta considerar que as reservas estão decrescendo e as demandas previstas tendem a aumentar substancialmente.

7. A SECRETARIA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL, ÓRGÃO ESSENCIAL DE COORDENAÇÃO TECNOLÓGICA NACIONAL. O INPI E O INMETRO/CONMETRO. O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO. PRESENÇA DO BRASIL NO JOGO INTERNACIONAL DO PODER TECNOLÓGICO

Foi nessas condições que regressamos ao Brasil, em fevereiro de 1974, quando Severo Gomes, a quem não conhecíamos pessoalmente, por meio de Paulo Belotti, convidou-nos para exercer as funções de Secretário de Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria e do Comércio. Iniciou-se assim, em pleno regime militar, coincidindo com o início do Governo Geisel, o período mais criativo e desafiador de nossa vida, que se estendeu até meados de 1987. Caracterizou-se também pelas maiores adversidades, especialmente no período 1979/86. Nos anos 1982/83 fomos demitido, sem justa causa, três vezes: do IPEA, de “A Folha de São Paulo” e da Universidade Estadual de Campinas. Todas, por injunção do tecnocrata-mor de plantão. Passamos, então, sete anos sem emprego fixo, vivendo de pequenas consultorias, pois, praticamente, todas as portas estavam fechadas e, quando conseguia um emprego, vinha pouco depois a demissão. Parecia que não havia condições de continuar vivendo no Brasil. Perdemos até o direito à aposentadoria, que somente vimos a recuperar com a Constituição de 1988. Tinha chegado a nossa vez de pagar o preço por ter procurado, embora modestamente, os caminhos que levam à autonomia nacional.

Quando pela terceira vez, já na “Nova” República, em fins de 1986, assumimos a STI, a encontramos praticamente desmantelada. Resistimos em vão por 16 meses num gigantesco

esforço para reverter a situação. Essa experiência deu-nos a clara percepção do enorme dano que vinha sendo perpetrado contra o País.

Assumimos pela primeira vez a STI em pleno clima de embargo do petróleo. 0 equilíbrio de nossa balança de pagamentos tinha entrado em colapso devido às elevações de seus preços internacionais e ao aumento inacreditável e generalizado do volume das importações. Depois, constatamos que esse insólito aumento se devia à ações programadas de subsidiárias de corporações norte-americanas, visando reduzir o déficit comercial dos EUA, provocado pela subida do preço do petróleo. Já, então, importavam cerca de 50% do seu consumo. Houve subsidiárias de corporações norte-americanas no Brasil que, nesse jogo, importaram naquele ano de crise valores superiores a seu faturamento bruto.

Quando a assumimos, em março de 1974, a STI tinha pouco mais de um ano de existência e estava em fase de implantação, ocupando quatro ou cinco salas no prédio do MIC, na Esplanada dos Ministérios. Contava apenas com uma dúzia de assessores e tinha por objetivo traçar a política de tecnologia industrial do País e supervisionar e coordenar os órgãos de produção e regulamentação tecnológica então existentes no Ministério: o Instituto Nacional de Tecnologia, que foi fundado nos idos de 1922; o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), que já tinha ligados a si mais de vinte INPMs estaduais, e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), cujo importante e inovador Código da Propriedade Industrial, regulador dos setores de patentes, marcas e de transferência internacional de tecnologia, essencial a uma política industrial autônoma, acabava de ser aprovado pelo Congresso, em dezembro de 1971.

Encontrava-se no Congresso, em processo de lento andamento, projeto de lei que permitiria a criação de um sistema nacional de metrologia, normas técnicas e qualidade industrial. Tomamos a iniciativa de confrontar as corporações estrangeiras que procuravam impedir a aprovação dessa importante legislação. O projeto foi transformado em lei em dezembro de 1974. Esse sistema recém-criado, que tinha seu comando no Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

(CONMETRO), junto com o relacionado com o Código de Propriedade Industrial, deram à ST1 um quadro legal poderoso e adequado para enfrentar o desafio político de um desenvolvimento tecnológico autônomo.

Inúmeros centros de pesquisa e de desenvolvimento foram fundados com o apoio e a orientação da Secretaria, sempre com direta vinculação com a estrutura produtiva. Alguns, sob a forma jurídica de empresa privada, como a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), em Campinas, SP, ou sob a forma de fundação, cooperativa ou associação. Assim, surgiram o Centro Tecnológico de Couros, Calçados e Afins, em Novo Hamburgo, RS; a Fundação de Tecnologia Industrial (FTI), em Lorena, SP; e outros nas áreas de máquinas agrícolas, alimentos industrializados, pedras preciosas, agroindústrias etc. As empresas de economia mista estratégicas e básicas criaram centros tecnológicos próprios como a PETROBRÁS, ELETROBRÁS, TELEBRÁS, USIMINAS, Companhia Vale do Rio Doce. entre outras. O Centro Técnico Aeroespacial (CTA) planejara o surgimento da EMBRAER. E, como parte de uma política da STI, indústrias privadas de capital nacional começaram a criar centros tecnológicos próprios, de que são exemplos o Centro Tecnológico da Copersucar e outros centros cooperativos.

Tivemos inicialmente de enfrentar dois problemas maiores. Em primeiro lugar, o modo isolado de atuação de seus órgãos, todos de âmbito nacional, sem a necessária interveniência na política industrial. Agiam como órgãos técnicos em questões essencialmente políticas (no sentido de *policij),* embora suas funções fossem cruciais para fortalecer o poder de competição das empresas nacionais. Atuando para dentro de si mesmo, não exerciam o papel de estimulador do uso dos fatores de produção locais e da defesa dos interesses nacionais, além de não

promover a necessária ação integradora para tornar possível a agregação dos pacotes tecnológicos. O segundo e gravíssimo problema - que impede o desenvolvimento tecnológico brasileiro - , é a natureza dependente do modelo de crescimento econômico. Por esse modelo, como vimos sintetizado na frase “crescer cinqüenta anos em cinco , o equacionamento do desenvolvimento nacional seria provocado pela implantação no

País de pacotes tecnológicos exógenos, agregados conforme interesses e políticas de corporações e países hegemônicos que lhes deram origem. Esse modelo suicida, que vem sendo mantido até hoje - defendido por tecnocratas de todas as correntes ideológicas -, foi responsável pela implantação de um parque industrial anacrônico e ineficiente como um todo, apesar das enormes vantagens comparativas brasileiras.

Devido à dependência criada pelos pacotes tecnológicos externos, esse modelo promove o uso de matérias-primas, componentes, fontes energéticas, modos de produção etc., definidos pelas corporações de origem dos pacotes, em geral, em confronto com os nacionais. Esse exemplo da ação dos tecnocratas mostra como eles não se orientam pelo conteúdo técnico das questões, na maior parte das vezes por absoluto despreparo. Usamos a designação de "tecno-cratas" pela facilidade em identificá-los, embora nada tenha de técnica sua atuação na maioria das questões em que indevidamente se envolvem. Ao atribuir-se genericamente fundamentos de natureza técnica estão mistificando ou encobrindo outro tipo de enfoque nem sempre ético. Procuram apresentar-se sob o manto de seriedade ao tratar de temas que desconhecem. Pretendem conquistar a credibilidade que a análise técnica justifica, sem estar nela fundamentada. Ademais, nessas questões de poder tecnológico-industrial, o conhecimento técnico é essencial para o traçado de políticas, que estão intimamente relacionadas a nossas potencialidades, como uma das futuras grandes economias mundiais.

Nessas e em outras questões vinculadas ao campo da produção e da riqueza nacional, os órgãos que realmente exercem o poder no Brasil concentram-se na área financeira. Simultaneamente demonstram sobre elas total ignorância e consequente desinteresse e promovem-lhes intencional desvalorização.

Em contrapartida, os militares, devido ao indispensável envolvimento profissional com atividades tecnológicas - e de seus institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento - têm sobre elas conhecimento de causa, mantendo forte interação com o setor produtivo. É exemplo disso o Centro Técnico

Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica e, mais recentemente, o Centro de Pesquisas da Marinha. Eis a razão por que tais instituições das Forças Armadas sempre foram aliadas incondicionais na luta pela autonomia tecnológica nacional. Os militares, sem dúvida, tiveram sempre papel importante na industrialização brasileira, no que ela tem de estratégico, centrada na questão tecnológica e diretamente vinculada à soberania nacional.

Foi decisiva a participação de militares na criação da PETROBRÁS, CSN, Fábrica Nacional de Motores, EMBRAER, TELEBRÁS, Política de Informática, Projeto Trópico das centrais telefônicas, programas nucleares autónomos da Marinha *e* da Aeronáutica, Programa Nacional do Álcool e tantos outros, além daqueles específicos da área propriamente militar, quase sempre envolvendo de maneira enfática o campo tecnológico. Por exemplo: o principal responsável pela criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi o insigne patriota Almirante Álvaro Alberto; o promotor do Código de Propriedade Industrial e da criação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1NPI) foi o Comandante Thedim Lobo, da Marinha; a política de informática, que tão excepcionais resultados deu ao País, deveu-se inicialmente à liderança do Comandante Guaranys, baseando-se na necessidade da informática no programa de corvetas da Marinha; os debates no Clube Militar tiveram papel fundamental na criação da PETROBRÁS e do monopólio estatal do petróleo, estratégia que até hoje tem permitido enfrentar a crise do petróleo sem perigosas vulnerabilidades. Na campanha que então alcançou as ruas sob o lema “O Petróleo é nosso” destacou-se a figura extraordinária do General Horta Barbosa e de seus companheiros Leitão de Carvalho, Felicíssimo Cardoso, Valério Braga, Raimundo Sampaio e do Coronel Carnaúba; na criação da CSN destacaram-se os generais Raulino e Macedo Soares. Na Álcalis, o Major Bruno; na Fábrica Nacional de Motores, o Brigadeiro Guedes Muniz; na Embraer, os brigadeiros Montenegro e Paulo Victor. É longa a lista de militares patriotas.

> Novamente somos surpreendidos pelo paradoxo entre esses fatos e a linha entreguista do regime militar de 64. E mais: entre a ação dos militares ligados a centros tecnológicos ou com visão política mais ampla e independente e a cúpula dirigente do regime, na qual os tecnocratas detinham o poder real, como ficou constatado pela continuidade das políticas entreguistas após o fim do regime. Sempre foi clara a dependência dessa cúpula, com nítidas exceções, dos tecnocratas que dominaram o regime, na mesma linha do que vem ocorrendo com os atuais dirigentes civis - e neste caso até com maior ênfase -, a partir da chamada abertura "democrática".

Na qualidade de responsável pela condução da política tecnológica brasileira sempre tivemos substancial apoio de altas patentes militares. Por exemplo, na política de valorização do quartzo e do nióbio - matérias-primas de alto valor estratégico mundial, de cujas reservas o Brasil detém praticamente a exclusividade -, ou na implantação, em mãos nacionais, do Programa Nacional do Álcool. São exemplos disso os brigadeiros Paulo Victor e Sérgio Xavier Ferolla, este último então tenente-coronel, e, muito especialmente, o General de Exército Antônio Carlos de Andrada Serpa. Essa ação positiva, no entanto, era frequentemente contrariada pela forte influência que os tecnocratas alcançaram no período militar - e que vêm mantendo no regime civil - como implantadores da ditadura financeira que, de modo implacável, inviabiliza o País, impedindo o aproveitamento de nossas imensas riquezas e a libertação do sistema colonial que nos subjuga. Essa "ditadura" tem conseguido destruir estruturas essenciais à vida autônoma dos brasileiros, algumas delas implantadas ou fortalecidas, como vimos, no período militar. O desenvolvimento tecnológico nacional alcançou seu mais alto grau de dinamismo e realizações com a presença de SEVERO GOMES no Ministério da Indústria e do Comércio. Nesse período foi proposto à Presidência da República transformá-lo em Ministério do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial. Toda sua base estava construída, era apenas uma questão de formalização institucional e de consolidação política. Os tecnocratas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, especialmente deste último, cujo ministro tinha presença permanente no Palácio do

Planalto, como sempre sabotaram a iniciativa, apesar do compromisso assumido pelo Presidente. Eles foram apoiados, sem dúvida, por certos militares, também influentes no Palácio do Planalto, envenenados pela ideologia da "guerra fria" que polarizava suas ações em detrimento da soberania nacional.

Na área internacional, o Brasil começava a marcar presença no campo tecnológico. Pela primeira vez foram negociados acordos de igual para igual com países industrializados, como por exemplo com o Japão e a República Federal da Alemanha.
Os interesses do Brasil eram defendidos por equipes competentes nas Nações Unidas, na Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMP1), na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), na UNCTAD, na FAO, na Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outras. As delegações brasileiras se destacavam liderando outras nações do Terceiro Mundo, enfrentando as potências em defesa de seus legítimos interesses. Eram frequentemente secundadas pelas delegações da índia, México, Argentina e outros países. Foram, assim, negociados documentos importantes, como o *Código de Conduta para a Transferência Internacional de Tecnologia*, no âmbito da UNCTAD, exercendo o Brasil nítida liderança sobre o Grupo dos 77, ao longo de cinco anos de negociação.

Havia um clima desenvolvimentista nos foros internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoiava técnica e financeiramente projetos diretamente vinculados à produção industrial, tais como a implantação de centros tecnológicos de que são exemplos o CEPED, na Bahia, e o CETEC, em Minas Gerais, ou projetos estratégicos: programa aeronáutico executado no CTA, que permitiu o reconhecimento internacional da homologação no País de aeronaves produzidas pela EMBRAER; treinamento de especialista em patentes; criação do banco de patentes e a implantação de amplo programa de padronização de aços com norma
técnica brasileira.

São exemplos desse clima a famosa Conferência Latino-Americana de Ciência e Tecnologia (CACTAL), em Brasília, no âmbito da OEA ou a Conferência das Nações Unidas para Ministros de Ciência e Tecnologia da América Latina, íealizada

em 1971, em Caracas. Equipes especializadas defendiam permanentemente os padrões e normas industriais dos produtos brasileiros, no âmbito da *International Standard Organization* (ISO). Para regular a transferência internacional de tecnologia, o INP1 baixou o Ato Normativo nº 15, que durante longo período foi o documento de política de importação tecnológica mais importante em todo o mundo, tendo inspirado regulamentações semelhantes em outros países, traduzido para vários idiomas. Ou seja, o Brasil marcava presença junto aos organismos internacionais e se fazia respeitar. Tudo, entretanto, foi impunemente desmantelado em breve período de tempo, a partir de 1979. Sucumbiu, certamente, devido a pressões externas que não desejam "um outro Japão ao sul do Equador", e que encontraram apoio no próprio Poder Executivo, este crescentemente subjugado pelo setor financeiro, sob o domínio de tecnocratas a serviço daqueles mesmos interesses externos.

8. O COMEÇO DO DESMONTE. O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E "TECNOLOGIA". A ABERTURA "DEMOCRÁTICA". PODER SUPREMO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA. A CONSTITUIÇÃO DE 88 E SUA ESPÚRIA REVISÃO

Níveis excepcionais de desenvolvimento tecnológico autônomo foram alcançados na década dos anos 70 em áreas industriais estratégicas de vocação brasileira. Seria apenas questão de tempo para que seus resultados aparecessem, o que significava dar ao Brasil poder de negociação com nações hegemônicas. Em geral, tal negociação resume-se a, de um lado, imposições e, do outro, respostas servis - e as nações hegemônicas, naturalmente, não respeitam atitudes servis. Não sendo capazes de tratar da questão tecnológica e induzidos pelas forças que viam na crescente competência nacional um empecilho ao livre avanço em nosso mercado, os tecnocratas promoveram a destruição dessa competência. Concentraram-se exclusivamente em números que nada significam, símbolos falsos, manipulados pelos centros de poder hegemônico. Ou seja, falta-lhes competência para negociar, pois não conhecem

nossas riquezas nem nossa realidade. Desconhecem como transformar nosso imenso patrimônio natural em riqueza e bem-estar para o homem e poder para a Nação. *Não são capazes de plantar uma couve... mas interferem diretamente em seu plantio, em geral dificultando-o.*

Bastou uma mudança de comando no regime militar, em março de 1979, para que começasse a ser desmantelado o resultado de um trabalho que tivera início em 1922, com a implantação da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, origem do Instituto Nacional de Tecnologia, primeira entidade do gênero na América Ibérica. Essa demolição teve início com o esvaziamento da instituição que comandava o sistema, a Secretaria de Tecnologia Industrial. Foram-lhe retirados os recursos próprios e desmontados seus principais projetos, em número superior a uma centena, especialmente os mais estratégicos, entre os quais os relacionados com a biomassa, o nióbio e o quartzo. Foram igualmente desestruturadas suas equipes técnicas e afastados seus principais líderes. O melhor centro mundial de tecnologia de motores e turbinas para uso de combustível renovável nacional, instalado pela STI no CTA, foi imediatamente desativado. As principais equipes de especialistas foram dispensadas ou substituídas por outras inexperientes; o CONMETRO também foi desativado. 0 desmonte de tudo o que havia de sólido processou-se de modo acelerado, no mais puro espírito do que, pouco tempo depois, o governo Collor designaria como modernidade.

Deu-se, então, a abertura “democrática” e o processo de destruição teve prosseguimento. Quer pela extinção pura e simples de alguns de seus órgãos essenciais, como a própria STI e o Fundo de Amparo à Tecnologia (FUNAT), única fonte de financiamento para o setor no bojo de uma política industrial, quer pelo deslocamento de seus quadros especializados para outros órgãos, em outras funções. Assim, já no primeiro Governo da “Nova República" desfez-se, com a supressão da STI, o Sistema Nacional de Tecnologia Industrial, instrumento essencial de uma Política de Desenvolvimento Econômico. Órgãos cruciais do mesmo sistema, como o INPI e o INME- TRO/CONMETRO foram jogados no Ministério da Justiça, para

engordarem insaciáveis agentes da propriedade industrial, a serviço da infelicidade nacional.

Criou-se, em contrapartida, o Ministério da Ciência e "Tecnologia" que, embora apresentado como um instrumento no sentido da autonomia nacional, até hoje não disse a que veio. Ou disse, ao desviar as atenções do desmonte que se estava realizando no setor estratégico de uma política industrial vinculada a interesses nacionais. Afastado do comando da política industrial e sem meios efetivos de ação, esse Ministério transformou-se em comprometedor "faz-de-conta". Sua história, embora curta, está vinculada, por ação ou omissão, à tentativa de entrega de patrimônios nacionais essenciais: o genético, pela Lei das Patentes: o nuclear, pelo acordo da salvaguarda quadripartite e pela alteração do tratado de Tlate- lolco; o mineral, pelas privatizações de empresas de economia mista, pela ruptura dos monopólios estatais via revisão constitucional, e assim por diante. Uma plêiade de ministros "fora do ramo", carreiristas políticos ou agentes de interesses antinacio- nais ocuparam essa pasta. Maneira sutil de vilipendiar o Estado!

Tudo se dá de modo gradativo, preparando o terreno para que novos passos sejam dados. Assim tem sido nos três governos civis, em sequência invariável à demolição que teve início no último governo militar. No segundo deles, o primeiro que resultou de eleições diretas, foram desmantelados todos os Ministérios-fim da área econômica: indústria, comércio, minas, energia e transportes. Como tal, só sobreviveu o fraco Ministério da Agricultura. O resto eram ministérios-meio, com ministros enfraquecidos: ministérios de segunda classe. Tudo para dar o poder supremo e único ao superministério da Economia ou da Fazenda, dono absoluto do bem e do mal, ao qual devem subordinar-se todos os demais, inclusive a Presidência da República. Ou seja, ao Ministério do "papel pintado", da inflação, das dívidas interna e externa, da especulação desenfreada, da dilapidação do patrimônio das empresas de economia mista, da odiosa concentração de renda, da manipulação do processo inflacionário, ora como instrumento concentrador, ora eleitoreiro etc.

Tudo sob a égide do interminável “ajuste estrutural”, comandado pelo FMI/BIRD.

A riqueza real, verdadeira, a produção industrial e agrícola, o subsolo, a energia, a capacidade de competir, que dependem diretamente da autonomia tecnológica; o trabalho e a inteligência dos brasileiros, tudo isso ficou a cargo de ministérios de segunda classe, sem capacidade de decisão nem poder. O ponto alto, sem dúvida, da “Nova República" ocorreu ainda no primeiro governo civil com o amplo debate sobre as questões nacionais. A Assembleia Nacional Constituinte elaborou a Constituição de 1988, aspiração de longa data do povo brasileiro. De modo irresponsável, o Congresso que veio depois não regulamentou mais de uma centena de temas centrais da Nova Carta, deixando-a incompleta, vulnerável, o que dificulta sua aplicação. E, se isso já não fosse muito, enveredou-se pela aventura de uma revisão descabida, ao interpretar o Art. 3 de suas Disposições Transitórias como motivo para uma revisão ampla, quando o mesmo se refere, inequivocamente, ao eventual ajuste da Constituição a uma possível mudança de regime ou de governo, como resultado do plebiscito previsto no art. 2 daquelas Disposições. A aventura revisionista, felizmente interrompida, reflete o poderio e a malignidade das forças neocoloniais no Brasil. Quando o governo Itamar Franco procurou recriar os Ministérios-fim, o fez parcialmente, mantendo-os como ministérios de segunda classe, sob a égide do Ministério da Fazenda, a sinistra casa da inflação e da miséria nacional.

Nas negociações no Congresso, visando a recriação dos Ministérios-fim, os partidos majoritários não admitiam a reinstalação da Secretaria de Tecnologia Industrial. Também não davam razões para essa posição. Sete partidos minoritários, entretanto, reivindicaram a ST1 no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, como órgão essencial ao desenvolvimento nacional, onde antes tinha estado com resultados efetivos para a autonomia e o poder nacional. Sua criação, porém, somente se tornou possível como parte de uma barganha em que o PFL ganhou as atividades de irrigação, deslocadas indevidamente para o Ministério da Integração Regional, em vez de ficarem no Ministério da Agricultura. Isso ocorreu minutos antes da votação em plenário. Quais as razões paia tal

rejeição à existência da STI, por parte de parlamentares que nem conseguiam explicitá-las? Deve-se à intervenção, no Congresso, de interesses vinculados ao poder neocolonial. Ou que outras razões poderiam existir? Como explicar que, após 18 meses de existência legal, essa estratégica Secretaria ainda não tenha sido implantada? O que estão esperando, que não sobre-viva nenhuma empresa produtiva nacional, privada ou pública, como seria previsível se a Revisão constitucional tivesse chega-do a extirpar o conceito de Empresa Nacional de Capital Nacional? Apenas por três votos, esse crime não foi consumado na malfadada Revisão!

Em nosso livro *Soberania e Dignidade, Raízes da Sobre-vivência,* mostramos que a tecnologia externa é o grande instrumento estrutural e estratégico para a manutenção do poder neocolonial em países dependentes. Qualquer descuido nesse controle pode transformar uma nação continental como o Brasil, com imensas riquezas naturais, em potência mundial. Daí o posicionamento desses parlamentares, contumazes defensores, conscientes ou não, de interesses antinacionais. Por isso, apesar da inusitada recriação, a STI ainda não foi reimplantada. Há os que explicam esse descumprimento legal por já existir um Ministério da Ciência e "Tecnologia", embora suas funções sejam profundamente distintas. Basta levantar o que ocorre em países em que a tecnologia é levada a sério, como o Japão, a Alemanha e a Inglaterra, por exemplo, para verificar-se que são instituições de natureza profundamente diversa e de funções, em certos casos, até conflitantes.

9. O PODER DOS TECNOCRATAS

O poder dos tecnocratas começou a ganhar força ante os Presidentes militares quando o Ministério do Planejamento passou a controlar todos os fundos nacionais. De planejador passou simultaneamente a executor, substituindo os Ministérios-fim e, obviamente, enfraquecendo o próprio Presidente da República, que foi perdendo gradativamente o poder de decisão. Os ministros titulares dos Ministérios-fim passavam a despachar com o Ministro do Planejamento, que era quem dava a última palavra porque elaborava o Orçamento da República

e dispunha de gigantesca máquina de controle. Quando veio o Ministério da Economia e o Ministério do Planejamento foi por ele absorvido, visando a centralização do poder na área financeira, de seguro controle externo, o serviço já estava feito. Por tudo isso, evidencia-se que a herança mais maligna do regime militar foi a casta dos tecnocratas que estão levando nosso povo à miséria, o Estado à demolição e desagregando a Nação.

Como o Ministério da Fazenda cuida das políticas financeira, fiscal, tarifária etc., e da moeda que, a cada passo, está mais afastada do inundo real, substituída por falsos símbolos, por meio da inflação, das dívidas externa e interna, de taxas de câmbio manipuladas, de emissões arbitrárias e, por tantas outras artimanhas, a "ditadura das finanças" se consolida e leva o País ao desastre.

10. O QUE FAZER

Vivemos, assim, crucial encruzilhada: com o Estado sistematicamente vilipendiado, sem lideranças aceitas; com nossas mentes sob o domínio do condicionamento da Mídia; com um sistema político-partidário apodrecido; um judiciário omisso e corrompido; a economia sob a ditadura do dólar e com risco de perder o rico patrimônio natural mineral, genético e hidrelétrico, e ainda os instrumentos essenciais ao processo de industrialização; com parcela de nosso povo submetida ao genocídio da fome e à ameaça de morte ainda no útero das mães.

RESTA-NOS congregar todos os brasileiros que tenham compromisso sagrado com a Pátria, civis e militares, de todos os recantos deste solo continental que é nosso, e dar um

BASTA aos omissos, aos pusilânimes, aos corruptos e corruptores, aos apátridas e aos traidores, aos oportunistas e aos vigaristas, sugadores implacáveis da renda nacional, e

REDIMIR nosso sofrido povo. pelos meios que a História ensina, com decisão e autoestima, e a implantação de um Estado justo, poderoso e legítimo, essencial à construção solidária daquela que poderá vir a ser a mais bela civilização que o Homem já viu neste nosso planeta de infortúnio.

Capítulo II

DEMOLIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO

A escalada de desmonte do Estado brasileiro teve início em 1979, quando começaram a ser esvaziadas as principais atividades relacionadas com o desenvolvimento, deixando de ter a prioridade que até então tiveram. Simultaneamente, o governo interrompeu como desnecessário o que chamava de planejamento econômico, embora fosse essencialmente de cunho financeiro.

A primeira atividade atingida foi a tecnologia industrial que no período 1974/78 conseguira importantes realizações. Grandes investimentos tinham sido realizados na indústria de bens de capital, insumos básicos e no setor energético de fontes renováveis, quando a crise energética do petróleo era explícita e o Brasil estava abrindo caminho de modo autônomo nesse estratégico setor. Foi o único País que implantou programa de alternativa a derivado do petróleo de âmbito nacional. Embora limitado à substituição da gasolina pelo álcool, a sua concepção inicial compreendia a substituição por fontes renováveis de todos os derivados do petróleo, mesmo porque o Brasil não importa gasolina, mas petróleo. A prioridade na substituição da gasolina deveu-se a que esse derivado era o de mais difícil substituição, além de representar, então, a maior proporção entre os derivados, 30% contra 22% do óleo diesel e 18% do óleo combustível. Vencida a etapa da mistura do álcool etílico anidro com a gasolina (22%), e do uso exclusivo do álcool hidratado, caberia imediatamente substituir o óleo diesel obtido do petróleo por óleos vegetais "in natura" ou transesterificados ou ainda por etanol aditivado. Isso, porém, não veio a ocorrer. Esse e outros programas foram tolhidos adrede por políticas de dependência externa no campo energético. Mesmo assim, a partir do início dos anos 80, o Programa Nacional do Álcool toi truncado na sua ampliação e na sua autonomia tecnológica,

persistindo apenas o que tinha sido leito até então. Mais tarde, no entanto, mesmo as metas já alcançadas loram gravemente reduzidas, pondo em risco a continuidade do programa.

A crise do petróleo tinha posto em xeque o vulnerável sistema financeiro internacional, cuja fragilidade íora evidenciada, na década dos anos 60, pela tentativa do presidente da França, Charles de Gaulle, de resgatar em ouro suas reservas em dólares. As grandes corporações do setor se recusaram a continuar fornecendo petróleo a troco de moeda internacional de referência que não mais representava riqueza real. Enquanto cediam energia que movimenta a economia mundial, recebiam em troca moeda de duvidosa garantia de valor.

Essas dificuldades foram camufladas pelo pacto entre corporações transnacionais de petróleo e banqueiros que criaram os petrodólares, emprestando-os, em seguida, a juros negativos e a taxas flutuantes a nações potencialmente ricas do Terceiro Mundo, que deram como aval seus patrimônios naturais e industriais. A moeda de referência então, neste caso, passou a ter o lastro desses patrimônios. O Brasil foi uma das principais vítimas desse processo.

A elevação dos preços do petróleo importado na década dos anos 70, só mais tarde reduzidos, foi seguida de empréstimos externos para cobrir essas importações. Posteriormente, a elevação absurda dos juros, sem precedentes na história econômica do mundo, quando se tinha de fazer novos empréstimos para saldar apenas o serviço dos anteriores, foi criando, como bola de neve, uma incrível e impagável dívida externa. Ela nos conduziu à atual situação, em que mais de 65% do Orçamento da República são consumidos com os serviços das dívidas externa e interna, sendo esta decorrência daquela. Ou seja, a maior parte de nosso orçamento é consumido perdulariamente a troco de nada, em gigantescas transferências de riqueza para um pequeno grupo que nada produz e que vive opulenta e parasitariamente à custa do trabalho de todo um povo, criando miséria e desespero.

Caímos em armadilha dentro da qual, mantidas as regras do sistema financeiro, não existe saída. Acuados, nos submetemos a jogo de gato e rato, em que esse sistema faz o papel de

zelador e transforma a economia do País em ditadura do financeiro, manipulando impiedosa e fraudulentamente uma suposta riqueza, sem que esta tenha correspondência com a realidade do mundo físico. Nessas condições, foi possível arquitetar o desmonte do Estado brasileiro, que vem sendo levado a cabo nos últimos quatro governos da República.

Essa dinâmica destrutiva teve início, como vimos, em 1979, e alcançou seu ápice no governo Collor, contando com a máquina do Poder Executivo e avassaladora doutrinação ideológica neoliberal. Essa doutrinação teve como instrumento essencial os meios de comunicação de massa, com a participação ativa ou a omissão conivente da intelectualidade e do empresariado, sem que houvesse qualquer possibilidade de debate quanto ao seu conteúdo e propósitos.

Assim, nesse quadro de referência, foram esvaziadas, eliminadas ou desmoralizadas atividades cruciais do Estado Nacional em órgãos como: Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Central de Medicamentos (CEME), INTERBRÁS. PORTOBRÁS, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (1NPI), CONMETRO, entre muitos outros. A ação foi mais profunda com a eliminação dos Ministérios-fim: da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, dos Transportes, transformados em órgãos-meio; e ainda, como parte do mesmo processo, foram enfraquecidas as Forças Armadas, cujo desa- parelhamento se acentua aceleradamente. Ele teve sequência com a privatização de empresas de economia mista básicas e estratégicas e, finalmente, em uma revisão constitucional ilegítima, felizmente fracassada, que objetivava a perda do controle pelo Estado de monopólios essenciais e de cruciais patrimônios naturais - mineral e hidrelétrico -, além da descaracterização da empresa de capital nacional.

Tudo isso complementado com o projeto de Lei das Patentes, que transfere para pequeno grupo de corporações transna- cionais o riquíssimo patrimônio genético do continente tropical brasileiro, avaliado pelo FAST, órgão especializado do Conselho de Ministros da União Europeia, em cerca de 90% do

patrimônio existente no planeta. Essa lei conduz ao controle externo por essas corporações de setoies essenciais a vida, como alimentos e medicamentos, além de dar-lhes, por meio das patentes de microrganismos, o monopólio de uso sobre seres vivos.

2. A DOUTRINA NEOLEBERAL

Tudo isso vem ocorrendo com maciça doutrinação ideológica da população que, sentindo a brutalidade do diagnóstico, deixou-se envolver pelo canto de sereia de soluções falsamente milagrosas, fundamentadas na mistificação de ideias e conceitos, por meio de frases feitas e palavras de ordem. Conceitos positivos, mas aplicados com má intenção, enfeitados pela comunicação com lantejoulas de circo e apoteose teatral, não desprezando ações subliminares, conquistaram consciências, enganaram e traíram a população, indefesa e condicionada ante a massificação monopólica da Mídia. Conceitos, como os de modernidade, livre comércio, competitividade, produtividade, inserção na economia global, Estado mínimo, fim da História entre outros foram utilizados cinicamente por uns - os comprometidos com o desmonte - e ingenuamente por outros - os despreparados ou propriamente ingênuos. E por larga caterva de oportunistas beneficiados...

A maioria absoluta da população foi vítima dessa manipulação: a classe trabalhadora em todos os níveis, os jovens, os homens e mulheres de bem e de caráter, comprometidos com o bem-estar de seus filhos. Os meios de comunicação de massa bloquearam informações e os bombardearam com uma avalanche de meias verdades, falsos conceitos e práticas que desestruturam os valores e os princípios básicos de qualquer sociedade organizada. É a essa maioria cerceada a quem nos dirigimos.

Para facilitar a demolição do Estado e o esfacelamento da Nação, campanhas milionárias vêm sendo levadas avante, nos últimos quinze anos, com o objetivo de induzir ao descrédito tudo o que for nacional, a começar pelo próprio ser brasileiro.

São exemplos: a insidiosa “lei" de Gerson, que nada tem a ver com nosso esportista, em campanha patrocinada por empresa estrangeira, objetivando a perda da autoestima; propaganda deformante favorecendo o separatismo regional: a tentativa permanente de descrédito de nossas instituições; o confronto artificial entre empresas de economia mista e as de capital privado nacional: a insistente indução ao antagonismo entre civis e militares; as intenções declaradas de transformar as Forças Armadas em polícia de narcotráfico; a anulação de nossos valores morais por meio de programas de mídia que caracterizam os brasileiros como desprovidos de ética, promovendo por esse meio a destruição da família, célula básica da sociedade; a generalização da subcultura, o cínico deboche da escola e tantas outras ações.

Assiste-se, em contrapartida, ao deslumbramento ante tudo o que provém do mundo hegemônico, especialmente o negativo e o que nos denigre, em desrespeito à verdade. Tudo produzido por indivíduos em geral desqualificados, cínicos e oportunistas, cuja vinculação com o Brasil se deve exclusivamente ao ato cartorial que registrou seus nascimentos. Decreta-se a morte civil de respeitados pensadores, intelectuais, artistas de real valor, cientistas comprometidos com a Pátria, com nossa história e cultura. Evita-se, a todo custo, o debate honesto, sério, inteligente, que respeita o contraditório, em torno a nossos problemas e realidades. Nossas melhores realizações, presentes e passadas, são escamoteadas em todos os campos da atividade humana. Figuras históricas de referência são ignoradas. Pro- move-se, assim, a formação de um imenso vácuo, uma falta abrumadora de guias e de horizontes, que faz o brasileiro descrer de si mesmo, da cultura a que pertence. Isso leva a juventude a procurar o futuro fora do País, correndo o risco de perder-se, finalmente, na vala comum dos apátridas. E estarrecedor que, sendo os meios de comunicação concessões do Estado, seus prepostos descumpram deveres constitucionais face à cidadania e à Nação, mantendo como único parâmetro de referência um mercantilismo amoral.

Ao moderno, que se relaciona com tudo o que é novo. procurou-se dar a permanente acepção de bom, confundindo-o

com avanço e progresso. Deste modo, a palavra adquire uma conotação altamente positiva, passando a ser aceita por muitos como definidora do melhor caminho, anulando legítimas e importantes realizações do passado. Entretanto, nem tudo o que é novo é bom - ou não é necessariamente bom. E mais. nas circunstâncias atuais, a maior parte do que se apresenta como novo ou é enganoso ou perverso, além de ser consagrador do *status quo.* De fato, ao qualificar-se indiscriminadamente o novo, o moderno, como bom, está-se consagrando sua permanência.

Vejamos um exemplo que oferece aspectos salutares, mas pode promover efeitos perversos: A automação é um avanço tecnológico que pode contribuir para a melhoria das sociedades, mas quando adotada de modo generalizado promove amplo desemprego. Ou seja, quando usada sobre uma sociedade onde o desemprego já é intenso, pode tomar proporções de tragédia. A modernidade assim aceita, sem o devido discernimento, promove o desastre. A automação, em geral, aumenta o que é chamado de competitividade e produtividade das empresas, ao mesmo tempo em que cria, no nosso caso, miséria e desespero. Ela é um meio - e como tal tem que ser considerada - enquanto o bem-estar da população é um fim. Na melhor das hipóteses, o moderno pode ampliar os meios para alcançar determinado fim, mas não deve, só por ser moderno, prejudicar o bem maior de dar emprego aos desempregados ou bem-estar e segurança à população. Toda sociedade responsável necessita ser capaz de discernir essas questões e não agir cegamente. Dizer que "somente por ser moderno é bom", não faz sentido. Em muitos casos, uma solução anterior, mais antiga, pode ser a mais adequada. Não se deve perder de vista que no passado algumas sociedades viveram pontos altos da história da humanidade e que, comparadas com as atuais, mostram, para dizer o mínimo, a pequenez do momento em que estamos vivendo. São exemplos a Grécia de Péricles, a Idade de Ouro na Espanha e a Itália do Renascimento.

E essencial, portanto, que a sociedade disponha de instituições, no âmbito do Estado, que reflitam a consciência nacional, com a responsabilidade e os meios de poder discernir - e, se necessário, intervir -, entre o que é compatível com nossa

cultura, interesses e princípios éticos e o que pode levar à nossa destruição. Implícito nessa missão está o objetivo de verificar se a grande mídia, escrita e lalada, com o imenso poder de que hoje dispõe, está sendo usada para impedir que os cidadãos e as instituições conheçam a realidade e possam refletir sobre ela.

Esse cerceamento e deformação das mentes assumem maior gravidade por estar no bojo de um projeto geopolítico. conduzido de fora do País e objetivando a demolição do Estado e a desagregação da Nação. A omissão sistemática nessas questões, por parte dos que controlam o Estado, passa a comprometê-los irremediavelmente por deixarem a Nação sem mecanismos de defesa, dando a impressão de conivência dolosa com o processo. Faz-se assim do Estado veículo de destruição coletiva.

3. ESTADO MÍNIMO". ESTADO LEGÍTIMO E ESTADO DELINQÜENTE. A NAÇÃO E O ESTADO BRASILEIROS. ESTADOS REGIONAIS

O Brasil chegou a ser a oitava economia do mundo - os primeiros sete formam o Grupo dos Sete (G-7) -, o que não deixa de ser uma demonstração de competência e decisão. Tem. entretanto, um dos mais elevados níveis de miséria, ocupando do ponto de vista social e humano a sexagésima terceira colocação. Como explicar isso? Porque a ação dos meios, provavelmente modernos, não foi compatibilizada com os objetivos nacionais e porque os dirigentes, na Sociedade e no Estado, não cumpriram o seu papel. Essas evidências somente podem ser reorientadas por um Estado responsável, comprometido total e exclusivamente com a sociedade a que deve servir. O Estado deve reportar-se à coletividade em lunção da qual existe, e responder a seus problemas, necessidades e aspirações. Tem que estar capacitado a cumprir seus objetivos, sob pena de transformar-se em Estado irresponsável e, portanto, ilegítimo. Por isso, o chavão "Estado Mínimo toma a conotação de grande idiotice ou de plano criminoso. Ele não deve ser mínimo nem máximo, mas o necessário, o adequado

para as circunstâncias, as características, os fins e aspirações do nacional. Ou ele existe para executar um Projeto Nacional ou não será legítimo. E neste caso pode transformar-se em Estado Opressor, a serviço de outro Estado; de parte apenas da respectiva sociedade ou ainda de ideologias nocivas ao seu papel agregador e conducente ao bem-estar e segurança coletivos. Pode também transformar-se em Estado Omisso ou até em Estado Delinquente.

Para que um Estado sirva e represente a Sociedade tem de estar preparado para conduzir os destinos nacionais; caso contrário, vira nau à deriva, joguete fácil das determinações de outros Estados que. para tanto, usam instrumentos os mais variados. Ou seja, é condição essencial ao Estado autonomia e competência. É o único autorizado ao uso da força em defesa da Nação ameaçada, fazendo valer suas necessidades, interesses e aspirações. Para isso, as Forças Armadas são o seu braço; o braço armado do povo. Tudo fica, portanto, na dependência de sua legitimidade; do processo por meio do qual é constituído e da disponibilidade de meios para garantir desempenho pleno das funções delegadas pela Nação. Necessita estar capacitado a executar o Projeto Nacional. Disso decorre que Estado nenhum pode ser dirigido por indivíduos subalternos, incompetentes, amorais ou desleais, qualquer que seja o processo de sua escolha. A lealdade para com a Nação é condição essencial do Estado. O processo político que leva à escolha dos dirigentes do Estado somente será legítimo se respeitar esses princípios. Não basta a escolha ocorrer pelo processo eleitoral, se esses princípios não forem rigorosamente respeitados. Do contrário, cria-se um simulacro de democracia e como consequência um Estado ilegítimo.

A Nação é mais que uma população, é mais que um povo, podendo agregar vários povos. Compreende um território, uma história e uma ou várias culturas ou línguas. Ao Estado cabe sua representação e defesa. Ele existe em função exclusiva do nacional. O que é o internacional senão a relação entre os Estados nacionais? É apenas uma relação, uma interação que existe em função de nações e de Estados que as representem. Aqueles que promovem a supremacia do internacional sobre o

nacional estão na realidade camuflando o eventual predomínio sobre o Estado Nacional de um outro Estado hegemônico.

Somente com o respeito aos Estados Nacionais pode-se chegar à formação de blocos com interesses comuns, como bem ilustra o excelente livro *The European Experience: A Historial Critique of Deuelopment Theory,* de Dieter Senghaas. O autor analisa cento e cinquenta anos de evolução de países da Europa, em que cada um soube defender sua respectiva soberania, enfrentando com sucesso as tentativas de predomínio, inicialmente da Inglaterra e depois da Alemanha. Uma experiência oposta foi a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em que um supra-Estado, tendo como base determinada ideologia, quis impor sua predominância a inúmeras Repúblicas da região. O modo como esse sistema desmoronou demonstra bem sua inconsistência e ilegitimidade. Os métodos, muitas vezes brutais, utilizados no processo de subjugação tiveram êxito apenas temporário. Analogamente, no campo ideológico contrário, estão as grandes corporações transnacio- nais, senhoras do mundo, que assumem, cada vez mais, um ativo papel supranacional, utilizem ou não como suporte Estados constituídos. Na atualidade, ideologias já carcomidas, como a liberal e outras, em fase de montagem, evidenciam processos que pretendem fazer o mesmo, neste caso por meio de organismos internacionais e outros esquemas de coordenação, que começam a atuar de modo supranacional: o GATT, o Banco Mundial, o FMI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Grupo dos 7 (G-7), fundamentados no poder remanescente da bipolaridade.

Com a extrema vulnerabilidade de países do Terceiro Mundo, dependentes da dívida externa, ilegítima e imoral, e mesmo em alguns do Primeiro pela dependência energética, com forte implicação de natureza militar, e ainda mais, pelo desmoronamento da biporalidade, esses organismos são usados pela superpotência remanescente como instrumentos de hegemonia, apesar da resistência nos demais países e até, internamente, nos EUA. Na mesma linha desses organismos multilaterais surgiram as Organizações Não-Governamentais (ONGs), financiadas e conduzidas por interesses de nações

hegemônicas, bancos e corporações, intervindo com a maior "sem-cerimónia" em assuntos internos de países mais fracos Um de seus principais campos de atuação é o ambiental, base para uma suposta nova ideologia enganosa, mas aparentemente de natureza altruísta.

Novas ideias e ações surgem em áreas de interesses específicos visando fortalecer a natureza supranacional dessas organizações, tanto das internacionais quanto das ONC.s, de que são exemplos os denominados "direitos humanos", controle demográfico e, mais recentemente, direitos trabalhistas e questões sociais como um todo.

É difícil encontrar em todo o mundo um conjunto que reúna condições tão excepcionais e harmoniosas para constituir-se em Nação soberana, como o Brasil: território continental, em grande parte situado nos trópicos - o que não é dizer pouco, à luz de crises irreversíveis que assolam atualmente as nações hegemônicas e cuja única saída são os trópicos, como é o caso da crise energética recursos naturais extraordinários, cultura sedimentada, uma só língua, habitado por raça cósmica resultante de singular miscigenação, com uma religião predominante, em clima de incomparável tolerância religiosa, sem problemas graves de fronteira com seus vizinhos. Enfim, essa é a Nação Brasileira.

Uma nação ou um conjunto de nações podem reunir características adequadas ao surgimento de uma civilização nova. Esse evento somente ocorre pela força da sua cultura, da sua organização, dos seus princípios de valorização do ser humano, criando condições para fértil e feliz evolução de um ou vários povos. Na linguagem atual, embora limitada, de ambientalistas bem intencionados, isso só será possível se essa civilização for autossustentada. Acaso existe outra região no mundo com características tão favoráveis para essa extraordinária experiência humana como o continente brasileiro ou, sem supremacia de qualquer espécie, o continente ibero-americano?

E o Estado? Este, em nosso caso, nunca conseguiu identificar-se inteiramente com a Nação, fruto do período colonial que, desde a segunda metade do século XVII, nos subordinou ao poderio inglês e continua até hoje subjugado aos norte-americanos.

No presente século, no período entre as décadas dos anos 20 e 70, tínhamos conseguido avançar com certa autonomia, especialmente entre as duas grandes guerras. Havia, de fato, um Projeto Nacional em formação, que começou a ser minado a partir do término da Segunda Grande Guerra. Desde então, foram colocadas sobre o Estado Nacional as cunhas institucionais externas do Tratado de Bretton Woods, em 1944 (FMI e Banco Mundial), e do Modelo de Crescimento Econômico Dependente, este na segunda metade dos anos 50.

Com a camisa de força desses dois instrumentos de subjugação, a sociedade brasileira foi perdendo graus de liberdade, felizmente sempre com focos e períodos de resistência. A ocupação dos setores mais dinâmicos de nossa economia desde a segunda metade da década dos anos 50 por corporações transnacionais estabeleceu o que Dieter Senghaas chama de *periferização por dentro.* Ou seja. essas organizações passaram a ter mais e mais poder na vida nacional e a ocupar de modo crescente o poder do Estado. Essa sistemática foi intensificada desde Juscelino e no período militar pelo poder dos tecnocratas e continuada após a chamada abertura democrática, chegando à fase demolidora no governo Collor de Mello.

Com o processo de globalização da economia propugnado pela doutrina neoliberal e com o objetivo de demolir os Estados Nacionais, novos conceitos são forjados nos sinistros laboratórios liberais. Entre eles, vem ganhando espaço o de Estados Regionais com reflexos sintomáticos nos países periféricos, a quem se destinam, e já objeto de posicionamento do G-7, na reunião de cúpula de 1993, realizada em Tóquio.

Sua aparição resulta da mistificação propalada de que os Estados Nacionais se tornaram antinaturais e disfuncionais como unidades para organizar as atividades humanas e administrar os esforços económicos, em um mundo sem fronteiras. Seus propugnadores asseguram que o Estado-Nação não é uma forma genuína em uma comunidade de interesses econômicos divididos, não sendo definidor de fluxos significativos de atividades econômicas. Ele falha, afirmam os neoliberais, nas ligações "verdadeiras" e nas sinergias que existem frequentemente entre populações diversas.

Ao exemplificar com a Itália, enfatizam que, ao considerá-la como um ente econômico, ignora-se as discrepâncias da realidade de um norte industrializado e um sul rural. Ou seja, dizem, ao tratar a Itália como uma unidade econômica - como o faz o administrador do setor privado e o funcionário público -, se está operando sobre bases falsas, implausíveis e operando com valores médios inexistentes. Feito esse tipo de considerações, o senhor Kenichi Ohmae em artigo no *Foreign Affairs,* em 1993, define: *“No mapa da economia global as linhas que agora fazem sentido são aquelas definidas pelo que se pode chamar de “Estados Regionais". No mundo atual sem fronteiras, eles são zonas econômicas naturais e o que conta é que cada um possui, em uma ou outra combinação, os ingredientes-chave para o sucesso na economia global. ”*

As principais ligações dos Estados Regionais tendem a ser com a economia global e não com a nação hospedeira. "De fato", diz Ohmae, “eles conquistaram muitos pontos de convergência com a economia global porque suas características estão a ela ajustadas”. Sua escala de eficiência é sempre considerada no nível regional e não no nacional. O senhor Ohmae vai mais longe e apresenta detalhes dessas características: “*Onde as verdadeiras economias de serviços existem, religião, ética e distinções raciais não são importantes. Nem as diferenças éticas são preocupações para investidores potenciais em busca de consumidores.* "Ou seja, passam por cima dos princípios e da cultura que orientam e fundamentam a vida de um povo...

Após exemplificar com o caso da Indonésia, um arquipélago com 18.000 ilhas, 500 diferentes grupos tribais e 170 milhões de habitantes, o que justifica no seu entender vários estados regionais "para melhorar e não exacerbar as discrepâncias sociais internas’’..., o senhor Ohmae conclui que o mesmo é válido para a índia e, pasmem, para o Brasil...

Os Estados Nacionais requerem uma política doméstica, enquanto os Estados Regionais estão contidos na economia global, ou seja, atuam como empresas ou corporações. O que não fica claro é quando o senhor Ohmae afirma que os Estados Regionais localizam-se dentro das fronteiras de um Estado Nacional, dividindo com este seus objetivos políticos e aspirações.

No entanto, afirma, os Estados Regionais consideram bem-vindos investimentos e propriedade estrangeira, sempre guando permitam criar empregos e melhorar a qualidade de vida. Não vemos nisso novidade, todos os Estados Nacionais não pertencentes à esfera comunista o permitem...

A inovação aparece quando diz: "Sempre que tiverem excedentes, os Estados Regionais os utilizarão para elevar ainda mais a sua qualidade de vida e não para suportar regiões distantes ou sustentar indústrias em apuros, em nome do interesse nacional e da soberania." Objetivos tradicionais de política externa, segurança-e defesa permanecem atribuições dos Estados Nacionais. "Seus governos devem ser afastados, porém, de intervir na esfera econômica e renunciar a seus impulsos de protecionismo." Ou seja, os Estados Regionais seriam governados pela "mão invisível" do mercado... Evidentemente, precisa-se conhecer muito mais sobre esse novo ente institucional que a doutrina neoliberal pretende impor aos Estados Nacionais como quistos que concentram o poder econômico e seguem políticas próprias nesse setor, interagindo diretamente com os centros hegemônicos, como parte da economia globalizada.

Após citar Bangkok na Tailândia, Kuala Lumpur na Malásia, Jakarta na Indonésia e Singapura, reconhece que São Paulo, no Brasil, reúne condições genuínas de transformar-se em um Estado Regional e, algum dia, entrar no rol dos Estados-Membros da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD), que agrega os países ricos... Pelo visto, esses propósitos neoliberais estão mexendo com muita gente no Estado de São Paulo... Será que 1932 está sendo revivido? Houve até quem falasse em uma política de comércio exterior própria para o Estado... (Regional?). Vê-se que os "laboratórios" neoliberais mundiais estão ativos em promover divisionismos internos nos Estados Nacionais, podendo ser causa de graves conflitos em países do chamado Terceiro Mundo...

4. PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND

Como parte essencial do *Projeto Nacional,* na área econômica surgiram as empresas de economia mista básicas e estratégicas: siderúrgicas e de energia e, posteriormente, telecomunicações, petroquímica, fertilizantes, aeronáutica, entre outras. Todas! construídas a partir de investimentos públicos em resposta a necessidades essenciais do processo de industrialização e como suporte para o setor privado: o de origem nacional não reunia condições de garantir a existência dessas empresas e as corporações estrangeiras não tinham interesse. É muito sintomático que o processo de desestatização de cunho neoliberal esteja ocorrendo precisamente com essas empresas, sem, entretanto, ressarcir os investimentos públicos realizados durante cerca de meio século e sem resultar de um novo Projeto. Destrói-se, assim, as bases de um Projeto Nacional pela dilapidação de imensos patrimônios públicos, sem substituí-lo por outro...

Denomina-se estratégia tudo aquilo que auxilia o manejo do poder que, quando visa alcançar objetivos de uma nação, é exercido pelo Estado. É mais arte que ciência. O poder manifesta-se em vários campos que interagem entre si, como o psicossocial, o político, o cultural, o militar e, especialmente na atualidade, o económico-tecnológico. Suas variáveis envolvem fatores pertinentes sobre os quais se pode ter controle ou não. Por isso, é essencial o Estado dispor de instrumentos capazes que o ajudem a montar uma estratégia de desenvolvimento, sob pena de ver suas políticas resultarem em efeitos inconsequentes.

As empresas de economia mista estratégicas desempenharam, sem dúvida, esse papel nos últimos 40 anos. Elas surgiram como parte essencial dos mecanismos de execução de um Projeto Nacional que estava em marcha desde as décadas dos anos 20/30.

O Brasil, desde a Guerra do Paraguai, sempre teve uma estratégia militar. No entanto, viu sua estratégia econômica ser desmontada desde a segunda metade dos anos 50 com a implantação do modelo de crescimento econômico dependente.

Por ação dos tecnocratas, a estratégia econômica passou a ser a das corporações transnacionais aqui instaladas e a do sistema financeiro internacional. Apesar disso, as empresas de economia mista básicas e estratégicas permitiram ao País enfrentar, embora parcialmente, essa situação dentro dos interesses nacionais, o que permitiu reduzir os danos e a alienação resultantes desse modelo dependente. Foi graças a essas empresas, especialmente à PETROBRÁS, que se conseguiu dar uma componente nacional ao nosso parque industrial, além de garantir o surgimento de algumas empresas privadas nacionais de certo porte económico-tecnológico. O Banco do Brasil teve esse papel no campo da agricultura.

Os defensores da doutrina neoliberal pretendem agora retirar o Estado dessas empresas, ou seja, destruir o único instrumento efetivo e competente de ação do Estado na área económico-tecnológica, em momento de extrema adversidade da nação brasileira.

A análise dessa crucial questão está contida em estudo realizado em período muito mais favorável (1962/70) de nossa realidade econômica, para o Comitê do Senado norte-americano sob a presidência do Senador Frank Church, que levantou as ações das Corporações Transnacionais no Brasil e no México. Esse estudo foi analisado no capítulo VI de nosso livro *De Estado Servil a Nação Soberana,* editado pela VOZES. Vejamos breves trechos desse trabalho:

“A desnacionalização industrial progressiva tende a minar a soberania dos países. Soberania econômica não significa autarquia ou isolamento em matéria de investimento, produção, desenvolvimento tecnológico e mercado internacional. ...O que é relevante, entretanto, é a autoconfiança e o auto direcionamento da capacidade industrial, como resposta às necessidade e prioridades dos países. Soberania econômica significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia. Na ausência de um quadro institucional poderoso para, explicitamente, controlar o poder das Corporações Transnacionais. o enfraquecimento das empresas privadas nacionais independentes, devido ao aumento da presença dessas corporações estrangeiras, ameaça a soberania econômica dos países.

Onde essas transnacionais têm penetrado e estendido o seu controle sobre a maior parle da produção, o poder de decisão, que afeta a conduta das firmas, fica transferido do capital nacional para o capital estrangeiro. A liderança dos negócios e da indústria como um todo passa a provir de fora. trazendo, com isso. a possibilidade de que as decisões-chave sejam mais relacionadas com a dinâmica mundial das operações das corporações transnacionais do que com as necessidades do mercado local. Essa dependência das decisões é levada ao extremo pelo tipo de relacionamento entre as subsidiarias e as matrizes dessas corporações. As subsidiárias são altamente dependentes em pesquisa e desenvolvimento, em tecnologia, em insumos críticos, em acesso aos mercados externos e em endividamento a longo prazo. Assim, em muitos setores industriais, a desnacionalização cria um grau substancial de dependência econômica externa. ...Ao nível macroeconômico, a estrutura de propriedade estrangeira pode até contribuir para um desempenho adverso à economia desses países. Se uma recessão local resulta em uma queda da demanda agregada, essas subsidiárias têm a capacidade de reduzir a produção e elevar os preços para proteger seus níveis de lucro.

Os ganhos são assim transferidos de modo mais rápido para as matrizes e o fluxo de investimento externo diminuído. Desse modo. os esforços da economia local para restaurar o crescimento econômico podem ser frustrados na medida em que as empresas transnacionais exacerbam os déficits do balanço de pagamentos...”

E assim continua o sério trabalho do Comitê do Senado dos EUA. Como vimos, os únicos setores privados nacionais que ganharam certo porte sustentam-se irremediavelmente nas nossas grandes empresas de economia mista. Não é preciso ser muito perspicaz para saber o que irá acontecer com o parque industrial brasileiro quando concluído esse programa de desestatização, na forma como está sendo levado avante.

As empresas de economia mista brasileiras, base da nossa industrialização, foram sempre lucrativas para a sociedade, com garantidos retornos dos investimentos públicos inicialmente realizados e controladas, nos principais casos, por tarifas públicas. Os tecnocratas, no entanto, usaram e abusaram dessa

última prerrogativa, impondo-lhes tarifas aquém dos custos para tentar cobrir monumentais buracos financeiros resultantes de péssima gestão do processo inflacionário, frutos da própria incompetência - ou seria competência? Em muitos casos são os mesmos tecnocratas aliados a certo tipo de políticos que, dentro do Estado, promovem prejuízos nessas empresas, em seu próprio benefício e, posteriormente, atuando como setor privado, as adquirem, por preços vis, no processo de privatização. Também tem ocorrido que dirigentes dessas empresas, fazendo o jogo das desestatizações, continuem em seus cargos após a privatização, quando passam a ter salários entre cinco a dez vezes superiores.

Embora o papel dessas empresas esteja longe de ter sido cumprido, não existe qualquer garantia nem possibilidade de que, após privatizadas, continuem a desempenhá-lo. No Brasil e em outros países que sofreram o mesmo processo, o que se tem visto é, pelo contrário, o confronto com o papel sócio-económico que tinham anteriormente. Criam-se por essa via odiosos monopólios e oligopólios privados, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento nacional.

Evidentemente, essas empresas, após serem privatizadas, têm por único objetivo o lucro; quando isso não se verifica, abandonam setores produtivos e vastas regiões do País menos desenvolvidas, que não dispõem de dimensão de demanda para fundamentar os elevados lucros pretendidos. Como essas transferências de patrimônios, em geral, têm sido predominantemente para banqueiros e grandes grupos sem compromissos com o País, não há qualquer garantia que sua produção continue. Anula-se, assim, longo e gigantesco esforço anterior que objetivara a substituição de importações.

Felizmente, o fracasso da aventura irresponsável da Revisão Constitucional não permitiu atingir a PETROBRAS, ELETROBRÁS, TELEBRÁS e EMBRATEL. A dinâmica estabelecida, porém, não oferece perspectivas seguras quanto à preservação dessas empresas, básicas no processo de industrialização e instrumentos essenciais das estratégias do Estado brasileiro.

Por essas razões, o Programa Nacional de Desestatização (PND) põe em risco um dos principais pilares do que sobrou do Projeto Nacional. Essa tresloucada e imoral privatização pode, portanto, resultar no desmoronamento caótico da nossa estrutura produtiva, construída com o sacrifício de todo um povo. Até o início dos anos 80, o País manteve elevadas taxas de crescimento tendo como principal eixo da produção as empresas de economia mista. Poucos países em todo o mundo dispunham de diversificações industrial e de serviços comparáveis às brasileiras. Essas empresas, com o empenho do Estado, foram de crucial importância na absorção, difusão e capacitação de técnicas importadas, inclusive canalizando suas demandas

para o parque industrial interno e, quando necessário, criando programas de capacitação tecnológica para as empresas priva-
das de capital nacional que são suas fornecedoras. Somente elas, ademais, dispõem no País de dimensões, competência e comprometimento para levar avante um desenvolvimento autônomo de tecnologia, essencial ao poder de competição do parque produtivo nacional. Essa tarefa estava começando a realizar-se com sucesso nos centros tecnológicos de todas elas e vem sendo truncada de modo criminoso pelo processo de desestatização.

Ademais, reúnem características que as distinguem das empresas privadas nacionais e, enfaticamente, das subsidiárias de Corporações Transnacionais. Isso deve-se ao fato de acumularem em seus objetivos funções aparentemente opostas, ora suprindo necessidades essenciais da sociedade como empresas públicas sem privilegiar o lucro, ora atuando como entidades empresariais com eficiência e competitividade de modo a garantir seus investimentos e operação, com independência do erário público. O equilíbrio desses dois objetivos foi alcançado plenamente, salvo quando houve interveniência indevida de setores da tecnoburocracia que atuaram deformando funções e responsabilidades; isso vem ocorrendo por intromissão da área financeira do Estado na administração dessas empresas, transferindo para elas, como vimos, o ônus da incompetência de Estado não legitimo na administração do processo inflacionário. Age com igual irresponsabilidade quando as obriga à compra de equipamentos desnecessários no exterior com o

objetivo de usar os respectivos *supply credits* para fechar o balanço de pagamento externo. Na verdade, a partir de determinado momento, que coincide com o final da década dos anos 70. a visão dinâmica e atuante da gestão pública dessas empresas, que vinha se mantendo incólume desde sua criação, foi profundamente alterada. Passaram a surgir crescentes obstáculos e absurdas dificuldades à sua operação e saudável evolução. Tudo ocorrendo por promoção de origem externa e tendo como meio de divulgação a grande Mídia. Essas empresas de economia mista passaram a ser combatidas, desvirtuadas e desmoralizadas ante a opinião pública. Desse processo participam elementos atocaiados no interior do próprio Estado, matreiramente escudados nos cargos que ocupam a serviço de interesses privados internos e externos. A explicação para isso está no controle de setores do Estado por interesses privados, em confronto com o interesse público.

Quadros dirigentes especializados e comprometidos com a Nação têm sido sistematicamente substituídos por elementos confiáveis a outros interesses visando acelerar as ações da doutrina neoliberal, ao tempo em que se promove o desestimulo aos profissionais de carreira. Aqueles, experientes nas questões de criação de riqueza, foram preteridos em favor de outros ligados ao sistema financeiro internacional. Muitas dessas empresas, a partir dos anos 80, passaram a ser dominadas por especialistas em finanças, orçamento, contabilidade e economia que nada sabem do processo produtivo nem da equação tecnológica; dão ênfase a questões monetárias e de marketing, em detrimento da produção de riqueza real e das necessidades da população. Com a avalanche da propaganda neoliberal, a grande Mídia passou a promover de modo desonesto, também com o suporte de enclaves dentro do Estado, campanhas milionárias contra esses instrumentos empresariais públicos que formam a espinha dorsal de nossa estrutura produtiva industrial. Os tecnocratas impuseram-lhes ônus de natureza social que são atribuições específicas do Estado, incompatíveis com a atividade empresarial. Ou seja, usaram-nas para desempenhar papel que a própria incompetência não lhes permitiu
levar avante.

Essas empresas foram também utilizadas para promover a estatização da dívida externa por absorção dos empréstimos contraídos por empresas privadas, nacionais e estrangeiras, principalmente devido à Resolução n- 63 do Banco Central. É amplo o espectro de políticas nocivas impostas pelos tecnocratas à gestão das empresas de economia mista, rompendo uma salutar tradição que lhes permitiu desempenhar crucial papel no desenvolvimento nacional.

Fugindo às normas da concorrência, em 1986, foi imposto a essas empresas, por meio do Decreto-lei 2300, uma série de restrições burocráticas que emperrou de modo absurdo sua operação, a começar por incríveis regulamentos para compra de bens e contratação de serviços. Foram tantas as regras a seguir, prazos a respeitar, formulários a preencher, autorizações prévias a obter, tudo sujeito a burocratas autoritários, que a flexibilidade de decisão essencial à atividade empresarial foi destruída. Contratações para a execução de novos serviços essenciais passaram a exigir exaustivas e redundantes justificativas, levando os quadros mais competentes e experientes a procurar outro meio de vida ou até a aposentadoria prematura. A dignificante carreira pública, com sentido de missão, foi mais que desestimulada; foi desconsiderada e até desmoralizada por virulentas campanhas, abrindo espaço para aventureiros em incursões de rapina. Recursos para treinamento e especialização de pessoal passaram a ser sinônimo de desperdício e objeto de cortes orçamentários; salários compatíveis com as responsabilidades das funções, como males a serem extirpados. Tudo isso em empresas de economia mista sujeitas à venda de ações em bolsa. Apesar de tudo, suas ações têm sido, em média, as mais procuradas e valorizadas, fruto naturalmente da credibilidade conquistada ao longo do tempo e que se vem mantendo graças à resistência de seus quadros profissionais frente à intervenção indevida dos tecnocratas da área financeira do governo.

No caso dos órgãos da administração direta, entre aqueles de natureza mais estratégica, o processo de desmantelamento foi devastador. Verdadeiros delinquentes demitiram ou puseram em disponibilidade milhares e milhares de funcionários e

retiram especialistas de suas funções para as quais tinham sido submetidos a sofisticados cursos de treinamento no País e no exterior, em áreas de responsabilidade do Estado, cruciais a vida do cidadão. Tudo isso ocorreu em nome do dogma do "gigantismo” do Estado e da alegada ineficiência intrínseca ao serviço público, um dos "slogans” do fundamentalismo sectário da doutrina neoliberal que não resiste a uma superficial verificação. Fica assim provado pelos resultados alcançados no Brasil que uma doutrinação instrumentalizada pelos meios de comunicação pode transformar todo um povo em bando de idiotas que chega a perder a autoestima e a caminhar sem resistência como gado para o abate. E pode também, como ficou provado, transformar em Presidente da República um delinquente por vocação.

Aprofundando essas questões, vejamos o que diz o Senador Amir Lando, Relator da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do PND:

"Neste ambiente criado de degeneração, de verdadeira guerra de guerrilha entre as estatais que tentam sobreviver e o Governo que tenta submetê-las com as políticas de contenção de preços, de direcionamento das compras, vendas e contratações, de limitação dos créditos e da política de recursos humanos, transformada em mera estatística de gastos,... proliferam as ideias de que as estatais (leia-se: Empresas de Economia Mista) devem ser, em princípio, eliminadas”.

Independentemente do modo como está sendo levado avante esse Programa, com escandalosas doações a grupos nacionais e estrangeiros privilegiados, as privatizações desmontam a estrutura produtiva industrial brasileira por mexerem profundamente em peças básicas e estratégicas de todo o sistema produtivo. Se isso fosse concebido de modo a não ocasionar o colapso do sistema, naturalmente exigiria um conjunto de medidas complementares e de políticas industrial e tecnológica, que não foram sequer pensadas. Como ajustar à nova situação as questões de tarifas, taxas e preços, outrora definidos pelo Estado e que garantiam custos compatíveis com a economia da população e do setor privado nacional? Como garantir que os

monopólios e oligopólios criados com as privatizações respeitem as condições mínimas de concorrência ao restante do parque produtivo atingido, devido à natureza básica ou estratégica das empresas privatizadas? O que irá ocorrer com a economia de setores produtivos estratégicos e de vastas extensões de nosso território cujo mercado ainda não dispõe de escala para justificar investimentos lucrativos? E o que ocorrerá onde os investimentos já foram realizados mas não há demanda lucrativa?

Com a fúria privatizante e a "falência" financeira do Estado decretadas de modo monolítico pelos dogmas neoliberais, o que ocorrerá com a maioria dos aeroportos, das estradas, dos telefones fora do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte? Enfim, são tantas as perguntas para as quais os tecnocratas não têm resposta... Então, quais os objetivos verdadeiros dessa desestatização?

Vejamos o Relatório do Senador Amir Lando:

"No intuito de acelerar o PND, inúmeras simplificações e concessões foram feitas no processo de alienação dos bens e ativos públicos.

Em 1991, primeiro ano de execução do PND, somente cinco empresas foram privatizadas (em moedas podres) e com "valor" de face de US$ 1,5 bilhão. Em 1992, o programa é acelerado com a transferência para grupos privados de 16 empresas, por US$ 2,3 bilhões, pelo mesmo sistema de valores. Até setembro de 1993, 6 empresas tinham sido desestatizadas pela quantia (sempre basicamente em moeda podre) de US$ 2,3 bilhões.

O ano de 1992 apresentou condições de mercado desfavoráveis para a venda de ativos. A recessão económica e a política monetária restritiva a recursos financeiros foram predominantes no período. A adoção pelo Banco Central de juros altíssimos - média de 42% reais ao ano - desestimulou qualquer investimento, salvo os essenciais de curto prazo.

O cenário internacional também não favorecia vendedores de ativos. Os movimentos especulativos no mercado de capitais do primeiro Mundo predominaram sobre aquisições de empresas ou

em quaisquer iniciativas de médio ou longo prazo de maturação. Empresas pertencentes ao setor de insumos, como aço. petroquímicos básicos e fertilizantes, estavam em crise no mundo. Justamente foram esses os setores escolhidos pelo PND.

Apesar que as condições melhoraram um pouco em 1993, ainda assim foram reafirmados e mantidos os mesmos procedimentos de avaliação e vendas adotados no ano anterior, com dados de 1991, sem as indispensáveis atualizações e correções à defesa do patrimônio público".

A suspeitíssima necessidade de acelerar, a qualquer preço, a desestatização das empresas que formam a espinha dorsal da nossa estrutura produtiva, levou o governo a oferecer todo tipo de benefícios e facilidades crescentes aos potenciais "compradores": diversificação das formas de pagamento - basicamente moedas podres; tratamento tributário privilegiado; ausência de mecanismos inibidores à formação de oligopólios constituídos ou fortalecidos pela transferência desses patrimônios empresariais; danosos procedimentos de avaliação, adotados de modo sistemático no PND, que garantem a diminuição significativa dos valores de oferta para venda.

Como diz o Senador Lando: "As justificativas técnicas e acadêmicas sempre foram utilizadas para escamotear os verdadeiros motivos de dilapidação do patrimônio público." A aplicação de técnica de avaliação do preço mínimo tendo por base o valor atual do fluxo de caixa, descontado em taxas elevadas, desvalorizou injustificadamente o patrimônio público. Os ativos das empresas, a participação no mercado interno e externo, pontos de venda, penetração e aceitação dos produtos, tradição da empresa, patrimônio tecnológico etc., não toram considerados nem influenciaram o preço de venda. Já os passivos tiveram tratamento privilegiado, com a assunção de dívidas pela União, quando financiamentos de médio e longo prazos retirariam esse encargo das contas públicas. Mas como permaneceriam sendo obrigações futuras das empresas, alegou-se que o saneamento financeiro prévio à venda melhoraria os preços.

Diz ainda o Senador: ''Os benefícios adicionavam-se ao conjunto articulado de privilégios e concessões cumulativas.

para o seleto grupo de participantes do processo aquisitivo. *Moedas de Privatização* em vez de moeda corrente e financiamentos governamentais, vedados a empresas ligadas ao Estado, mas ofertados aos grupos interessados em comprá-las, são As empresas federais privatizadas a partir de 1991, quando começou o atual programa de privatizações, fecharam 39.631 postos de trabalho desde que passaram ao controle do setor privado. exemplos dessas benesses.

A fixação de uma única modalidade de venda - o leilão - e a despreocupação com a formação de oligopólios nos setores i de aço, fertilizantes e petroquímicos, foi o coroamento do leque de favores e obséquios no uso e abuso do bem público.

Pode-se afirmar que todas as dúvidas e questões verificadas nos procedimentos de venda de empresas integrantes do PND conduziram a respostas sempre no mesmo sentido e direção: um conjunto articulado de medidas para diminuir ao máximo o valor de oferta do bem público, além de ações adicionais para favorecer os adquirentes desses patrimônios, incluindo milhões de dólares de gastos com dinheiro público em propaganda pela Mídia, promovidos pelo órgão governamental responsável pela venda - o BNDES visando desvalorizar e desmoralizar os bens públicos que tinham a responsabilidade de vender...”

Um dos principais objetivos do Programa Nacional de Desestatização, conforme estipula a Lei 8.031/90, é a redução da dívida global do setor público, interna e externa. A venda financiada de *moedas de privatização* pelo BNDES e demais agentes financeiros aos eventuais compradores de empresas nos leilões de privatização não contribuiu para a redução da dívida pública nem para o saneamento das finanças do Estado. Considerando que uma das questões básicas das finanças públicas é o déficit das contas federais de curto prazo, seria então essencial que a venda das empresas fosse em moeda corrente e não em títulos, de modo a gerar disponibilidades de caixa e, portanto, diminuir a necessidade de financiar o Tesouro pela emissão de títulos de dívida ou emissão de moeda. Títulos ainda não devidos, com prazos de vencimento anteriormente repactuados, foram utilizados como se vencidos fossem. Ou seja, não eram dívidas vencidas e sim repactuadas.

O fato de alienar-se patrimônios básicos e estratégicos da estrutura industrial brasileira para fazer caixa já se caracteriza,

em si mesmo, como um absurdo e um crime contra a nossa economia. Ocorre que nem para isso serviu o PND...

Entre as “justificativas” do PND está o propósito de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, com a ampliação da oferta de valores mobiliários e a democratização r mercado de capitais das empresas que integram esse Programa. Sobre essa questão diz o Relatório do Senador Amir Lando:

“Constata-se que os lançamentos e as negociações de ações no mercado de capitais têm nas empresas de economia mista a sua parcela mais representativa de transações registradas. De capital aberto, são também essas empresas as que têm maior número de acionistas e as que apresentam melhor perfil de democratização do capital, ainda que sob o controle majoritário do Estado. Representam parcela dominante nos fundos previdenciários e de ações em geral.

Já as empresas privadas nacionais ou sob o controle externo, presentes em nossas Bolsas de Valores, são em número extremamente pequeno, se comparado com o universo total das empresas que atuam no território nacional. A maioria absoluta dessas empresas são de capital fechado. Algumas, anteriormente abertas, fecharam seu capital. E rara a pulverização de suas ações, concentrando a propriedade em grupos que detêm quantidades de ações muito além das necessárias para garantir o controle das empresas.

Medidas acauteladoras e preventivas se adotadas poderiam encaminhar um início de reversão desse quadro de modo a atingir em médio prazo a pulverização das ações e a esperada democratização dos capitais privados. No entanto, o que se verificou até agora é que o PND está contribuindo de modo decisivo para a consolidação dos oligopólios de fabricação e de comercialização dos aços não planos, para a formação do oligopólio dos aços planos, do monopólio dos fertilizantes e uma acentuada concentração do capital privado participante do setor petroquímico. Há comprovada compra de empresa por grupo setorialmente dominante, para fechá-la em seguida, de modo a otimizar sua estratégia regional de produção e comercialização, como é o caso da COSINOR, arrematada pelo Grupo

Gerdau para ser fechada. Nem mesmo o aparente privilégio concedido aos empregados para comprarem determinado percentual de ações, a preços inferiores aos estabelecidos para venda, pode caracterizar-se como uma democratização do capital. ...A compra de ações pelos empregados serviu basicamente como massa de manobra de grupos dominantes interessados em apossar-se das empresas, sem os gastos adicionais que teriam sem essa composição".

Finalmente, o Senador Amir Lando conclui o Capítulo V do seu Relatório que trata da Montagem do Cenário e dos Vícios de Origem do PND :

"Neste quadro nada alentador, seria desnecessário qualquer detalhamento sobre os segmentos já privatizados. Especificar este ou aquele caso pode significar uma redução nos descalabros que ocorreram em todos os casos já observados. É por isso que os novos atores que farão proximamente parte da história política brasileira deverão, para gáudio dos princípios éticos, rever todo o processo e exigir responsabilidades daqueles a quem a população, direta ou indiretamente, confiou a responsabilidade de seus recursos. Por isso, as análises setoriais que se seguem neste Relatório servem apenas como quadro de referência ou como exemplo da prática delituosa que se tornou comum e se reforçou nos últimos anos: a de dilapidar os recursos públicos conseguidos por meio do trabalho, da inteligência, do suor, da lágrima, do sangue e da própria vida de milhões de brasileiros".

Os valores globais de algumas dessas vendas dão uma ideia do nível de descalabro que foram essas "privatizações". Conforme nota divulgada pela Procuradoria Geral da República, as quatro primeiras empresas "vendidas" no governo Itamar Franco, a Fábrica Nacional de Álcalis, a COSINOR, a CELMA e a USIMINAS, esta a segunda mais eficiente usina siderúrgica em todo o mundo, com patrimônio avaliado em quinze bilhões de dólares, foram vendidas "por um valor que não dá para adquirir um veículo Gol, usado". A Companhia Siderúrgica Nacional, marco histórico da industrialização brasileira, segundo seu diretor financeiro foi "vendida" por 28 milhões de dólares em espécie, quando havia em cofre 78 milhões de dólares e cerca

De 200 milhões de dólares em , matérias-primas e produtos hartos no pátio da empresa...

5 BANCO DO BRASIL, ITAMARATI E AS FORÇAS ARMADAS

O Banco do Brasil, empresa de economia mista, de vital impotãncia para o País, corre sérios riscos. Devido a fortes ressoes externas perdeu a chamada Conta Movimento que lhe nermitia exercer adequadamente seu tradicional papel de apoio à agricultura. Passou, então, por imposição externa, a ter que se comportar cada vez mais como banco privado. Esses, de há muito, deixaram de desempenhar a função que justifica suas existências: a de financiar a produção. Hoje, só produtor que perdeu a razão ou em desespero procura financiamento em bancos privados, que vivem de empréstimos de curto prazo ao Estado, a juros astronômicos, formando a tenebrosa dívida interna cujo serviço consome mais de 60% do Orçamento da República. Já controlam cerca de 20% do Produto Interno Bruto, quando o normal em países ricos é algo da ordem de 5%. Evidentemente, o que está acontecendo com o Banco do Brasil visa criar condições para privatizá-lo, ou seja, doá-lo a insaciáveis grupos privados.

Entre os grandes bancos vinculados ao Estado brasileiro, com papel na regulação e manutenção do sistema financeiro interno, somente resta, comprometido com o nacional, embora de modo decrescente, o Banco do Brasil. A Caixa Econômica Federal encontra-se em dificuldades aparentemente insuperáveis e os Bancos Central (BACEN) e de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) têm sido instrumentos de cani- balização do Estado e veículos da alienação de patrimônios públicos.

Nesse contexto, editorial de importante jornal de circulação nacional apresenta como medida básica para a modernidade do Estado brasileiro o desmonte de três de suas estruturas fundamentais, por considerá-las “arcaicas”: o Banco do Brasil, o Itamarati e as Forças Armadas.

Com a exceção provável das Forças Armadas, há muitos que trabalham nessas instituições com esse precípuo fim. As intenções traduzidas nesse jornal ficam claras ao não pretender substituí-las por outras que venham a desempenhar idênticas funções essenciais para a Nação. É bem possível, entretanto, que essas intenções sejam frustradas pela própria natureza negativa dos efeitos que promovem. Isso acaba de ocorrer de modo setorial, em julho de 1994, com a estatização generalizada dos bancos na Venezuela. Lá, como parece estar começando a acontecer aqui, já foram longe demais...

O poder crescente das oligarquias nacionais e internacionais sobre o Estado brasileiro, o domínio predominante sobre os partidos políticos e sobre o processo eleitoral, levam a considerar o alto nível de privatização e de internacionalização a que estão submetidos, deixando, por isso, de cumprir algumas de suas principais funções.

O que a ideologia neoliberal vem impondo, acentua ainda mais o caráter internacionalista de nossa economia ao suprimir a presença do Estado em áreas industriais básicas e estratégicas visando desregular a produção, tarefa impossível de ser absorvida pelo capital privado nacional. A rigor, o que os neoliberais pretendem claramente é ter esses instrumentos sob controle externo para posterior esvaziamento, promovendo a desindustrialização do País.

Exemplo de desvio de atribuições ocorreu com o Itamarati. Tendo desempenhado no passado importante papel, graças à tradição estabelecida por seu fundador, o Barão do Rio Branco, hoje se vê reduzido a promotor de negócios privados no exterior. Envolvido pela ideologia neoliberal, o Itamarati vem se dedicando a servir interesses externos. São exemplos sua atuação na Lei das Patentes; no Acordo Quadripartite do setor nuclear, que nos submete à Agência de Energia Atômica e nos classifica como país de segunda classe; na perda do controle nacional da área espacial; na delimitação da nação (Estado?) ianomami, neste caso por intromissão direta do governo norte-americano, entre outras, todos em afronta direta à soberania nacional.

Quanto às Forças Armadas, é bem conhecida a situação de penúria a que estão submetidas, com falta de equipamentos, peças de substituição etc., que as imobiliza. A isso adiciona-se tratamento salarial humilhante de seus quadros, sob todos os

aspectos, injustificável. A desculpa de que não existem recursos no Orçamento é desmentida pelo desvio de mais de 67% desse Orçamento para um pequeno grupo de banqueiros e especuladores. externos e internos, que nada produzem, a título dos respectivos serviços de dívidas que não resistem a uma simples auditoria. Ademais, como denunciou o ex-Secretário da Receita Federal, existe sonegação de impostos da ordem de 50%, ou seja. entre 30 e 50 bilhões de dólares anuais. As propostas da área financeira do Governo de subordinar a atualização dos salários dos funcionários civis e militares à venda de ativos do Estado em empresas de economia mista evidencia o cinismo dos tecnocratas. Uma redução de apenas 1% de tal dilapidação orçamentária devida ao pagamento desses serviços resolveria plenamente essa ignóbil situação, pois mais do que duplicaria, por exemplo, o orçamento do Ministério do Exército. A penúria que lhes é imposta não pode ser só resultante da cobiça desmedida de banqueiros e especuladores, mas de plano arquitetado.

Conforme nos informa Adriano Benayon do Amaral, "os números do Orçamento de responsabilidade da Secretaria do Tesouro mostram que a rubrica *Pessoal e Encargos Sociais* teve sua participação no total das despesas correntes reduzida em 1993 para 18,9%, quando era 27,4% em 1992. Na realidade, os valores são muito menores que essas porcentagens, já que no total das 'despesas correntes' há parcelas grosseiramente subestimadas, como a dos juros, por exemplo. *Calculando em dólares, o valor da folha de pagamentos dos servidores civis e militares caiu à metade em relação a 1989".*

6. MODELO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO PERVERSO: ANTIDESENVOLVTMENTO. O PAPEL DOS TECNOCRATAS E DOS CENTROS ACADÊMICOS NA COOPTAÇÃO DAS IDÉIAS NEOLIBERAIS. OS EMPRESÁRIOS NACIONAIS

O Tratado de Bretton Woods submeteu-nos a sistema financeiro draconiano em que uma nação hegemônica impõe a todos sua própria moeda como referência internacional. Às nações mais prósperas da União Europeia, embora eventual-

mente beneficiando-se da situação em relação às mais fracas têm procurado manter certa autonomia agregando-se em bloco econômico, além de procurar caminhos que as levem à estruturação de força militar, independente da OTAN.

O contrário vem ocorrendo com o Estado brasileiro que submete a Nação à ditadura financeira de controle externo. Evidentemente, isso põe em questão a própria validez e legitimidade da atuação dos dirigentes do Estado brasileiro, que acabam por colocá-lo em confronto com a Nação.

O Modelo de Crescimento Econômico impôs ao Brasil processo de dependência que consolida essa situação de periferia ao entregar setores entre os mais dinâmicos da economia sob o controle de grandes Corporações Transnacionais.

O mercado interno é o maior patrimônio econômico de nosso povo e assim está consagrado na Constituição de 88. Apesar disso, forças antinacionais impediram que esse princípio constitucional fosse regulamentado e pretendiam revogá-lo na frustrada Revisão. A ocupação desse mercado por forças externas estabeleceu processo de periferização por dentro; ou seja, periferização promovida por interesses externos enraizados no País. Tal processo foi ainda reforçado pela natureza intrinsecamente dependente do modelo econômico. Na realidade, ele atua abjetivando o antidesenvolvimento. apesar de períodos com iltos níveis de crescimento, que serviram para alimentar a natureza perversa do processo.

O despreparo dos tecnocratas na condução das questões nacionais é de tal ordem que não lhes permite distinguir as profundas diferenças conceituais entre desenvolvimento e crescimento econômico. Ignoram a qualidade do crescimento, a quem serve e para que serve. Naquele, desconhecem que o conceito de desenvolvimento implica em identificar os caminhos que levam aos objetivos maiores da Nação, de modo claro e definido. Pressupõe que reflita o esforço coletivo para que sejam alcançadas as metas de um Projeto Nacional. Essa é a razão pela qual, independente das ideologias que professem, os Lecnocratas propugnam, como meta ideal, um crescimento econômico acelerado, quaisquer que sejam suas metas e sua qualidade, sem que tenha vinculação com a história e a cultura

nacionais e sem considerar as necessidades e aspirações da população. E, de modo incrível, desconsiderando - devido à dependência tecnológica - as vantagens comparativas dos fatores locais de produção. Para eles, o crescimento econômico torna-se um fim em si mesmo, quaisquer que sejam as consequências sobre o povo e a Nação. Até a recessão econômica é promovida artificialmente, como o vem sendo no Brasil nesses últimos dez anos. em nome de um pretenso futuro crescimento. Chega-se ao extremo de abdicar da própria moeda, elemento essencial de soberania de um povo, para alcançar a "estabilidade" e, como consequência - dizem -, o crescimento. Como isso seria possível se toda a capacidade de poupança nacional é abocanhada impunemente por sonegadores, especuladores e

banqueiros?

As principais causas da grave situação que enfrentamos têm suas origens na fase de implantação do modelo, na segunda metade dos anos 50, e no subsequente período do "milagre", quando o crescimento económico foi ponderável. O âmago da questão está precisamente na dependência no campo tecnológico e nas deformações conceituais que os interesses predominantes impõem, manipulando as teorias econômicas.

Os tecnocratas, em geral economistas no poder, arrogantes e intrinsecamente despreparados para o que é substantivo no esforço de desenvolvimento, têm dificuldades em entender este processo por falta de formação teórica e prática, devido à própria natureza das teorias que manipulam, com falsos símbolos e paradigmas equivocados. Como consequência, consideram os indivíduos como consumidores e as nações como mercados. Até aí nada de anormal pois, para eles, é isso o que aprenderam e sabem fazer e, portanto, estariam em seu papel. A questão torna-se grave quando exercem o poder maior das sociedades, como tem ocorrido de modo frequente na chamada modernidade e, de modo predominante, nos países dependentes. Nestes, o econômico já restrito apenas ao financeiro, fundamentado em falsa simbologia de moeda emitida ao arbítrio do poder emissor externo, ao concentrar as decisões da sociedade nas mãos de tecnocratas, somente pode resultar em desastre. Essa dinâmica política caracteriza uma "ditadura" do

financeiro que traz intrínseco o mecanismo que permite o controle da economia nacional pelos centros de poder do sistema financeiro internacional. Na realidade, eles formam uma seita que deifica o mercado - dominado pelo financeiro -
e sataniza o resto.

John Foster Dulles, ex-Secretário de Estado norte-americano, dizia: *"Há duas maneiras de conquistar um país estrangeiro: uma é ganhar o controle de seu povo pela força das armas, outra é ganhar o controle de sua economia pelos meios financeiros."* Até agora, pelo menos, estão preferindo a segunda opção e os tecnocratas nativos são o seu exército de
ocupação.

O despreparo dos tecnocratas para os problemas de desenvolvimento dos povos ibero-americanos é contraposto pela aplicação e competência no cumprimento subalterno das ordens que recebem dos centros hegemônicos. Muitos desses profissionais tiveram sua formação pós-graduada em universidades norte-americanas e foram responsáveis pela imediata aceitação entre nós da nefasta proposta doutrinária neoliberal. Isso, graças à atuação que tiveram no mundo acadêmico
fazendo a cabeça de toda uma geração de jovens economistas
e administradores. É bem conhecida a forte influência que tiveram os *Chicago boys* na primeira fase da ditadura de Pinochet no Chile, ocupando todos os ministérios da área econômica com egressos da Universidade de Chicago. Eram o orgulho de Milton Friedman! Em outros lugares também foram chamados para posições de comando nos respectivos países de origem, como Salinas de Gortari no México e Domingos Cavallo na Argentina. No Brasil, desde longa data, vêm ocupando as posições-chave do segundo escalão (segundo?, da área econômica do governo.

No Governo Itamar Franco recusam-se a receber instruções do Presidente da República e muitos deles, antes de ocupar postos no Executivo, passam, como em estágio probatório, por diretorias do Banco Mundial ou do BID. Um deles, quando presidente do BNDES, criticou duramente a suposta ignorância do Presidente da República em questões econômicas - como se elas não fossem políticas lamentando que o Brasil não

tivesse um Presidente à altura de um Salinas de Gortari, profissionalmente predestinado à Presidência. Ou seja, surgiu! por essa via, uma perigosa nova casta neste nosso continente de infortúnios... Ainda no atual governo e na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em analogia com o Chile, temos aqui os *M1T boys.* Não é por acaso que o professor Dornbush do MIT é considerado o *Sachs do Brasil.* O professor Sachs foi quem comandou o processo neoliberal na Bolívia e andou assessorando Yeltsin na Rússia.

Evidentemente, já temos aqui sucursais à altura desses centros do ‘‘saber hegemônico”. Entre os mais efetivos e eficientes, pela ordem de importância, são: a Escola de Economia e Administração da USP, o Instituto de Economia da UNICAMP e o setor economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Igreja precisa pôr mais atenção nessas questões, pois, ao tempo em que defende os desvalidos, monta escolas de preparação de economistas promotores da miséria dos povos periféricos, sem qualquer escopo ético. Os *Chicago Boys* de Pinochet vinham todos da universidade católica de Santiago...

Quando ainda lecionávamos Administração Prospectiva na pós-graduação da Universidade de Brasília, assustava a formação neoliberal que os economistas e administradores traziam dos cursos de graduação. Tínhamos que dispender uma parte do Curso decodificando suas cabeças dessa doutrinação e resgatando a capacidade de refletir para terem condições de identificar a realidade e os problemas do País. Felizmente, a espontaneidade dos jovens permite reintegrá-los nas questões nacionais, bem como no uso adequado dos instrumentos técnicos que dominam.

A ressurreição intempestiva das carcomidas ideias liberais do *laissez-faire* e do livre-cambismo, essência do colonialismo que infelicitou o século passado e hoje é denominado neoliberalismo, encontrou poderosa ação promocional em fundações estrangeiras e organismos internacionais. Com financiamento farto para a organização de seminários e conferências e paia a publicação de seus resultados, essas entidades monopolizaram o debate acadêmico nas áreas econômica, de ciência política e

sociologia em todo o continente ibeio-americano. Acabaram por influenciar fortemente a quase totalidade das universidades e dos centros de estudos avançados, muitos deles criados para a propagação do ideário neoliberal. A situação de gravíssima dificuldade financeira e falta de alternativa do mundo acadêmico certamente abriu o seu precioso espaço para que aquelas organizações difundissem sua malsinada ideologia, que fundamenta duro e desumano colonialismo.

A maioria de nossos empresários é fruto de um modelo de crescimento econômico dependente e se subordinou à estrutura produtiva em que os setores dinâmicos foram dominados por subsidiárias de corporações transnacionais. Somente mais tarde, no período compreendido pelos anos 60 e 70, houve uma tentativa de revigorá-los, embora o espaço econômico já estivesse ocupado pelas transnacionais que começaram a implantar-se no Brasil na segunda metade dos anos 50. Essas foram favorecidas por todo tipo de reservas de mercado, incentivos e subsídios. Ademais, o modelo de crescimento econômico impõe às empresas nacionais a dependência tecnológica externa, ou seja, os empresários brasileiros, nesse modelo, já nascem com a corda no pescoço...

Setor industrial em mãos de nacionais, que preexistiam a esse período, dominando mais de 85% do mercado interno e com capacidade de competir no exterior, como o farmacêutico, foi desmantelado, tendo que vender suas indústrias, na "bacia das almas", a grupos estrangeiros. Com o andar do tempo, as corporações transnacionais dominaram praticamente todas as associações, sindicatos e federações patronais que tinham peso e poder, reduzindo assim as empresas genuinamente nacionais
a papel complementar e periférico, apesar do seu número ser muito maior.

Por esses motivos foi realizado na Assembleia Nacional Constituinte de 87/88 grande esforço, liderado pelo Senador Severo Gomes, para protegê-las dessas condições adversas. O máximo que se conseguiu, no entanto, foi evidenciar juridicamente sua existência, quando com participação acionária predominante. Isso não significa grande coisa, como vimos no caso petroquímico descrito no Capítulo I deste livro. O controle real de empresa é dado pelo domínio tecnológico e não pela maioria

Acionaria. Deu-se-lhes então na Constituição de 88 a designação de empresa Nacional de Capital Nacional. Ou seja, o nacional, para existir precisa ser adjetivado, o estrangeiro não necessita adjetivo... é nacional por definição. Parece brincadeira!

Onde os constituintes de 87/88 conseguiram importante vitória foi no art. 219, ao definir que o mercado interno integra [V] patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-económico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal. Não sabiam os constituintes que o Congresso que os sucedeu, com a responsabilidade de regulamentar esse princípio, simplesmente o ignorou, em desrespeito à Lei Magna. Não é por acaso que os que patrocinaram a espúria e ilegítima Revisão constitucional de 1993/94, baseando-se indevidamente no art. 3 das Disposições Transitórias da Constituição, pretendiam entre suas prioridades revogar precisamente estes dois princípios: o da empresa nacional de capital nacional e o art. 219 da Constituição. O assustador é que a FIESP, a Confederação Nacional da Indústria, associações comerciais e similares organizaram “lobbies” milionários para garantir a derrubada desses dois princípios constitucionais, o que, evidentemente. demonstra objetivos antinacionais. Mais: ao não admitirem a participação efetiva do industrial brasileiro no comando, está-se criando estrutura produtiva nacional dirigida do exterior que, evidentemente, visará objetivos dos outros e não os nossos, da sociedade brasileira. Qual, então, os fins permanentes do parque produtivo nacional? Resolver os problemas de bem-estar de outros povos ou coisa semelhante? Nesse contexto, o que poderiam, na realidade, fazer as empresas verdadeiramente nacionais ante a avalanche de promoção da doutrina neoliberal que envolveu o povo brasileiro em gigantesca marola de mentiras? Acuadas, sem condições de resistir, esperaram passivamente o momento de ir para o matadouro, na expectativa de tirarem proveito pessoal e enriquecer quando da venda ou da perda do controle de suas empresas para grupos externos. Muitos deles, que sobreviveram e cresceram protegidos pelas empresas de economia mista que os privilegiavam, estão hoje enfrentando monopólios privados que resultaram do programa de desestatização.

um mundo com capital internacional móvel, nossa adesão a medidas integracionistas por direção política é *a melhor medida para promover a desagregação das nações.* A separação espacial dos locais que sofrem os custos e os que usufruem os benefícios torna-se cada vez mais profunda. A Corporação Transnacional estará cada vez mais apta a comprar a mão-de- obra nos locais de baixos salários e a vender os bens nos mercados de altos salários." Evidentemente, o senhor Dayle poderia, em vez de utilizar a mão-de-obra como exemplo - porque esta pode ser substituída em quase sua totalidade por máquinas automatizadas e por robôs -, usar recursos naturais escassos e estratégicos e não renováveis como energia, terra, água, minérios etc., entregues pelos países periféricos a preços simbólicos, abaixo dos custos de extração e transporte, como já vem acontecendo amplamente. Ou seja, o acesso indiscriminado e praticamente gratuito das Corporações Transnacionais aos patrimônios insubstituíveis dos povos periféricos.

Essa análise nos permite identificar talvez a principal causa que leva os Estados hegemônicos e suas corporações, cada vez mais carentes de fontes energéticas e de recursos naturais não renováveis, a promoverem o desmonte dos principais Estados nacionais periféricos e, como consequência, a deterioração acelerada das condições de vida das respectivas populações.

Chegamos, assim, ao principal objetivo de países hegemônicos em relação a nações potencialmente ricas, mas subordinadas à condição humilhante de periféricas. Como a disputa por esses patrimônios estratégicos tende a crescer entre os diversos blocos de poder, passa a ser importante minar as economias periféricas, potencialmente ricas em recursos naturais, para facilitar sua dominação econômica e, se necessária, territorial.

Estados demolidos, economias desestruturadas, populações sem autoestima, rarefeitas e famintas, Forças Armadas desmotivadas e sem condições de luta, meios de comunicação de massa dominados, classes dirigentes corrompidas, servis e idiotizadas, formam um conjunto de circunstâncias ideais para a ocupação territorial, talvez sem a necessidade de um só tiro.

O que se está montando em relação à Amazônia, ao dar à

questão ecológica conotação geopolítica, é um consistente exemplo do Que vimos demonstrando neste ensaio. As ações já se estendem ao campo militar, com o cerco de nossas fronteiras por bases militai es e instalação de radares, além de treinamento de tropas estrangeiras em suas proximidades. Nossas Forças Armadas, no entanto, têm demonstrado extrema preocupação com a situação e preparam-se para enfrentá-la.

À medida que vamos aprofundando as graves questões envolvidas no livre mercado de uma economia global, na forma como está sendo implantado, mais nos assustamos quanto à irresponsabilidade dos seus promotores locais. A classe dirigente dos países periféricos está promovendo impunemente a perda por parte do Estado de instrumentos estratégicos e do controle sobre fantásticos patrimônios naturais, que nos dariam excepcionais vantagens comparativas em um sistema de comércio internacional compatível com nossos interesses. Põe-se em confronto o Estado com a Nação.

Outro conceito de uso frequente na ideologia neoliberal é o de produtividade, definida pelos economistas como o quociente entre a produção e o número de trabalhadores envolvidos, em vez dos fatores de produção como um todo. Pela deformação que este conceito promove quando aplicado, sua análise merece especial atenção. Evidentemente, definição tão simplória para questões tão complexas exige uma série de precondições para que tenha algum sentido teórico ou prático. Recentemente, conhecida revista semanal, procurando desqualificá-la, comparou esse “índice” na PETROBRÁS com o do Oriente Médio, onde a exploração de petróleo se dá no continente e a muito baixas profundidades e outras características vantajosas com as explorações da PETROBRÁS em mar profundo. Pelo visto, essa revista considera idiotas seus leitores e o povo brasileiro, ao fazer tão desqualificada e heterogênea comparação. Feitos esses comentários, no sentido de realçai a indispensável cautela sobre esses conceitos, vejamos as implicações do uso exaustivo desse índice pelos neoliberais, que por essa via pretendem, sem critério, enxovalhar a estiutuia produtiva brasileira para enfraquecê-la ainda mais. Como a Produtividade é um quociente, ao diminuir o denominador, o quociente

aumenta. Numa sociedade onde falte mão-de-obra ou onde exista pleno emprego, ou seja, onde o objetivo seja reduzir os empregos em benefício do capital, até que esse índice pode ter um significado positivo. O mesmo não ocorrerá, contudo, onde há desemprego. A diminuição dos empregados para uma mesma produção, em geral, é decorrente de investimentos em automação e não resulta necessariamente em aumento de eficiência para a empresa e muito menos para a sociedade. A verificação fundamental deve considerar seus efeitos globais, o que isso representa para a Sociedade e para os desempregados e suas famílias e não o que significa para a empresa ou corporação, quaisquer que sejam suas origens... Se o capital é mais abundante do que a mão-de-obra, como vimos, o efeito pode ser desejado, o mesmo não ocorrerá se o capital é escasso e a mão-de-obra abundante, como é o caso do Brasil. Deste modo, para nós, esse índice é de efeitos perversos; portanto, em vez de ser chamado de produtividade, deveria, de modo mais adequado, chamar-se "índice de genocídio", por promover a miséria e, como consequência, a morte do homem e não o seu bem-estar. Um dos objetivos-fim mais nobres de uma sociedade justa é o pleno emprego, tema crucial de qualquer Projeto Nacional. Ademais, conforme Ricardo, uma economia eficiente é aquela que valoriza o fator abundante, no caso brasileiro a mão-de-obra, e desvaloriza o fator escasso, ainda no nosso caso, o capital, que, mesmo quando em moeda nacional, está sujeito a juros extorsivos, juros de superagiotas.

A medida que a tecnologia vai substituindo o homem pela máquina, menos necessidade têm os grupos oligopólios do uso do homem na produção. Assim, promovem indiscriminadamente o que chamam de aumento de produtividade. Há estudos desses grupos demonstrando que, dentro de seus interesses, três quartos da humanidade são dispensáveis; ou seja, para eles é racional que esses seres humanos sejam exterminados. É a lógica neoliberal. Essas são as razões por que Paulo VI, em agosto de 1974, às vésperas do início dos trabalhos da primeira conferência Internacional sobre População das Nações Unidas, realizada em Bucareste, afirmou: "Está em jogo a vida da humanidade. Em setembro de 1994, realizou-se no Cairo a terceira conferência dessa natureza, agora acrescentando a

palavra desenvolvimento para tentar mascarar seus reais objetivos. O Papa Joao Paulo II, por meio de sua Secretaria de Estado, formalizou a todos os Chefes de Estado documento, datado de março de 1994, no qual adverte que forças poderosas querem destruir a família por meio de métodos imorais, como esterilização e aborto, crime abominável que não pode jamais ser aceito" e que "as crianças não podem ser consideradas como um peso e um obstáculo, merecem sei amadas como portadoras de esperança e sinais de promessas para o futuro". Segundo o Vaticano, o documento preliminar dessa Conferência propõe um modelo educativo privado de valores éticos e a legalização do aborto, "o assassínio de um ser humano, indefeso e inocente", para eliminar a responsabilidade da sociedade com a vida e daquela que é a única guardiã do filho. Admitido isso, ficam abertas as portas a brutais aberrações. Desaparecido o respeito pela sacralidade da vida, muitos outros crimes passam a ser admitidos. E finaliza o documento: "Nenhum dos temas que serão debatidos nessa Conferência é meramente uma preocupação de natureza econômica ou demográfica, mas, em última análise, cada um deles tem um aspecto de profundo sentido moral, com vastas implicações." Assim, a substituição que propomos, no caso brasileiro, da palavra produtividade por genocídio, parece ser adequada, moderna.

Melancólica foi a resposta do Presidente da maior Nação católica a S. Santidade, sugerida pelo Itamarati, que abandonou a posição brasileira em Bucareste (1974) e no México (1984) para alinhar o Brasil com as nações ricas e genocidas que visam, geopoliticamente, envelhecer os povos no Terceiro Mundo, para fazê-los conformados e escravos.

A ideologia neoliberal dá importância desproporcional à competitividade das nações no comércio internacional, como se elas devessem competir entre si, da maneira como, aparentemente, as corporações o fazem. Na realidade, estas procuram dividir territorialmente o mundo por áreas de domínio, não havendo na realidade competição. Nessas circunstâncias, países dependentes, com o objetivo de salvar pequenas parcelas de seus mercados para empresas nacionais e, na realidade, principalmente para subsidiárias de corporações transnacionais com

Sede no País, criam restrições tarifarias ou não a importação indiscriminada de produtos e serviços, constituindo a chamada política de substituição de importação, que vê o similar nacional como um bem a ser preservado. Nenhum processo de industrialização pode ocorrer inicialmente, em qualquer país, sem essa política. No caso brasileiro, ademais, ela principalmente favoreceu subsidiarias de corporações estrangeiras que ocuparam parcelas ponderáveis de nosso mercado, especialmente nas áreas mais dinâmicas em nome de fazer o País "crescer cinquenta anos em cinco"

Esse processo, entretanto, jamais foi cogitado formalmente para o setor mais estratégico da produção que é o tecnológico. Ou seja, nossa industrialização, ao contrário de todas as outras que tiveram sucesso, não tinha ainda cumprido essa fase, essencial para que se possa falar em possibilidade de competição interna e externa, especialmente com as corporações estrangeiras aqui localizadas não sujeitas a modelo dependente em seus países de origem. Para que isso viesse a ocorrer seria necessário mudar a natureza dependente do modelo de crescimento econômico. O processo de autonomia tecnológica verificou-se em todas as nações ditas desenvolvidas com a participação decisiva, cada uma a seu modo, de seus respectivos Estados. Nos EUA, por exemplo, isso ocorre de modo intenso, principalmente por meio da programação militar, com centenas de bilhões de dólares por ano de contratos do Estado, que alimenta o desenvolvimento tecnológico de suas corporações ditas privadas. São os programas da NASA, do Pentágono e de inúmeras agências estatais que existem para esse fim. Com essas políticas de suporte maciço do Estado ao desenvolvimento tecnológico, faz sentido falar-se em competitividade, pelo menos de suas corporações.

A competitividade de nações é, no entanto, uma questão diferente. Imaginemos o que poderia acontecer-lhe se, como sucede com empresas e corporações, fosse decretada a falência de uma nação por não ser competitiva? Na hipótese de uma corporação perder a competição ela fecharia suas portas e demitira seus empregados; uma nação jamais poderia agir de igual modo. Sobre essa questão, Paul Krugman, professor do

Massachusetts Jnstitute oí Technology, em longo e explicativo artigo, publicado em março de 1994 na conceituada revista *Foreign Affairs,* emite este contundente comentário: “O comér-cio internacional não é um jogo de soma zero. Estratégias comerciais equivocadas estabelecem que as nações necessitam competir entre si como as corporações o fazem. E assim sinalizam suas obsessões na direção de ganhar a batalha das exportações. Isso não faz qualquer sentido econômico, nem traz alguma contribuição para a elevação do nível de vida das populações. Somente o aumento de produção interna pode alcançar esses objetivos.” E acrescenta: “Dizer a um grupo de empresários que um país é como uma corporação é dar-lhes o conforto de pensarem que entenderam o fundamental. Tentar explicar-lhes conceitos econômicos consistentes como vanta-gens comparativas é como pedir-lhes que aprendam uma coisa nova. Não seria surpresa que muitos preferissem uma doutrina na qual se oferecem ganhos de aparente sofisticação, sem o trabalho de pensar.

E o que dizer do conceito neoliberal do “fim da história”? Decretar o fim da História é decretar o fim do homem e da sua necessidade infinita de melhorar, de eternizar-se na sua finitude. Decididamente, não somos um povo sem alma ou com vocação suicida... Com a banalização do Homem e das Nações, transformados em objetos da História, e a consagração do *status quo* atual de barbárie e de genocídio dos mais fracos, não teremos o fim da história, mas a estabilização de um dos períodos mais anti-humanos, genocidas e medíocres da História - o que transformou o mercado em deus absoluto...

Finalmente, vejamos o que significa a propalada inserção do Brasil na economia global. Em primeiro lugar, precisamos entender o que significa essa inserção. Ninguém se insere em outro meio sem ser chamado, isto é, se não for desejada sua presença. Se for uma aspiração nossa, deve ser objeto de um processo de conquista. Evidentemente, essa aspiração nada tem a ver com o tipo de inserção de que já somos objeto. De fato, com um imenso mercado potencial próprio a ser transformado em realidade, não podemos, por enquanto, nos desgastai em cogitações hipotéticas, que não nos trazem garantias de benefícios

Este é, necessariamente, o nosso objetivo preliminar. Pensar o contrário *é* ser irrealista e irresponsável. Precisamos, sim, resgatar nossa Soberania para poder, com tranquilidade, conduzir nosso destino e ocupar plenamente nosso território, antes de procurar inserir-nos onde quer que seja. É muito curioso que os neoliberais estejam preocupados com a participação do País no contexto internacional, ao tempo em que promovem a destruição nacional à medida que nos arrastam cada vez mais para a periferia. Esquecem que o internacional pressupõe o nacional - uma Nação forte e soberana -, cujos fundamentos e razão de ser estão em nosso território, em nossa cultura, em nossa história... Precisamos para isso muita dedicação e esforço e não nos interessam aventuras irresponsáveis do tipo "inserção" em outros "terreiros", onde somos indesejados. Essas cogitações só cabem em cabeças vazias e desocupadas, para pensar o melhor. Por todas essas razões, resta-nos promover coletivamente a existência de um Projeto Nacional e estruturar um Estado forte e soberano, com a autoridade resultante da legitimidade de ser o seu executor. De outro modo, corresponde a insistir em vôo cego que nos transforma em nau à deriva. Uma nau de insensatos.

8. CONSENSO DE WASHINGTON

Em novembro de 1989, convocados pelo *ínstitute for International Econonucs,* funcionários do governo norte-americano e representantes de organismos financeiros internacionais reuniram-se em Washington para tratar conclusivamente de medidas a serem tomadas nos países do continente ibero- americano tendo em vista suas dívidas externas. Diversos economistas desses países também estiveram presentes. O resultado dessa reunião tomou o nome de Consenso de Washington.

A importância da reunião deveu-se principalmente ao fato De sintetizar as diferentes medidas, antes esparsas, do ideário Neoliberal para a regiões, originadas do governo americano, do FMI e do Banco Mundial. Anteriormente, porém, a entidade

Convocadora as tinha reunido globalmente em documento intitulado *Towards Economic Growth in Latin America*, em cuja elaboração participaram, como sempre, economistas ibero americanos entre os quais Mário Henrique Simonsen.

O espírito desse "consenso inspira-se no conceito da predominância da economia de mercado sobre a Democracia e a Soberania Nacional, subordinando o social e o político ao econômico - leia-se financeiro. Na avaliação realizada foram celebrados os resultados alcançados pelo Chile ao longo de tenebrosa ditadura, e do México, que há muitas décadas rege-se por um partido único. Fala-se também, em outros casos, em excesso de democracia", conceito não explicitado, mas que segundo as conclusões da reunião pode resultar em dificuldades para a "liberalização" das economias da região, na medida que possibilita a existência de lideranças nos respectivos países não necessariamente comprometidas com o ideário neoliberal.

O modelo de modernização por eles definido prioriza, portanto, as reformas econômicas de base neoliberal visando a "cooperação" internacional, deixando o aprimoramento democrático e a superação dos graves problemas da região para depois. Como consequência, é claro. E o "livre" jogo das forças da oferta e da procura - a incrível "lei" da economia de mercado que jamais funciona neste mundo oligopolizado e de hegemonias endurecidas - e da procura de um mercado inteiramente auto-regulável - a perigosíssima "mão invisível". Disso resulta, segundo os participantes desse consenso, que os problemas de distribuição de renda, de eliminação da pobreza, da educação, da saúde, da habitação, do saneamento, da tecnologia, da energia, entre muitos outros, irão ser automaticamente resolvidos. Ou, na melhor das hipóteses, ficarão para uma segunda fase. Eles serão decorrência natural da economia, neste caso, pelo que chamam liberalização. Nisso, pelo menos, o que deveria ser apenas um meio, e que eles consideram acima do bem e do mal, ignorando valores fundamentais das sociedades como os culturais, religiosos, ecológicos e até de bem-estar econômico das populações, há uma perfeita convergência entre o neoliberalismo e o economicismo marxista. A essas ideias e diretrizes se pospõe como consequência "o Estado mínimo e o

máximo de iniciativa, daquela “livre”, é claro, como eles chamam. Com esse tipo de liberdade, a opressão é desnecessária. pois, por esse processo, a governabilidade, como tanto se propalou, seria alcançada pela "desagregação do Estado”....

O "consenso” de Washington ignora que a dívida desses países ibero-americanos se deveu a empréstimos impostos "goela abaixo" a seus governos. Ministros da área econômica foram os colaboradores dos objetivos do sistema financeiro internacional. em momento de elevada liquidez, em que as ofertas de empréstimos eram feitas a juros negativos, mas... flutuantes. Uma palavra mágica, que nossos “ingênuos” ministros das finanças não souberam entender... Mui ingênuos!

Ignoraram também esses diligentes avaliadores que os prazos de amortização dos endividamentos realizados eram inferiores aos de maturação dos projetos de investimento decorrentes. Quaisquer que fossem as intenções dos governos receptores, os banqueiros usualmente são muito rigorosos na concessão de empréstimos, exigindo comprovação cabal de que os retornos desses projetos garantam os ressarcimentos devidos. Por que, na montagem das gigantescas dívidas desses países, essas avaliações não foram feitas? Ou, se o foram, havia outras intenções que não as de desenvolvimento? E a estratégia de, posteriormente, - quando os principais das dívidas já eram suficientemente volumosos - transformar juros negativos em juros estratosféricos, foi também por acaso? Eram esses banqueiros incompetentes? O ônus do mau negócio não deveria, portanto, ser compartido por ambas as partes, especialmente pelo lado indutor, que não sabia o que fazer com a elevada liquidez decorrente dos petrodólares? E as famosas comissões que foram fartamente distribuídas entre as autoridades financeiras receptoras não se caracterizam como um grande escândalo? Enfim, que tipo de avaliação foi realmente realizada para chegar-se a tal consenso?

Há quem afirme que os “ingênuos” ministros nativos basearam-se na crença (Que crença?) de que o sistema financeiro internacional oferecia segurança e previsibilidade. Ignoravam, por acaso, que, após o embargo do petróleo, a nação detentora do poder de emitir moeda de referência internacional

rompeu, abrupta e unilateralmente, a paridade entre o dólar e o ouro. desde 1976, desfazendo-se dos compromissos assumidos em Bretton Woods de garantir a estabilidade da ordem financeira internacional? Ao destruir a única credibilidade que sustentava Bretton Woods, sem levar em consideração o terrível impacto da medida, desmontou-se, sem a menor cerimônia, a estabilidade e a consistência que prometeu preservar. Qual, então, a credibilidade que sobrava?

Com esse conjunto de arbitrariedades e "incompetências", os países devedores foram jogados no abismo de suas insolvências, e os ministros respectivos e seus principais colaboradores ficaram muito ricos. Muitos dos que ainda não o eram, viraram banqueiros. Com a violenta elevação das taxas de juros - sem precedentes na história -, os países ibero-americanos viram-se na impossibilidade de honrar o arbitrário serviço de suas dívidas externas, que passaram a requerer, em média, mais de 80% de suas receitas de exportação. Pode-se imaginar processo de escravidão mais brutal sobre um povo? E ainda há nativos desses países que se beneficiaram fartamente dessa situação! E até hoje esses senhores continuam ditando as regras do País!
A orgia ocorreu de lado a lado. Embora nos EUA o teto permitido a cada banco para empréstimos é de até 15% de seu capital a um país tomador, informa-nos o embaixador Paulo Nogueira Batista que vários bancos norte-americanos chegaram a "emprestar" ao Brasil mais de 60% de seu capital... Vale lembrar o que disse Foster Dulles: "Além das armas, pode-se conquistar um país pelo controle de sua economia pelas finanças." É o que estão fazendo conosco, suportados por um exército de tecnocratas, de políticos servis e de intelectuais deslumbrados. O *Financial Times* já descreve como sendo o "Governo Mundial", de falo: o FMI, o Banco Mundial, o Grupo dos 7 (G-7), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e outras instituições criadas para servirem aos interesses das corporações transnacionais dos bancos e de instituições pio
motoras de investimentos.

Não é de estranhar que esse time procure demolir os Estados Nacionais e substituí-los por simulacros de Esta os que designam como "Estados Regionais", sem nenhuns compromissos

com os povos e as nações, embora deles façam parte em estranha simbiose. Atuando regionalmente como intermediário do poder económico-financeiro mundial, somente teria compromissos de qualidade de vida e eficiência com os habitantes que estivessem em seus limites, em confronto ao Estado-Nação a que pertencem, dentro dos critérios do livre mercado, ou seja, da suspeitíssima "mão invisível". Tratar-se-ia, portanto, de uma espécie de empresa ou coipoiação sem história ou cultura próprias enquistada em um território de um Estado Nacional, mas exercendo o papel de guarda pretoriana econômica sobre o restante. As perspectivas são assustadoras. Por onde o FMI e o Banco Mundial passam deixam seu rastro de miséria, desolação e desespero. Segundo o escritor mexicano Carlos Fuentes, o México pode transformar-se, em curto prazo, em muitos Chiapas. Na Argentina já tivemos rebelião na província de Santiago dei Estero...

As medidas a serem adotadas pelos respectivos governos ibero-americanos e sintetizadas nesse "consenso" já eram do conhecimento público, pois tiveram origem nas instituições participantes da reunião e estavam sendo objeto de uma gigantesca propaganda de coonestação, da qual participaram Largamente as falsas elites políticas, empresariais e intelectuais da região. Em agosto de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo publicou documento com título *Livre para crescer - Proposta para um Brasil Moderno*. em que adota como agenda de modernização o que tinha sido consolidado em Washington. A FIESP, entretanto, foi mais longe, conforme descreve Paulo Nogueira Batista no livro *Em Defesa do Interesse Nacional - Desinformação e Alienação do Patrimônio Público,* 1994, da Editora Paz e Terra:

"A proposta da FIESP inclui, entretanto, algo que o Consenso e Washington não explicita, mas que está claro em documento do Banco Mundial, de 1989, intitulado *Trade Policy in Brazil. The Case for Reform.* Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso País fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de votar ao passado, e inversão do processo nacional de industrialização,

como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI. pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950. E esta uma área em que os preços são cadentes - hoje, em termos reais, 40% em médias inferiores aos de 1970 - em virtude de notável volume de subsídios concedidos a seus produtos agrícolas pelos países desenvolvidos, da ordem de USS 150 bilhões por ano.”

A FIESP suporta a postura do alinhamento com as posições americanas na Rodada Uruguai do GATT, tanto na questão agrícola como nos novos temas normativos de serviços e de propriedade intelectual (industrial, até agora na legislação brasileira). Tudo ocorre como se a FIESP nada tivesse a ver com o Brasil e com as empresas industriais que representa, além de imiscuir-se em área que não é de sua competência e para a qual não recebeu delegação, a da Confederação Nacional da Agricultura. A FIESP está conquistando o cetro da defesa de questões antinacionais, como já o fizera na frustrada revisão constitucional e também contra a Lei de Informática, ao elaborar documento que fundamentou a destruição dessa legislação cujas consequências desprotegem, no mercado interno, centenas de indústrias de informática nacionais que tinham surgido graças a essa lei, na área de minicomputadores. Deve ser, provavelmente, a primeira vez no mundo que uma associação de indústrias incentiva a destruição de seus associados... No campo da informática, por exemplo, voltaremos, graças à FIESP, à fase em que o mercado nacional era dominado por duas grandes corporações transnacionais, hoje talvez fossem mais, embora praticamente, em sua totalidade, de origem externa. Pior ainda será que o mercado interno passe a ser suprido por simples montadoras de partes importadas. Com essas credenciais, a FIESP está conquistando com legitimidade a designação alternativa de FEDESP - Federação da Desindustrialização do Estado de São Paulo ou, para ser mais consequente, do Brasil. Pelo poder de que desfruta, neste caso seria designada FEDESBRÁS.

Conforme nos descreve Nogueira Batista, ao apresentar suas propostas de “abertura pela abertura”, como um fim em si mesmo, o Consenso de Washington não menciona o que de

Fato se pratica no Primeiro Mundo, apontado como modelo. Não esclarece que, ali. a abertura dos mercados se fez com a observância de três princípios básicos:

1- obtenção de contrapartidas equivalentes de seus parceiros comerciais;

2 - admissão de cláusulas de salvaguardas contra a concorrência desleal ou capaz de desorganizar mercados, e

3 - Gradualidade na redução das barreiras tarifárias, processo que se estendeu por quatro décadas de sucessivas rodadas multilaterais de negociação no âmbito do GATT, das quais a que acaba de encerrar-se em Marrakesh é a oitava.

"O que se sugere à América Latina é a inserção não negociada, pela abertura unilateral e rápida de nossos mercados. Isto sem levar na devida conta que as trocas comerciais entre as nações são cada vez mais reguladas pelas práticas comerciais restritivas das corporações transnacionais.

A presunção do Consenso de Washington parecia ser a de que os países latino-americanos teriam condições de competir na exportação de produtos primários para os quais possuíssem uma vocação natural e/ou em produtos manufaturados sobre a base de mão-de-obra não qualificada de baixos salários. Como se fosse possível ou desejável perpetuar vantagens comparativas baseadas numa situação socialmente injusta e economicamente retrógrada e, ao mesmo tempo, enfrentar as visíveis nuvens negras do protecionismo que começa a esboçar-se no horizonte dos mercados dos países desenvolvidos em nome do que já classificam de *dumping social.*

O Consenso de Washington é abrangente, não deixa nenhum setor estratégico de interesse interno a descoberto, compreendendo inicialmente dez áreas: 1 - disciplina fiscal; 2 priorização dos gastos públicos; 3 - reforma tributária; 4 – liberação financeira; 5 - regime cambial; 6 - liberalização comercial, 7 - investimentos diretos estrangeiros; 8 – privatização 9 - desregulação e 10 - propriedade intelectual. Coincidem com o programa de modernização do Collor e já conformava as medidas que o governo Sarney considerava

necessárias a “governabilidade”... A lista, no entanto, não é completa. Não incluía elementos novos que se desenvolveriam em paralelo ou subsequentemente. Não incluía, por exemplo a vinculação das moedas nacionais ao dólar. Nem o apoio a esquemas regionais de integração económica, dita aberta, por meio dos quais a liberalização unilateral se converte em compromisso internacional, como já ocorreu com o acesso do México ao NAFTA e ocorrerá com a transformação do MERCOSUL em união aduaneira, que Itamar Franco acaba de consagrar. em agosto de 1994.

Ainda na análise de Paulo Nogueira Batista: “As propostas do Consenso de Washington nas dez áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado. a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo da abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas como externas”.

Ao que acrescenta: “Apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado, preconizado pelo Consenso de Washington, constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial... O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra propunha para as demais nações, mas que ela mesma não seguiria. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os EUA tampouco praticaram ou praticam, além de ignorar versões sofisticadas de capitalismo desenvolvidas na Europa e no Japão.” Trata-se de receitas econômicas coloniais de *laissez-faire,* de há muito superadas, que pouco têm a ver com as circunstâncias do Brasil atual. Lamentavelmente, os últimos quatros governos da República deixaram-se levar pelo tipo de dirigentes que foram absorvendo o paradigma que viria alcançar seu ápice no período Collor de Mello. Todas as nações que conseguiram superai suas dificuldades e traçar seu destino sempre rejeitaram com energia esse tipo de modelo que mais se identifica com uma doutrina aplicável aos outros.

A industrialização dos países sempre se deu com a participação crescente do Estado como regulador, planejador e produtor em áreas estratégicas, como prevê nossa Constituição de 88. Em países citados como exemplos de liberalização, as estatísticas mostram claramente uma participação sistemática do Estado. Nos EUA, por exemplo, era de 37% em 1980. Na Europa é superior a 45%, mais do dobro do que registra a América Latina. Mesmo na Era Tatcher/Reagan/Bush cresceu na Inglaterra e nos EUA. Enquanto no Brasil a participação do capital estrangeiro é de 8.9% do PIB. na Coréia do Sul é de 5.2 e em Taiwan é de 2,3%, países que são louvados pelos liberais como de grande abertura para o exterior. Os chamados tigres asiáticos souberam resistir a seus credores externos, seguindo um projeto próprio de desenvolvimento que pouco tem de neoliberal. Suas exportações não se basearam na abertura unilateral de seus respectivos mercados e o seu êxito econômico está longe de fundamentar-se na abstenção do Estado; ao contrário, suas políticas de desenvolvimento exigiram uma forte presença estatal.

O Consenso de Washington é contraditório com o que se pratica nos EUA e demais países hegemônicos e estabelece as mesmas prescrições para o continente brasileiro em fase adiantada de industrialização e para o pequeno Uruguai ou a Bolívia, em estágio pré-industrial. Também não difere do que o FMI e o Banco Mundial está prescrevendo para países do Leste Europeu...

Ademais, já começam a aparecer os resultados em países onde essas medidas foram tomadas anteriormente, como nos casos da Argentina e do México que se alinharam na receita neoliberal, para não falar na Venezuela que está obrigando o presidente Caldera a tomar medidas drásticas para tentar impedir o desastre. Naqueles, as tensões sobre o balanço de pagamentos ameaçam colapso cambial e a própria estabilidade, sendo que na Argentina a dolarização da moeda já promove 30% de inflação em dólar. O financiamento de déficits gigantescos já alcançam 6% do PIB argentino e 8% do mexicano.

Apesar desses resultados danosos e tudo o que já ocasionou no caso brasileiro, o pensamento neoliberal trazido de

modo escancarado por Collor continua a contar com forte apoio externo e interno. Persiste o desarmamento comercial unilateral, a chamada inserção no Primeiro Mundo, a partir de uma integração abei ta no MERCOSUL e todas as demais políticas previstas no Consenso. Ou seja, o neoliberalismo continua a influir fortemente no cenário político brasileiro. Instalou-se fortemente no atual governo e promove sua continuidade na sucessão presidencial pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, que comandou as ações neoliberais do governo Itamar, mesmo quando este tentou opinar sobre o governo de sua responsabilidade, ou seja, atuou à revelia do Chefe da Nação. Não é por acaso a adesão do PFL, suporte político do governo Collor, à candidatura de FHC. Tudo isso ocorre quando a ortodoxia neoliberal da era Reagan/Bush começa a ser contestada e surgem nítidos sinais de mudança. Embora os EUA não pratiquem a doutrina neoliberal da maneira dogmática como o Consenso impõe sobre nós, a desvantagem competitiva com a Alemanha e o Japão está provocando reações contra o neoliberalismo em importantes setores do pensamento americano. Hoje, Alemanha e Japão praticam uma economia de mercado que não somente admite substancial participação do Estado na regulação econômica, mas também na gestão, ademais de uma visão econômica e social mais comunitária, ao contrário do individualismo anti-humano anglo-saxão.

9. BREVE HISTÓRIA DO PROCESSO INFLACIONÁRIO. O SINISTRO PALÁCIO DA INFLAÇÃO. O PLANO REAL

A palavra inflação vem de inflar, inchação, intumescência e tem o sentido figurado de vaidade, soberba, presunção. No campo económico indica um desequilíbrio caracterizado por um crescimento anormal dos meios de pagamento (moeda e crédito) em relação às necessidades de consumo, com a consequente redução do poder aquisitivo da moeda e alta geral dos preços. Portanto, para impedir a inflação basta regular o sistema monetário e. como consequência, o crédito, de modo a que exista sempre como símbolo verdadeiro dos bens e serviços

circulantes. Nada mais simples de ser alcançado em uma sociedade organizada cujo Estado, que a representa, dispõe de gigantesca máquina institucionalizada para esse fim precípuo. Em nosso País. essa máquina denomina-se Banco Central do Brasil. Se por acaso os resultados não estão sendo satislatórios, nada mais indicado do que verificar se esse instrumento do Estado está cumprindo de modo adequado sua função. Em caso contrário, mudam-se os dirigentes da máquina ou promove-se a substituição dela por outra que venha a cumprir o seu papel.

Do ponto de vista das ambições humanas, inflação é uma expressão que reflete o desejo universal de obter algo do nada e o poder de dirigentes políticos e. principalmente, de tecnocra- tas de preencher esse desejo por meio da manipulação do sistema monetário de uma nação. As tendências inflacionárias estão, portanto, enraizadas na própria natureza humana como a ambição, o medo ou a luxúria e foram tornadas operacionais desde quando o homem inventou o dinheiro como meio de trocas e símbolo de riqueza. Estamos condenados a sofrer esse flagelo sempre e quando não se tomarem medidas para impedi-lo. Modernamente procura-se apresentar a inflação como uma doença intrínseca aos povos subdesenvolvidos e miseráveis, precisamente os que menos consomem e ainda menos dispõem de meios monetários e de crédito. Ou seja, precisamente onde não poderia existir tal flagelo. A rigor, a inflação resulta de um roubo organizado, institucionalizado, que transfere a riquezade uma nação para um pequeno grupo de delinquentes legalizados. Provou ser o mais eficiente mecanismo de concentração de renda conhecido.

Estabilidade e moeda verdadeira podem ser sempre adulto adas por meio de novos ardis, fruto do desejo político de enganar a sociedade. Uma vez estabelecida, a inflação explícita ou incubada, aumenta sempre até um clímax, que resulta irremediavelmente em colapso. Ela foi institucionalizada pelos senhores Roberto Campos e Bulhões de Carvalho, quando respectivamente Ministros do Planejamento e da Fazenda, com a criação do instituto da correção monetária.

*Os q*ue administram a inflação, sempre a serviço dos que dela se beneficiam, ao sentirem que o processo se aproxima do

colapso, abrem mão dela, temporariamente, com o objetivo de amortecei os ciescentes luiores da sociedade ou para ganhar eleição. Mais adiante, porém, a retomam, agora mais estruturados e tranquilos, com a continuidade inflacionária garantida.
Isso ocorreu com o Plano Cruzado, apesar das boas intenções do Ministro Funaro; com o "tiro único" de Collor de Mello, apropriando-se canalhamente da poupança popular; irá ocorrer certamente, pela sua origem e natureza, com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso e com dezenas de pacotes econômicos nesses últimos trinta anos. Esses pacotes surgiram sempre de autoria daqueles que administram a inflação e visam objetivamente enganar a sociedade prometendo extirpá-la. Após um breve interregno de esperanças, quando as reações da sociedade são desarmadas e os perigos de colapso afastados, o processo inflacionário retoma incólume sua marcha, com seus administradores mais poderosos e com instrumentos mais eficazes para garantir sua continuidade. A sistemática foi sempre a mesma, saindo-se sempre vitoriosa. Ou seja, tudo indica que esses administradores da inflação ganharam a eficácia necessária para enganar a sociedade e evitar o indesejável colapso, que corresponderia para eles e para seus sócios ou patrões "matar a galinha dos ovos de ouro". Uma evidência dessa estratégia é que as causas da inflação ficam intocáveis, somente discutindo-se seus efeitos. Isso naturalmente arrasta de modo cego o apoio da população, vítima dos efeitos que reconhecem, por terem suas mentes bloqueadas por maciça propaganda monolítica da mídia, escrita e falada, e pela ausência absoluta do contraditório.

A Moeda já foi usada pelos babilônios, pelo menos faz 5.000 anos. Com uma moeda forte resultante da confiança que inspirava, a Babilônia tornou-se um centro de poder do então mundo civilizado. A cidade de Ur era a cidade do ouio. Enquanto a Babilônia chegava à grandeza via moeda forte, alcançou ainda maior poder pela reestruturação dessa mesma moeda. Isso, porém, a levou ao fim.

O rei de Ur imaginou um esquema de "riqueza ' muito maior do que a riqueza promovida por seu ouro limitado. Com a garantia de sua custódia, emprestou a juros, sob a forma de

moeda que emitia, o grande tesouro de Ur. O estímulo de dobrar e triplicar sua riqueza deu-lhe uma falsa e eufórica sensação de poder. Contudo, tal jogo suscitou demandas em ouro que em muito excediam o estoque existente, sendo todos envolvidos pelo entusiasmo de um processo aparentemente sem limites. Demandas externas e domésticas exauriram o ouro de Ur, o que não foi suficiente para deter o processo. Assim, a inflação tinha-se estabelecido.

Estimulados, os babilônios tomaram mais dinheiro emprestado para a compra dos mesmos bens, promovendo uma irreal expansão da riqueza. O rei, porém, dispunha de muita prata. Sagazmente, imaginou um novo mecanismo: estabeleceu que a prata tinha o mesmo valor que o ouro. Por algum tempo, a Babilônia avançou com moeda corrente de prata, equivalente à de ouro. Mas um certo sentimento de intranquilidade começou a formar-se, no entendimento de que a situação não era muito sólida. Isso fez o povo exigir prata real de modo mais rápido do que no começo tinham demandado o ouro. Pouco depois, não havia mais prata...

A próxima etapa foi declarar que o cobre tinha valor igual à prata. Essa proposição, contudo, não prosperou; serviu apenas para confirmar o declínio do valor da moeda. O colapso já estava à vista... Então, veio o golpe maior. A Babilônia movia-se para seu último recuo. Declarou que o chumbo tinha igual valor que o cobre... Foi a sua falência, tinha perdido a credibilidade...

A natureza do homem não é muito diferente do que era 2.000 antes de Cristo. A nação atualmente mais poderosa do mundo declara que papel tem valor igual ao ouro e convence outias nações, assessoradas sempre por tecnocratas, a concordar com o papel-ouro como reserva e até a aceitar abstratos direitos de crédito com o pomposo nome de “direitos especiais de saque”...

O ouro e a prata da Babilônia terminaram em outras terras. A Assíria tornou-se um grande centro de riqueza. Mais tarde, a Persia Alexandre, o Grande, tomou o ouro da Pérsia e a Grécia substituiu a Pérsia. Ou seja, o que não é verdadeiro dura pouco.

O mesmo ouro e a mesma prata da Babilônia ajudaram a Construir o poderoso império Romano, mas também lá o

declínio da moeda começou, sempre e no mesmo ambição de criar riqueza do noda. A demolição da moeda romana levou suas legiões a recusarem-se a continuar desempenhando a função de soldado, o que levou o império à *débãcle.*

Assim, sem exceção e através da história da humanidade, a substituição da moeda verdadeira por moeda “aguada" e sua contínua diluição marca o fim da afluência e, depois, da influência.

O Grande Khan, Kublai Khan, mandava com poderes absolutos em império que ia da Hungria até o mar da China. Fundamentado nisso criou moeda a seu desejo. Sobre ele escreveu Marco Polo: “Com maiores tesouros que todos os reis, suas “peças de papel" (moeda) tinham a solenidade e a autoridade de verdadeiro ouro e prata. Em cada peça havia a assinatura de uma variedade de autoridades, ademais do selo imperial. Todos os anos, o Khan mandava imprimir uma grande quantidade de dinheiro que nada custava e que deveria igualar todas as riquezas do mundo. Com esses pedaços de papel fazia todos os pagamentos do império e fazia-os circular universalmente sobre todas suas possessões e territórios, até onde seu poder e soberania se estendessem. E qualquer um que se atrevesse a recusar seus papéis como valor de riqueza era condenado à morte.

Pode ser que venha a preocupar certos administradores financeiros de Washington, de Wall Street e da *City* (Londres), que controlam com absoluto arbítrio “o sistema financeiro internacional”, saber que o Grande Khan somente pôde fazer isso pelo período de 27 anos... Seus papéis-moeda do ano 1260 estavam depreciados a um quinto em 1287. Mandou recolher então todas as unidades monetárias e deu uma nova por cada cinco velhas. Em oitenta anos, o império do Grande Khan

entrava em colapso...

Desde 1944, e no período de 35 anos, o dólar também reduziu seu valor a um quinto. Ganhou para o Grande Khan em 8 anos... Este, entretanto, incendiava as cidades que recusavam sua moeda! A propaganda americana, exaltando as a as virtudes de seus papéis, tem tido maior eficácia que a espada e as tochas de Kublai Khan. pois conseguiu 8 anos de vantagem...

Na verdade, a moeda internacional de referência - o dólar norte-americano pelo menos, desde 1969/70, quando o Presidente da França. Charles de Gaulle. o comprovou, não é mais uma moeda verdadeira; é apenas uma possibilidade de crédito, sem a garantia de pagamento, senão por outro crédito, igualzinha à moeda do neto de Gengis Khan. Quando isso ocorre, só há duas possibilidades: ou se aplica o método khaniano de substituir cinco por uma (pura modernidade!) ou a bancarrota. O primeiro caminho significa aumento de inflação. o segundo, deflação; ou seja, reduzir drasticamente o volume de moeda circulante e, no caso do Brasil, também de outros papéis não circulantes, simbolizando falsamente riqueza. Qual é, então, o caminho a seguir para liquidar a massiva estrutura do impagável débito norte-americano - deflação ou inflação? A segunda, naturalmente, é a mais fácil. Basta perguntar aos dirigentes financeiros brasileiros. Há, entretanto, uma diferença fundamental entre a situação dos EUA e a de Kublai Khan. Este era o senhor absoluto de todas as terras onde circulava o seu dinheiro, com poder de vida ou morte.

A moeda norte-americana circula em todo o mundo e é, pelo tratado de Bretton Woods, a moeda de referência internacional; os EUA, entretanto, não detêm formalmente o poder de legislar fora de suas fronteiras. O seu poder é exercido por intensa propaganda, pelo domínio de grande parte da mídia, graças ao controle da economia mundial precisamente pela via do sistema financeiro internacional; pelas armas, como no Panamá, Granada, Iraque, talvez Haiti; pelo controle dos tecnocratas que comandam os sistemas financeiros nacionais e, nos países submetidos a uma periferização por dentro, pelo controle das associações e federações patronais dos produtores e dos bancos nativos. Quanto à força militar, não há dúvidas que a OTAN exerce papel importante na Europa e as tropas norte-americanas no Oriente Médio sobre o resto do mundo, via dependência de petróleo. Sem obediência à moeda americana, o Japão ou a Alemanha podem ter dificuldades para ter acesso ao petróleo do Oriente Médio, por exemplo. Não é por acaso que a Alemanha e a França estão procurando ter um exército conjunto, fora da OTAN.

Ademais da tragédia forjada pela inflação em países do Terceiro Mundo, o exemplo contemporâneo mais dramático foi o da Alemanha dos anos 20. Para compreendê-la é importante conhecer sua característica básica: o *declínio da confiança na moeda acelera mais rapidamente o processo inflacionário do que o próprio declínio da moeda.* O declínio começa com a sua não conversão em ouro, levando lentamente a uma crescente insegurança. Terminada a guerra em 1918, nos dois anos seguintes, o governo alemão dobrou a moeda circulante. Entretanto, os preços multiplicaram-se por cinco. O público usava a moeda mais rapidamente do que o governo a imprimia; ou seja, a erosão de confiança era maior do que a erosão de valor.
O público temia a depreciação de suas poupanças e, para protegê-las e manter o seu valor, trocava-as por bens, promovendo um aumento cada vez maior dos preços. No fim de 1920 os preços tinham aumentado 14 vezes. Em janeiro de 1923 a inflação tinha chegado a 2.785 vezes. Nesta altura não havia mais esperanças. A moeda, mesmo com um estoque de valor, não era mais nem sequer um conceito. Nos seis meses seguintes chegou a 194.000 vezes. E, em novembro de 1923, tinha alcançado 726 bilhões de vezes. Um marco da época do armistício comprava o mesmo que 726 bilhões de marcos... *A experiência alemã mostra como a psicologia popular pode ser facilmente enganada, perdendo a referência da realidade.* Se o dinheiro tivesse, então, algum valor intrínseco ou pudesse ser reconvertido a algum valor (ouro, por exemplo. Nióbio, no nosso caso), essa loucura jamais teria ocorrido.

As autoridades americanas propagam e repetem que o dólar se apóia na produtividade da nação mais do que no seu valor intrínseco. Mas o exemplo alemão nega esse princípio, posto que a Alemanha gozava de boa produtividade, apesar dos efeitos da guerra. A falta de valor intrínseco teve, sem dúvida, um papel nesse desastre. Essa e outras coisas levaram Hitler ao poder e o mundo à Segunda Guerra Mundial

Hoje vivemos situação semelhante à que levou a Alemanha àquela situação. Em 1989, o comércio mundial estava na ordem de 3 trilhões de dólares. Somente em eurodólares, movimentou-se 110 trilhões, dos quais seriam descontados operações

repetidas... Em 1993. o comércio aproximou-se dos 3.8 trilhões e o movimento financeiro mundial, em dólares, ascendeu a 365 trilhões... E tudo isso sem valor intrínseco, pelo menos desde 1971 quando Nixon declarou que o dólar nada tem a ver com o ouro. rasgando o acordado em Bretton Woods.

É esta moeda khaniana que está servindo de âncora para o *real de* Fernando Henrique Cardoso. Simultaneamente dolariza a dívida interna, da ordem de 250 bilhões de dólares, que já abocanha com o seu serviço 65% do Orçamento da República e compromete-se na "renegociação" da dívida externa a enviar 18 bilhões de dólares por ano durante 30 anos. a troco de nada.... Resta saber como os futuros Presidentes da República poderão governar o País, se não controla a moeda nacional, porque ela já não existe... E como o povo brasileiro irá pagar esses serviços - ambos em moeda forte - das dívidas externa e, principalmente, a interna.

Para a administração de todo esse processo está o Banco Central, o sinistro Palácio da Inflação, onde o Presidente da República não consegue nomear um só diretor, o que é feito sistematicamente pelos credores externos e internos... E ainda querem dar autonomia ao Banco Central! Autonomia em relação a quem, se já não presta contas a ninguém, salvo a seus patrões internos e externos? Pela experiência vivida, vai acontecer com o Banco Central o que aconteceu à saúva em relação ao Brasil: ou o Brasil acaba com o Banco Central ou o Banco Central acaba com o Brasil...

10. A GRAVE DOENÇA DA CORRUPÇAO, SEUS NÍVEIS

O homem primitivo, por ausência cultural e de princípios políticos ou de uma religião superior que o orientasse, carecia de referências que o fundamentasse para a vida coletiva, especialmente no campo moral. O assassinato, o roubo, o adultério, a antropofagia, entre tantas outras ações condenáveis para sociedades culturalmente cultivadas, são atos corriqueiros. de rotina, em contextos primitivos

Embora tolo adas nessas circunstâncias, ações dessa natureza são rejeitadas energicamente em coletividades organizadas do mundo civilizado e seus agentes são objeto de severas punições. Salvo em períodos de absoluta desordem ou circunstâncias especiais de guerra e ocupação estrangeira, vêm a ocorrer ações de vandalismo e de irracionalidade que fogem completamente às práticas de milênios de civilização.

Os princípios universais de respeito pela vida, pelo próximo, pela família, entre outros, estão há muitos séculos consagrados pelos povos civilizados e fazem parte da estrutura das grandes religiões, salvo focos isolados, retardados no tempo. O que uniformiza o comportamento dos homens e permite a convivência, tendendo para uma possível harmonia de todos neste planeta de infortúnios, é o quadro moral mínimo destacado desde os filósofos gregos e, mais antigos ainda, no longínquo Oriente, nos criadores das grandes religiões. Também a Política tem desde Aristóteles a Moral como um de seus principais alicerces.

Quando sociedades fundamentadas culturalmente nesses princípios passam a admitir elevado nível de delinquência e *débàcle* moral, com negligência coletiva a esses princípios e impunidade consentida, é sintoma evidente de que essa sociedade está tendo seus alicerces apodrecidos. Como, entretanto, suas tradições e costumes não comportam esse tipo de ações sem forte reação, os seus propugnadores, de intenções nunca explícitas, montam ardilosos estratagemas de aparências mistificadoras. de sutil cinismo, de versões em vez de fatos, de "faz-de-contas", que camuflam com perfeição os verdadeiros objetivos. Vive-se, então, em estado de delinquência generalizada e de imoralidade, com aparência de que tudo está comendo naturalmente, garantida a impunidade dos principais responsáveis. De tempos em tempos promove-se a punição de delinquentes periféricos, o que garante pelo engodo a Lusa e a continuidade do processo. Lembre-se, sagaz leitor, de Lampedusa: "É preciso mudar para que tudo fique como está.

Todos esses sintomas estão presentes na realidade brasileira atual. O deslize ético mais alardeado bombasticamente pela mídia é a corrupção dos políticos, corruptos por excelência,

pelo menos essa é a impressão que fica para o incauto cidadão. Até figuras que carregam décadas de lisura e dignidade podem ser envolvidos sem qualquer possibilidade de defesa, pela falta de meios para contrariar o poder da mídia, que desempenha uma espécie de papel do *Big Brother,* de George Orwell, sobre o esmagado cidadão. O grave é que o processo inclui também genuínos delinquentes, o que confunde e iguala a todos, extrapolando seus efeitos a toda a sociedade. Transformadas em sistemática, essas práticas terminam retirando de todos a autoestima e o respeito mútuo, cuja consequência maior é o esfacelamento do núcleo moral que sustenta a sociedade. Será esse o objetivo?

Vejamos exemplos.

Na CPI de PC Farias, que resultou no "impeachment" do Presidente da República Collor de Mello, e na do Orçamento, o Congresso Nacional desempenhou seu papel constitucional; no primeiro caso plenamente e parcialmente no segundo. Porém, sempre vendo apenas um dos lados dos processos de corrupção. Neles só existiram corruptos. E os corruptores? Ou o processo de investigação da corrupção é total ou corre-se o risco de virar farsa. Na sessão final da CPI do Orçamento, o Senador Pedro Simon inquiriu à Mesa acerca da existência exclusiva de corruptos, não aparecendo os corruptores. Obteve, então, resposta comprometedora e maliciosamente falsa do Presidente: "Os corruptores são os 120 milhões de brasileiros."

Ademais, há que considerar que a corrupção mais grave e de maior monta é a institucionalizada, a protegida pela lei. É desolador, nesse contexto, a ausência do Poder Judiciário. E do Executivo, este explica-se por seu maior comprometimento, por ser o liberador dos recursos públicos. Por isso, o único que vem desempenhando seu papel, mesmo que parcialmente e de modo insatisfatório, é o Legislativo, de uma certa maneira cortando na própria carne". Entretanto, é o único que está submetido a violenta pressão, sem lisura e na maioria dos casos sem compromisso com a verdade, dos meios de comunicação de massa. E a vasta corrupção desses meios, contumazes descumpridores de princípios constitucionais.

Ou encaramos a questão da corrupção de modo global como vem sendo feito na Itália com a “Operação Mãos Limpas"’ neste caso sob o comando de importantes setores do Judiciário’ ou caminhamos para o resultado perigoso do apodrecimento pela contaminação das instituições; umas, por comprometimento escandaloso; outras, por omissão e conivência.

A corrupção e o vício têm sido usados historicamente para enfraquecer povos, destruindo seus princípios morais, e, assim, facilitando a dominação estrangeira. É bem conhecida a ação da Inglaterra na China pelo vício do ópio e os famosos “negócios da China”. É conhecido também a promoção, pelos norte-americanos, da corrupção no Egito pós-Nasser. Ela, ali, conseguiu enfraquecer a outrora vigorosa fibra do povo egípcio, detentor anteriormente do mais poderoso exército na tumultuada região árabe, rica em petróleo. Chegaram a enfrentar o colonialismo inglês e francês, na zona do canal de Suez.

Na atualidade, toma dimensões internacionais os “negócios do Brazil”, com os famosos “embaixadores 15%”, localizados em Paris e Londres, e as polpudas comissões passadas a autoridades financeiras por banqueiros estrangeiros para facilitar os empréstimos internacionais que permitiram a montagem da dívida externa. Até então, a administração pública brasileira era considerada uma das mais sérias em todo o mundo, impedida de realizar muitas vezes esforços conjuntos com outros países por estes não se adaptarem à moralidade do nosso serviço público. Isso não excluía casos determinados, em setores reconhecidos, que confirmavam a regra. De modo surpreendente, porém, essa situação mudou rapidamente a partir de 1979, precisamente com o início do desmonte do Estado.

A expansão do processo de corrupção quando é tolerado e permanece impune é impressionante. Evidentemente, paia chegar ao estágio atual foi necessário afastar do serviço público aqueles que resistiam, especialmente em funções de comando. O corrupto mais perigoso não é necessariamente o que confronta a lei, mas o que a manipula.

A contaminação por corrupção dá-se do modo como a maçã podre contamina as demais no cesto. É adequado considera-la

Como doença. É como uma metástase que se expande no tecido. Para as instituições e para o próprio Estado é como se estivesse contaminado pelo vírus da AIDS, fazendo-os perder a imunidade ante ações de corpos estranhos; ou seja, perde a defesa ante ações malignas internas e, principalmente externas.

> Foi o clima de corrupção estabelecido - embora não generalizado estava em toda parte - que criou o caldo de cultura que permitiu a fácil penetração da doutrina neoliberal no Pais.
>
> Na CPI do Orçamento loi possível levantar as lesões ao erário público por indivíduo contraventor. Elas estão na ordem de unidades de milhão de dólares. Em avaliação global, ainda que precária, mas permitindo saber a ordem de grandeza, avalia-se que tenha chegado globalmente a algo em torno de cem milhões de dólares. Podemos, então, considerar que foram manipulados indevidamente algo da ordem de *dezenas de milhões de dólares.* Esse patamar forma *o primeiro nível de corrupção.*

No Programa Nacional de Desestatização, como descrevemos em outra parte deste capítulo, o desvio do patrimônio público para grupos privados, de modo indevido e ilegítimo, mas com aparência legal, alcança a ordem de *dezenas de bilhões (com b) de dólares. É o segundo nível de corrupção.*

O terceiro nível de corrupção localiza-se no sistema financeiro. Corresponde a desvios de dinheiro público, de setores da produção e dos trabalhadores para um pequeno número de beneficiados, entre duzentos ou trezentos especuladores, banqueiros e grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.

A pratica da correção monetaria era aplicada diariamente aos ativos dos bancos e, na melhor das hipoteses, mensalmente aos salarios e ativos das empresas produtoras. Só essa diferença a favor dos bancos foi avaliada por tecnico da Fundação Getulio Vargas em 175 bilhoes (com b) de dolares, em periodo de dez anos, ate 1993.

O serviço da dívida interna resultante de empréstimos de curto prazo desses grupos econômicos e de especuladores ao governo, com juros exorbitantes, fixados pelo Banco Central.

adicionado ao serviço da dívida externa, abocanhou 25% do Orçamento Federal em 1991, 45% em 1992 e 67% em 1993 Ainda não sabemos quanto será em 1994, posto que o Orçamento, em agosto, ainda não tinha sido aprovado pelo Congresso... Embora seja muito difícil especificar quanto foi realmente executado, por falta de informações claras dos órgãos responsáveis, as avaliações mais sérias que conhecemos estimam que o custo do serviço da dívida interna deverá chegar rapidamente a 150 bilhões de dólares por ano contra 18 bilhões de dólares a partir da "renegociação" de FHC da dívida externa. Ou seja, essa gigantesca transferência de recursos financeiros para um pequeno grupo, a troca de nada, além de promover uma brutal concentração de renda, é uma das causas principais, senão a principal, do processo inflacionário.

Embora se tenha eliminado com o Plano Real, pelo menos temporariamente, as transferências para os banqueiros devido a correção monetária, não se eliminou a descomunal sangria devido a dívida interna. Pelo contrário, foi dolarizada..... Quando a dívida externa, na "renegociação" que antecedeu o Plano Real, O Ministro Fernando Henrique Cardoso comprometeu o País em 18 bilhões de dólares anuais durante 30 anos, isso por algo que já tinha sido ressarcido mais de seis vezes.

Essas gigantescas manipulações de recursos retirados de quem trabalha e produz para especuladores, banqueiros e grandes grupos econômicos têm todas as características de ações ilegítimas, contrárias a qualquer princípio moral, embora sejam apresentadas como legais. Ou, pelo menos, o Judiciário nada diz, como é o caso do preceito constitucional que estabelece em 12% o máximo de juro admissível... E o Supremo Tribunal Federal também nada diz quando o Banco Central estabelece valores de juros que sobrepassam 50%.... Esse é o terceiro nível de corrupção compreendendo recursos da ordem de centenas de bilhões de dólares.

Finalmente, o último nível refere-se à transferência gratuita de patrimônios naturais, fundamentais à Nação, como os mineral, hidrelétrico, de petróleo e genético para o controle e corporações transnacionais. Essa transferência vira a ocorrer com as alterações dos pontos do capítulo econômico pretendidos

Pelos que defendiam a revisão constitucional e pela Lei das Patentes Felizmente, a resistência da sociedade conseguiu frear a revisão na forma ilegítima como pretendiam alterar nossa Magna. E prevê-se que a Lei das Patentes não irá esta ano para votação no plenário do Senado. Mesmo assim, é necessário estar atentos. Quando se trata de atentar contra a Soberania Nacional, tudo é possível...

Os revisionistas desejam romper os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, privatizar o setor elétrico, acabar com os conceitos de empresa nacional de capital nacional e o de mercado interno como patrimônio do povo brasileiro, o que traria consequências gravíssimas para o nosso futuro.

Como a Constituição prevê que a exploração mineral tem de ser feita com o controle acionário de empresas nacionais de capital nacional, ao extirpar esse conceito da Constituição, como querem os revisionistas, o capital nacional perderá o controle sobre os recursos minerais. Ou seja, o extraordinário patrimônio mineral brasileiro passará ao controle de corporações transnacionais. O Brasil detém cerca de 47 mil ocorrências e jazidas minerais registradas. Uma só delas, a mina de nióbio de Araxá, contém oito milhões de toneladas de metal contido que, a um preço de mercado de 60 mil dólares, representa um patrimônio de 480 bilhões de dólares; cerca de quatro vezes a dívida externa brasileira, em uma só mina! Novas reservas gigantescas de nióbio foram descobertas recentemente na região amazônica... Excluindo estas, só a mina de Araxá representa mais de 95% das reservas mundiais de nióbio. Quanto vale o patrimônio mineral do cristal de quartzo de primeira qualidade, base de toda a indústria eletrônica contemporânea, o Brasil detendo praticamente 100% desses recursos estratégicos. E o patrimônio genético, que corresponde a um valor acima de 80% da biodiversidade do planeta? A Terceira Revolução Industrial terá por base essa biodiversidade. Somente o potencial em florestas de 30% de nosso território, não apto para a agricultura, representa do ponto de vista energético, por ano, um terço das reservas de petróleo que restam aos EUA em seu território. E o patrimônio hidrelétrico, responsável por quase a totalidade de eletricidade produzida no País, contra apenas

4% nos EUA? E o maior potencial hidreletrico, ainda não Utilizado em todo o mundo, quanto vale?

Esses imensos patrimônios seriam simplesmente transferidos, com a Revisão Constitucional, para o controle de grupos e corporações corporações transnacionais gratuitamente, comprometendo assim, de modo irreversível, as futuras gerações. Os revisionistas defendiam cinicamente essas mudanças constitucionais no seu capitulo economico em nome da governabilidade.... Esse é o quarto nivel de corrupção, cujas dimensões são impossiveis de serem avaliados. Trilhões, provavelmente quatrilhões ou ate quintrilhões de dolares; é impossivel sua avaliação. É o preço da sobrevivencia nacional, pois não existe Patria sem patrimonio.

Derrotada a Revisão Constitucional, o governo Itamar, atraves da area financeira, envia ao Congresso Nacional Medida Provisoria do Real que , no capitulo V autoriza a venda de

ações das empresas de economia mista estratégicas, por simples portaria do Ministro da Fazenda... Assim, ardilosamente, procuram desfazer desses patrimônios, o que não tinham conseguido pela Revisão...

Com a exceção apenas do primeiro nível de corrupção, levantada na CPI do Orçamento, e que envolve comparativamente "ladrões de galinha", todas as demais estão contidas no Consenso de Washington e objeto dos planos de Collor de Mello. Tiveram continuidade com seu sucessor, sob a batuta da área econômica do governo, e formam parte do programa do candidato Fernando Henrique Cardoso, com a designação de "quarta etapa do Plano Real", no que diz respeito à retomada da fracassada Revisão Constitucional de 93. Esse processo que engloba também o Programa Nacional de Desestatização, a Lei das Patentes e os demais itens da ex-revisão constitucional, teve sempre o suporte incondicional da grande mídia, escrita e falada, que o apresentava à população como o caminho para resolver os graves problemas do País, sem a possibilidade do contraditório. Tudo dentro do quadro doutrinário do sectarismo neoliberalismo....

11. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA.A INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA.O DEAPARECIMENTO DA INFORMÇÃO PUBLICA. CONTROLE MERCANTEL SOBRE A CONSCIENCIA E A CULTURA. OS "IMPERATIVOS" CATEGORICOS DO LIBERALISMO ECONOMICO. A DESTRUIÇÃO DOS VALORES MORAIS.

O processo de demolição do Estado brasileiro, que vem sendo levado avante em etapas consecutivas desde 1979, tem tido como instrumento decisivo os meios de comunicação de massa. O poder desses meios é de tal ordem que muitos os consideram como sendo o Primeiro Poder, acima de qualquer outro, conformador e condicionador da opinião pública pelo domínio que têm sobre as consciências. Embora sua ação seja mundial, ela *é* mais profunda e deterioradora em países com Estados fracos, que terminam ficando à mercê desses meios.

Facilitados pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, esses meios são controlados por um número cada vez mais limitado de grupos e indivíduos cujo poder sobrepassa o do Estado Nacional. O poder que representam, com fortes vinculações externas, tem sido usado mais do que qualquer outro para promover o desmonte e a desmoralização do Estado-Nação.

A mídia brasileira, já fortemente comprometida por influências de interesses geopolíticos de nações hegemônicas, amplia cada vez mais esses compromissos. No caso da mídia falada ignora nessas questões o fato de ser uma concessão pública e, neste e em muitos outros pontos, desobedecem ostensivamente a princípios constitucionais. Um exemplo dessa tendência foi a recente visita ao Brasil do vice-presidente dos EUA, Al Gore
que promoveu claramente a ideia da globalização da mídia por meio de centros mundiais de controle.

Como a Sociedade e o Estado brasileiro vêm sendo objeto nos campos éticos, cultural e da informação – de agressões sucessivas da mídia sem qualquer possibilidade de defesa e sem que os indivíduos consigam perceber o que está por trás dessas ações, decidimos reproduzir trechos de entrevistas de especialista norte americano que detalha com grande precisão as

origens desse comportamento nefasto e que se aplicam ao Brasil e a seu povo Trata-se do Professor Herbert Schiller da Universidade da Califórnia, San Diego, autor de vários livros entre eles, *Comunicação de Massa e o Império Americano e Informação e Crise Econômica;* ele é, sem dúvida, uma merecida autoridade mundial nessas questões. A revista "LEIA e Fique Sabendo" da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL) publicou fundamentada análise do Professor Schiller retirada de seu livro *Information and Crisis Economy* (1986) que, após autorizada, foi montada sob a forma de entrevista por redatores da FITTEL Ela mostra o papel dos meios de comunicação no mundo, na atualidade e em perspectiva, reproduzindo e perpetuando a sociedade desigual em que vivemos e atingindo de modo grave a Soberania Nacional, como é evidenciado pela reação de líderes de vários países. O Professor Schiller convoca todos à luta pela Democracia e a Justiça Social. Desvenda as raízes da onda neoliberal e das pressões para privatizar o setor público das telecomunicações com o objetivo de controlar toda informação que resulte de demanda social, para comercializá-la.

LEIA - *Quais os problemas cruciais da sociedade atual?*

SCHILLER - Está ocorrendo uma enorme transformação sócio-técnica que afeta, e cada vez mais afetará nos próximos anos, grande parte da população. É da maior importância avaliar como as pessoas reagirão a essas mudanças. O que essas reações poderiam engendrar dependerá dos esforços para introduzir valores humanos e critérios sociais nas decisões técnico-industriais que estão sendo tomadas através da economia. Se falharem esses esforços, uma contínua e acelerada condução da produção em busca de mais "eficiência" poderá até assegurar permanente lucratividade para umas poucas centenas de corporações transnacionais. Mas também produzirá miséria e desolação para todos os excluídos, por uma eficiência produtiva medida apenas em termos de dólares, mas inflexível e indiferente às condições sociais. É urgentemente necessário entendei o que se passa.

LEIA – Como é possível compreender a natureza e as ameaças dessas transformações?

SHILLER – No lado produtivo da economia, a informação está sendo aplicada de uma única maneira; a que dá vantagens as corporações privadas. A informação também está sendo aplicada, do lado humano, para fazer o povo aceitar e acreditar que esse modo de desenvolvimento é benigno, se não benéfico. Ela é usada para minimizar ou depreciar os críticos, para negar opções alternativas que indicariam um caminho mais humano para a emergente economia baseada na informação. Em nenhum outro momento da história recente, as possibilidades de uma vida digna para o conjunto do povo estiveram tão ameaçadas. A mais crucial das questões é saber até que ponto uma perspectiva baseada em compromissos sociais poderá recuperar um lugar proeminente na política e na consciência das pessoas. E a resposta dependerá, em muito, do caráter da informação fornecida ao povo.

LEIA - *A informática e as demais tecnologias da informação estão contribuindo para a instabilidade global da economia e o crescente desemprego?*

SCHILLER - Dizem-nos que a era da informação não apenas evitará a perda de empregos, como criará inúmeras novas oportunidades de trabalho. Mas o que torna irreais e ilusórias essas expectativas é o papel dominante que as corporações transnacionais desempenham nessa escalada internacional em busca das novas tecnologias eletrônicas. O mercado é o único critério delas, eliminando qualquer outra consideração. E o mercado mundial não pode se preocupar e não se interessa pelo desemprego na França, a substituição de trabalhadores por robôs no Canadá, ou o fechamento de fábricas na Inglaterra. Quando um Ministro das Finanças anuncia um programa financeiro para enfrentar a crise econômica, sublinhando que “vamos manter a economia aberta”, está, numa palavra, expondo a economia ao cálculo do capital transnacional. É este quem decide, em última instância, onde investir ou desinvestir,

que produto de um país levar para o mercado internacional ou que produto dele excluir.

LEIA - *Os governos estariam perdendo sua capacidade de formular e implementar planos nacionais?*

SCHILLER - Deve prosseguir e até acelerar-se a transferência de autoridade do Estado Nacional para as entidades transnacionais. Com poderosas redes globais de comunicação intracompanhia a sua disposição, uma corporação transnacional está em posição de tomar decisões em escala global sobre produção, investimento, transferência de fundos e outras. Não há razão para, em suas considerações globais, se porem de acordo com planos ou necessidades de um ou dos muitos Estados Nacionais, no território dos quais atuem.

LEIA - *Considerando que por meio dessas redes de comunicação flui boa parte da informação de interesse social e nacional necessária à tomada de decisões, podemos dizer que a informação se tornou um problema estratégico?*

SCHILLER - O acesso à informação mais do que nunca se tomou um fator de riqueza e renda, das quais vai sendo excluída boa parte da população e, até o Estado. Aprofunda-se a divisão na sociedade, entre os que "têm" informações e os que "não-têm". O mesmo acontece entre as nações, significando que as menos desenvolvidas, maioria esmagadora nessa era da informação, tomam-se cada vez mais dependentes de uns poucos geradores, processadores e transmissores de informação.

LEIA - *O Sr. acredita que as tecnologias da informação possibilitem um novo ciclo de expansão para o capitalismo?*

SCHILLER - Para os administradores e executivos, as novas tecnologias podem incrementar a produtividade, cortar custos trabalhistas e, não menos importante, intimidai os trabalhadores. Há mais do que fantasia envolvida nisso. ...mas a capacidade de as novas tecnologias mudai em significativamente os meios de produção já não é tema para

dúvidas. O setor de informação tornou-se o pivô central da economia norte-americana.

LEIA- *Desde que as necessidades sociais sejam atendidas, faz diferença quem sustenta ou supre os serviços de comunicação, educação, saúde, infraestrutura etc.?*

SCHILLER - Quando a informação toma-se um pioduto comercial é ela em si que está sendo produzida para obter lucro. Daí que questões como "quem pode pagar por ela" e "quanto ela custa passam a afetar a todos. Quando o acesso à informação é delinido pelo poder de pagar, e isso é exatamente o que ocorre quando a produção e disseminação da informação passam a ser exclusivas de empresas comerciais, as divisões na sociedade se aprofundam. Os pobres tornam-se mais pobres porque são excluídos dos meios através dos quais suas condições de vida poderiam ser melhoradas. Os ricos tornam-se mais ricos porque possuem os meios para consolidar e estender as suas bases de poder.

LEIA – *E o que acontece, por exemplo, nos serviços telefônicos?*

SCHILLER - Quando o sistema norte-americano de telefonia *foi* "desregulamentado" e subtraído à responsabilidade pública, as tarifas telefônicas locais dispararam e já se divisa o fim do serviço telefónico universal.

LEIA - *Quer dizer que a sociedade corre o risco de ficar à merce dos detentores privados da informação quando precisar tomar as suas decisões, sejam politicas, economicas ou sociais?*

SHILLER – Uma vez retirada do meio social e transformada em produto a venda, uma informação necessaria deixa de estar disponivel. Tal não se deve a qualquer censura, embora isso tambem possa assim ser considerado, mas porque a informação cai sob o controle das regras do mercado. Uma informação que tenhamos para oferecer ou da qual venhamos a necessitar pode não ser encontrada,

muito menos organizada ou transmitida. Se for produzida terá de ser comprada. *Com a destruição da informo pública, as próprias bases da democracia desaparecem*

LEIA - *Qual o papel do Fluxo de Dados Transfronteiras (FDT). na difusão mundial desse modelo antidemocrático de sociedade. baseado na privatização da informação?*

SCHILLER - O volume e os meios de transmissão distinguem o FDT de qualquer outra forma de comunicação internacional. À quantidade transmitida é enorme e a taxa de expansão desse tipo de tráfego cresce aceleradamente. Os meios através dos quais se realiza a maior parte desse fluxo é eletrônico, não, como no passado, por instalações físicas de superfície. Claramente, o FDT tornou-se a seiva que sustenta a vida no mundo dos negócios. Porém, é notável como se sabe tão pouco sobre isso. Embora se possa estimar o volume aproximado do fluxo de dados, informações detalhadas sobre quem envia e quem recebe, bem como os tipos de conteúdo, são extremamente rarefeitas.
Tal, enfatizemos, não se deve a qualquer dificuldade de medição, algo inteiramente possível. *E, na verdade, consequência de uma deliberada decisão para não se fornecer maiores informações sobre o assunto.*

LEIA - *O que o conhecimento desses dados poderia revelar?*

SCHILLER - O mais significativo seria a crescente concentração de capital e a sua transnacionalização. Trata-se da organização da produção na escala global, sob a direção centralizada de poderosas companhias privadas. Comunicações via satélite forneceram uma infraestrutura vital para os negócios globais das corporações. *Deste modo, muitos ramos da economia não poderiam funcionar sem os sistemas de informação: bancos, seguros, transportes aéreos etc.*

LEIA - *Como essa organização global pode impactai em cada país?*

SCHILLER - O que está acontecendo em período muito curto é uma mudança no tipo da atividade econômica que se

Realiza em diferentes regiões do mundo, que implica em mudanças na divisão internacional do trabalho. Como diz o vice-presidente do American Express Card: "Se nós. no OCIDENTE pós-industrial, vamos permitir que o aço brasileiro ou calçados coreanos penetrem em nossos mercados, nossas dinâmicas indústrias de serviços devem, por seu turno, poder competir nos mercados mundiais sem "onerosas e desleais restrições". Mas ele não diz que o "aço brasileiro" ou os "calçados coreanos" podem também ser produzidos em subsidiárias de transnacionais norte-americanas. (Isso equivaleria, aplicado às condições atuais, ao que ocorreu com o Tratado de Methuem entre a Inglaterra e Portugal, em 1703. Portugal se comprometia a produzir vinhos e azeites a troca dos manufaturados ingleses. Tudo terminou com os ingleses proprietários dos olivais e vinhas portuguesas e Portugal - e como consequência o Brasil - afastado da primeira revolução industrial. Nota do autor.

LEIA - *De onde podem surgir essas "onerosas e desleais restrições"?*

SCHILLER - Os "obstrucionistas" a essas tendências são na realidade um grupo bem diversificado. Líderes de países como Suécia, Canadá e França revelaram suas preocupações sobre a dominação económica e informacional norte-americana.

LEIA - *No Brasil, esses debates jamais transparecem r imprensa...*

SCHILLER - Uma sociedade não é em qualquer aspecto competitiva frente no transnacional. Um estudo brasileiro publicado no transnacional Data Report, em outubro de 1982, o denuncia claramente:" Dada a atual distribuição mundial da informação os fluxos de dados tendem a facilitar sua concentração nas nações desenvolvidas. Se fizermos uma projeção linear, isso pode levar, a longo prazo, ao empobrecimento" um grupo de trabalho

governamental no Canada recomendou que "governo deveria agir imediatamente para regulamentar o FLUXO de dados transfronteirade modo a assegurar que não venha mos a perder o controle sobre a informação vital manutenção de nossa soberania".

LEIA- Quais foram os resultados efetivos desses debates e *recomendações?*

SCHILLER - Por enquanto a oposição ao fluxo de dados irrestritos transfronteira permanece no plano da retórica. Quão rapidamente crescerá a resistência é algo que ainda ignoramos.

LEIA - *Por que é tão baixo o grau de conscientização e de tomada de posição da sociedade nessas questões?*

SCHILLER - O Ministro francês da Cultura, Jack Lang, disse que "a economia e a cultura são a mesma luta". A produção cultural tornou-se indistinguível da produção industrial porque o núcleo da cultura nos países industrializados, isto é, a informação tornou-se uma mercadoria comercial, um item para a venda. Tudo depende dos mesmos equipamentos, sistemas e processos. Tudo acontece de um modo que parece irresistível, extra-humano, um imperativo tecnológico. *Essa mistificação tecnológica obscurece a rápida extensão dos critérios e controles capitalistas sobre um terreno até então pouco sujeito à sua inãuência: os processos culturais e a própria consciência.*

LEIA - *Ou seja, está sendo difícil sermos autores de nossa própria história?*

SCHILLER - ...Na minha opinião, tudo começa com uma questão muito simples: em que tipo de sociedade queremos viver?

LEIA - *Os que gostariam de colocar tais perguntas não encontram espaço nos meios de comunicação, nas organizações políticas e mesmo nos meios acadêmicos. Tu o se passa como se existisse um grande consenso na sociedade.*

SCHILLER – Tais questões não são consideradas importantes por aqueles que comandam não lhes parecem dignas de consideração. Ninguém quer saber de escolhas. As coisas acontecem. Prevalecem os “imperativos” econômicos e tecnológicos. Ameaças que surgem a toda hora a ordem dominante são, em geral, brutalmente suprimidas. Pretende-se que a mudança tecnológica seja uma força socialmente autônoma e, não, resultado de forças sociais complexas. Perguntar sobre o tipo de sociedade que desejamos é uma tarefa consciente que vem a ser, também, a única resposta efetiva a uma ordem social ameaçadora, impulsionada por uma tecnologia cada vez mais subtraída ao controle público. É preciso revelar o que está acontecendo em sua totalidade, não aceitar que a evolução possa situar-se além de qualquer capacidade de intervenção humana. É preciso resistir.

LEIA - *Existe alguma base teórica para um projeto de transformação social?*

SCHILLER - Não temos nada realmente... A remodelação dos sistemas de informação, eliminando seus aspectos públicos ou sociais e ampliando suas características comerciais e lucrativas, bem como as suas consequências para a vida social e nacional, são, ou deveriam ser, magníficos assuntos para um excitante e vigoroso estudo sobre a economia política da cultura. Separar cultura, política e economia é um absurdo.

LEIA - *A quem interessaria esse exame crítico? A maioria não estaria apenas interessada em suas motivações de consumo?*

SCHILLER - Apenas as "elites” e as novas classes profissionais estão em melhores condições para aderir às mensagens consumistas. A maioria da população não tem condições e participar, embora se veja cercada pelos artefatos e pelos estímulos ao consumo. O modelo consumista expandindo-se pelo mundo, torna-se uma força radicalizadora, alimentando-se de recursos naturais não-renováveis, ao mesmo

tempo que fomenta e frustra as expectativas. *A estabilidade política tende a diminuir de uma forma assustadora na mesma velocidade em que* o *sistema de mercado e seu componente publicitário avança para as partes empobrecidas do mundo.*

LEIA- *Isso explica por que certos Estados, utilizando intensivamente as tecnologias de informação, adquirem crescente e sofisticadíssima capacidade de intervenção, como vimos, via* TV, *na Guerra do Golfo?*

SCHILLER - O papel do Estado muda para o controle social, a segurança, a coação... Nos EUA e no Reino Unido, enquanto se contraem os gastos com educação e saúde, se expandem as despesas com as forças armadas, a justiça, a polícia. Nas economias de alta tecnologia, o enfraquecimento do setor público é compensado pelo fortalecimento do Estado, dotado da mais avançada infraestrutura de comunicação para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pela deterioração da situação econômica da população. Se o Estado é despojado tanto quanto possível de suas funções sociais ganha mais poder para coagir grupos rebeldes dentro de casa e, também, possíveis adversários internacionais.

LEIA - *Como essas questões podem tornar-se inteligíveis para motivar o envolvimento da população, enquanto os canais de comunicação continuarem, quase com exclusividade, à disposição daqueles que mais se beneficiam das atuais políticas?*

SCHILLER - Vendo as coisas por uma perspectiva histórica, podemos ter cautelosas esperanças. A longa marcha rumo à humanização da sociedade sempre se fez incorporando novas vozes ao diálogo. Grupos historicamente excluídos dos processos decisórios querem ser ouvidos. Apesar da gigantesca acumulação de capital, poder político e controle informacional, o sistema tem pontos vulneráveis que abrem possibilidades à expressão popular. Canais alternativos, alguns já utilizados, outros ainda esperando paia serem descobertos, podem ameaçar significativamente a ordem

informacional. Os Estados Nacionais, apesar de suas contradições e de seu caráter de classe, representam séria ameaça ao sistema capitalista transnacional. Deve-se também aproveitar as rivalidades e os conditos que irrompem tempos em tempos, entre as poderosas corporações.

LEIA - *E a história, acabou...?*

SCHILLER - Trata-se cie um negócio longe do fim. 0 sistema transnacional e seus defensores pressionam para organizar um mundo favorável à manutenção de seus interesses. *Mas uma parte do povo e a maioria das Nações têm necessidades diferentes para defender e outras aspirações a buscar. Nas lutas que temos pela frente, informação e comunicação serão decisivos campos de batalha.*

Como observamos ao longo das páginas deste livro - e o pensamento do Professor Schiller enuncia isso com clareza - há uma proposital substituição de fins por meios, sendo estes enfatizados e aqueles ignorados e, na maioria das vezes, contrariados; os fins refletem as necessidades, interesses e aspirações das sociedades. Certamente, o grotesco ardil de inviabilização dos povos pela substituição dos fins por meios não poderá persistir por muito tempo...

Um segundo aspecto essencial da análise do Professor Schiller é que os principais paradigmas de referência aparecem como "imperativos” categóricos de natureza econômica, decorrente da tal economia de mercado’’, que não existe salvo para o interesse de alguns, e dos pacotes tecnológicos que nos países de modelo de crescimento econômico dependente são agregados segundo interesses e políticas exclusivas de corporações transnacionais. Neste caso, como vimos detalhadamente em outro item deste capitulo, ignorando nossa realidade e os fatores de produção nacionais, além de nossas necessidades, interesses e aspirações. Decididamente e estão arrastando-nos para a inviabilidade como nação.

O ponto crucial, porem, da análise do Professor Schiller é quando enfatiza a natureza essencialmente mercantil do controle da informação que o poder norte-americano está impondo

ao mundo, com meios cada vez mais centralizados extrafronteiras e sempre enquadrados na categoria econômica de mercado em qualquer escopo ético ou cultural. Como a experiência existente já mostra, o poder avassalador que a mídia falada e visual têm sobre as consciências individuais e coletivas faz prenunciar o que pode ser esperado de destruição de valores e de cultura, acumulados nos últimos milênios pelos povos se vigorosas reações não surgirem...

Em seu livro *Em torno a Galileu,* José Ortega y Gasset analisa que no processo histórico existem gerações que se mostram abúlicas, desinteressadas pela própria vida, não dispondo de líderes, santos ou gênios que conduzam seus povos na direção que a história lhes reservou. Posteriormente, como consequências da própria situação de decadência, tudo pode

reverter-se e a Nação retoma seu caminho. Não acreditamos que os brasileiros estejam vivendo nesse fosso que se caracteriza pela falta de vontade nacional; isso, porque estamos sendo vítima de um grande engodo em que os meios de comunicação bloqueiam, de modo monolítico, *a consciência de nossa realidade e impedem, assim, a vontade nacional manifestar-se com toda pujança.* Este efeito malévolo é, porém, transitório. É incompatível com nossa cultura ficarmos submetidos a um pacote ideológico que deifica, como deus supremo, o mercado, ao tempo que favorece escancaradamente interesses alienígenas que nada têm a ver com nossa vida e que estão nos destruindo como Nação. São teorias inconsistentes e fajutas que ganham, aparentemente, pelo poder da mídia, a força de falsos exoterismos que precisam ser exorcizados. As resistências estão começando a formar-se em largas e profundas camadas da população brasileira...

No campo moral, a reação veio vigorosa de um dos mais eminentes prelados da alta hierarquia da Igreja Católica, Dom Lucas Moreira Neves, Cardeal-Arcebispo de Salvador (BA) e Primaz do Brasil, em artigo de 13/01/93, sob o título *J Accuse!,* que reproduz nitidamente a consciência nacional.

"Do polêmico manifesto de Emile Zola estou plagiando somente o título - e, se puder, a veemência. Fora isso, não

Pretendo revisitar nesta crônica o clamoroso affiaire Dreyfüs. O meu J Acusse é assentado contra a televisão brasileira. E o faço como brasileiro preocupado com meu pais e como bispo responsável por grande número de fiéis.

Não quero, de modo algum, generalizar. Estou pronto para excetuar da minha acusação o canal dedicado a educação e cultura e os programas que. nos diferentes canais, contribuem para o crescimento e a elevação cultural e humana da população.

Feito isso, e tomando por testemunhas a sociedade brasileira. os pais de família e os educadores em particular, 0s pastores de igrejas e lidei es religiosos, *eu acuso a televisão brasileira por seus muitos delitos.*

Acuso-a de descumprir sistematicamente as funções em vista das quais obteve do governo uma concessão: informar educar, cultivar, formar a consciência e divertir. Em vez disso, ávida somente de pontos no Ibope e de faturamento, ela não hesita em apelar aos instintos mais baixos do homem. Seu pecado mais grave é o que concerne à educação por ser esta a necessidade e a exigência fundamentais no nosso país. Com raras e louváveis exceções *a Tv brasileira não só não educa mas, com requintes de perversidade, deseduca.* Abusando dos seus recursos técnicos, do seu poder de persuasão e de penetração nos lares do país inteiro, ela destrói o que outras instâncias pedagógicas e educativas, a duras penas, procuram construir.

Acuso a televisão brasileira de ministrar copiosamente à sua clientela os dois ingredientes que, por um curioso fenômeno, andam sempre juntos: a violência e a pornografia A primeira é servida em filmes para todas as idades. A segunda impera, solta, em qualquer gênero televisivo: telenovelas, entrevistas, programas ditos humorísticos, spots publicitários e clips de propaganda..... com sua enxurrada de pornografia, a TV brasileira está formando uma geração de voyers.

Acuso a televisão de nosso país estar utilizando aparelhagens e equipamentos sofisticados com o objetivo de imbecilizar faixas inteiras da população. Uma geração de debiloides. O processo se torna consternador e inquietante quando, a pretexto de humor, um instrumento de educação

como a escola se transforma em "escolinha", onde o mau gosto, a idiotice, o achincalhe são dados em pasto às crianças, Adolescentes e jovens em formação........ ao apontá-lo como verdadeira *regressão a infância, por meio de um "repertório de boçalidades.*

Acaso a televisão brasileira de ser demolidora dos mais autênticos e inalienáveis valores morais, sejam eles pessoais ou sociais, familiares, éticos, religiosos e espirituais. Demolidora porque não somente zomba deles, mas os dissolve na consciência do telespectador e propõe, em seu lugar, os piores contravalores. A es te sentido é assustadora a empresa de demolição da família e dos mais altos valores familiares - amor, fidelidade, respeito mútuo, renúncia, dom de si - realizada cotidianamente, sobretudo pelas telenovelas. Em lugar disso, o deboche e a dissolução, o adultério, o incesto.

Acuso a televisão brasileira de ser corruptora de menores, em virtude de programas da mais baixa categoria moral, pelas cenas e pelo palavreado, em horários em que crianças estão diante da caixa mágica.

Acuso-a de atentar contra o que há de mais sagrado, como seja a vida ...... em programa reprisado, milhares de espectadores viram e ouviram, no diálogo entre um *talkman* e uma jovem de 20 anos, a mais explícita apologia do aborto e o não velado incitamento à supressão de vidas humanas no seu nascedouro.

Acuso-a de disseminar ideias, crenças, práticas e ritos ligados a cultos os mais estranhos. Ela se torna, deste modo, veículo para a difusão de magia, inclusive magia negra, satanismo, rituais nocivos ao equilíbrio psíquico.

Acuso a televisão brasileira de destilar em sua programação e instilar nos telespectadores, inclusive jovens e adolescentes, uma concepção totalmente aética da vida: triunfo da esperteza, do furto, do ganho fácil, do estelionato. Neste sentido, merecem uma análise à parte as telenovelas brasileiras sob o ponto de vista psicossocial, moral, religioso. Quando foi que, pela última vez, uma novela brasileira abordou temas como os meninos de rua, os sem-teto e sem-trabalho, os marginaliza dos em geral? Qual foi a novela que propôs ideais nobres de serviço ao próximo e de construção de uma sociedade melhor.

Em lugar disso as telenovelas oferecem a população empobrecida, como modelo e ideal, as aventuras de uma burguesia em decomposição............
Acuso enfim, a televisão brasileira de instigar a violência: a televisão brasileira terá de procurar dentro de si as causas da violência que ela desencadeou.... Ela não pode procurar álibis quando essa violência produz frutos amargos. Quem matou, há dias, uma jovem atriz? Seria ingenuidade não indiciar e não mandar ao banco dos réus uma co-autora do assassinato: a TV brasileira.
Em nosso *livro Soberania e Dignidade, Raízes da sobrevivência*, 1991, Editora VOZES, destacamos o grito de uma mãe pedindo em desespero socorro a sociedade contra a ação da TV brasileira, no processo de destruição da criança.

No momento que mandávamos está livro para o prelo (Agosto de 94) presenciamos uma farsa ainda maior de debates de "presidenciáveis" do que aquela que elegeu Collor de Mello em 89. Os "debates' que já sucederam mostram claramente

que objetivo é não dar oportunidade para que a população tome conhecimento de eventual posicionamento de algum deles sobre os graves problemas nacionais. Enquanto isso. as "avaliações" definem, a priori, quem vai ganhar conduzindo vergonhosamente a opinião pública para o desfecho. Chamar esse processo de democrático é, no mínimo, um exagero, pois cria um jogo ostensivo de cartas marcadas...

Capítulo III

LEI DAS PATENTES:
A CHANTAGEM
DO SÉCULO

1. PROJETO DE LEI DAS PATENTES: ORIGENS E AUTORES. ANDAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL. A REAÇÁO DA SOCIEDADE. OS APOIOS

Após tumultuado percurso, o Projeto de Lei 824/91 do governo Collor, a chamada *Lei das Patentes,* foi aprovada na Câmara dos Deputados em maio de 1993. Posteriormente, foi enviada ao Senado com número 115/93, onde permanece até outubro de 1994, quando este livro foi editado, apesar de forte pressão do governo dos EUA para sua rápida aprovação. Dois relatores não puderam levar avante seu trabalho por terem sido nomeados ministros: Senadores Élcio Alvarez, do Espírito Santo, e Beni Veras, do Ceará. Finalmente, o Senador Antônio Mariz, da Paraíba, assumiu a relâtoria da Comissão de Constituição e Justiça e o Senador José Richa, do Paraná, a Comissão de Economia. Foram realizadas duas audiências públicas em que entidades representativas tiveram oportunidade de pronunciar-se com liberdade e respeito pela opinião da sociedade, o que não tinha acontecido na Câmara dos Deputados. Para análise desse Projeto de Lei, a Câmara constituíra uma Comissão Especial, em vez de permitir-lhe o trânsito normal pelas Comissões Especializadas, deixando assim de serem analisadas questões cruciais diretamente ligadas ao Projeto nas áreas de agricultura, indústria, comércio, meio ambiente, ciência, tecnologia e defesa nacional. Após três substitutivos do Relator, que desconsiderou cerca de mil emendas, restaram vinte e oito pontos altamente polêmicos, dos quais apenas três foram submetidos à votação na Comissão.

A última sessão da Comissão realizou-se em clima de guerra, sob ameaça das lideranças majoritárias de submetei o Projeto de Lei a regime de urgência-urgentíssima, o que corresponde a prazo de três sessões para ser votado em plenário. Naquela sessão, elementos da Interfarma - associação as

Corporações transnacionais farmacêuticas no Brasil e da embaixada norte americana, praticamente conduziram os trabalhos orientando o relator, deputado Ney Lopes, e a presidência da sessão.

Posteriormente, o Colégio de Líderes, controlado pelos partidos majoritários com Genebaldo Correia pelo PMDB, Luís Eduardo Magalhães pelo PFL. Roberto Freire como líder do Governo, e o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, decidiu a aprovação da emenda substitutiva do Relator, ante a insatisfação de deputados de todos os partidos. Revoltado, o deputado Marquezelli do PTB de São Paulo, da bancada ruralista conseguiu apresentar em plenário, com mais de cem assinaturas, uma espécie de 301 brasileira, que anulava o efeito legal do privilégio de patentes de corporações norte-americanas quando o governo dos EUA utilizasse seus instrumentos unilaterais de retaliação econômica. Embora a Comissão de Agricultura e Política Rural, por exemplo, fosse por unanimidade contrária ao projeto, na Comissão Especial apenas três deputados resistiram. Vários deputados foram coonestados após viagem ao exterior patrocinada por corporações farmacêuticas transnacionais.

A razão pela qual o Projeto de Lei não foi encaminhado ao debate como Código - como seria natural, pois pretende substituir o atual Código da Propriedade Industrial - e sim como Lei sujeita à Comissão Especial, resultou de decisão da Mesa de não permitir que o projeto fosse discutido nas Comissões Especializadas, o que seria automático caso tivesse sido encaminhado como Código. Além disso, uma Comissão Especial pode ter sua composição manipulada, ao contrário das Comissões Especializadas que são permanentes. A maioria de seus membros foram adrede escolhidos de acordo com a orientação antinacional do projeto.

Na realidade, esse projeto é do interesse específico de um grupo de corporações farmacêuticas norte americanas que tem o suporte do governo dos EUA e do próprio ex-Presidente George Bush com interesses pessoais diretos no setor. Essa é a razão por que a embaixada alto funcionários e até Secretários de Estado norte americanos não medem limites para pressionar

O Governo brasileiros, constituindo grave intromissão em assuntos internos do País.

Considerando trata-se de projeto envolvendo temas de ampla complexidade, com profundas implicações políticas econômicas e sociais e podendo ferir de modo irreversível a soberania nacional, as lideranças majoritárias no Congresso deram-lhe tratamento inacreditável, em benefício ostensivo de interesses mercantis de um pequeno grupo de corporações transnacionais. Procurou-se induzir na população e entre seus representantes no Congresso a falsa ideia de que as questões tecnológicas são restritas ao conhecimento e ao interesse de especialistas. Pelo contrário, o domínio tecnológico dá o comando sobre as estruturas produtivas de sorte que as nações dependem decididamente desse instrumento de poder. Segundo o modelo econômico em que ele for inserido, poderá transformá-las em nações hegemônicas ou em dependentes.

Além disso, foi usada a grande imprensa para desinformar a população. Todo aquele que se colocava contrário ao Projeto de Lei era apresentado desonestamente pela imprensa como representando interesses de pirataria e outras indignidades, quando o projeto refletia a intenção de grupos estrangeiros de apoderar-se graciosamente de grandes patrimônios genéticos nacionais e controlá-los em regime de monopólio. Tudo patrocinado por recursos milionários e sob o controle de tecnocratas que nenhum compromisso tem com a Nação. Ministérios com envolvimento direto nas consequências dessa eventual lei, como os da Saúde e da Agricultura, foram simplesmente ignorados. O Ministro da Saúde, o digno Jamil Haddad, formalizou ao Itamarati sua discordância.

Na era Collor, a minuta do Projeto de Lei, antes de ser enviada aos EUA para o *agreement* pelo Ministro José Golden- berg, via o embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira, teve seu texto elaborado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia". A versão finalmente enviada ao Congresso foi a" americana", permanecendo, no entanto, por indesculpável lapso a Exposição de Motivos original do MCT. Posteriormente, em todo o seu andamento no Congresso, esse Ministério omitiu se, o que é uma forma matreira de cooptação.

> Entretanto a sociedade reagiu e se organizou promovendo centenas de reuniões debates e esclarecimentos em universidades, sindicatos, assembleias legislativas e no próprio Congresso. Inúmeras publicações foram editadas procurando analisar o real significado de vários aspectos negativos para a sociedade brasileira decorrentes desse Projeto de Lei. Contou- se para isso com a participação de cientistas, tecnólogos, industriais, funcionários públicos, técnicos e trabalhadores vinculados às áreas potencialmente atingidas pelas graves consequências dessa lei. Criou-se, com o objetivo precípuo de combater o projeto e esclarecer a opinião pública ante a avalanche de mentiras promovidas pela grande imprensa, o Fórum para a Defesa da Liberdade de Uso do Conhecimento, que reuniu mais de trezentas instituições e entidades. Praticamente a totalidade das empresas de capital nacional lutou contra o projeto de lei. com as costumeiras poucas exceções, por meio de suas entidades de classe, como a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC) e a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (ABIFINA). A esse esforço juntou-se a Associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêuticas, uma vez que a pressão externa para a adoção de leis de propriedade industrial desse mesmo teor vem sendo exercida nos principais países ibero-americanos.

A Igreja Católica por meio da sua mais alta hierarquia posicionou-se fortemente contrária a esse Projeto de Lei que classificou de ilegítimo e aético, representando uma agressão à sacralidade da vida. A EMBRAPA, que durante a tramitação na Câmara não vinha adotando posição firme, esclarecedora, contraria ao projeto, como deveria ser o seu papel pelo conhecimento de causa que tem e pelo sagrado comprometimento com a agricultura brasileira, felizmente, para orgulho de todos os que admiramos o seu trabalho e lutamos para o engrandecimento de sua missão, mudou radicalmente de posição, na segunda audiência no Senado.

Quanto aos partidos políticos, apenas o PSB e PC do B e o PDT mantiveram-se, enquanto partidos, firmes e intransigentes na defesaCambria dos interesses do povo brasileiro. O PT votou na câmara a favor do patenteamento da vida, bem como falsos

ambientalistas como o deputado Fábio Feldman e, incrível o ex-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, o deputado Sérgio Arouca.

O mais estarrecedor, porém, foi a posição enganadora do ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o senhor Enio Candotti. Após confundir os parlamentares contrários ao Projeto de lei, aparentando defender essa posição, foi o responsável pela redação do texto que patenteia os microrganismos, ou seja, a vida, aprovado pelo Colégio de Líderes, em sessão caótica, no gabinete do deputado Genebaldo Correia. Com essa ação o senhor Candotti desonrou a função que ocupava na mais significativa associação de cientistas brasileiros, que traz a si vinculada a imagem extraordinária do seu principal fundador, Maurício Rocha e Silva, e a de tantos outros grandes cientistas brasileiros.

A favor desse Projeto de Lei encontravam-se, além de corporações farmacêuticas estrangeiras, a associação dos agentes da propriedade industrial, que trabalha para as transnacionais na obtenção de privilégios de patentes; uns poucos empresários nativos, desviados por interesses particulares; e, como sempre, a FIESP e a Confederação Nacional da Indústria; estas, lutando com afinco contra os interesses legítimos das indústrias nacionais. Também, por motivos óbvios, a associação dos exportadores, submetida à chantagem de represálias norte-americanas contra as exportações brasileiras. Foi melancólico ver o seu presidente, Marcos Vinícius Pratini de Morais, defender posição contrária ao atual Código da Propriedade Industrial por cuja aprovação no Congresso, em 1971, ele, na qualidade de Ministro da Indústria e do Comércio, fora o principal responsável. Os argumentos pífios que apresentou diziam bem do seu estado de espírito... De resto, estava o Governo Itamar Franco fazendo valer os compromissos assumidos por Collor de Mello junto ao senhor George Bush. tendo como principais porta-vozes o presidente do INPI, conhecido agente da propriedade industrial, e o Itamarati, serviçal, tentando consagrar em lei “negociações” antinacionais. O projeto contou ademais com o apoio das figuras usuais que utam

sempre contra o Brasil e o seu povo e que não merecem citação...

2 . PATENTES, INSTRUMENTOS DE POLÍTICA TECNOLÓGICA: RESERVA DE MERCADO MONOPÓUCA DE ÂMBITO MUNDIAL, RELAÇÕES COM PACOTES TECNOLOGICOS E MODELO ECONÔMICO

As patentes são instrumentos de reserva de mercado, em muitos casos monopólica, como o são também as normas técnicas, as cláusulas restritivas dos contratos de transferência internacional de tecnologia, a manipulação dos ciitérios de qualidade e a metrologia legal. Só que no primeiro caso trata-se de uma concessão do Estado, com efeito legal e consequências penais. Este conjunto de instrumentos dispensa legislações explícitas de reserva de mercado como foi a lei brasileira de informática. A rigor, eles são mais efetivos que a forma legal explícita. Se tivessem sido usados para proteger as indústrias nacionais do setor, teriam dispensado a referida legislação, que tão forte e cínica reação provocou por parte de interesses estranhos ao Brasil. Formam tais instrumentos tecnológicos, em conjunto, um largo espectro de ações que se inter-relacionam e permitem regular o fluxo de tecnologia externa. Relacionam-se ainda com a criatividade e os fatores de produção locais, tendo em vista a eficiência e a competitividade das indústrias, e as necessidades, interesses e aspirações da sociedade.

pacotes tecnológicos quando considerados em conjunto compoem as equações de desenvolvimento. Eles são por natureza o elemento agregador da dotação de fatores de uma sociedade e refletem nasestrategias de produção e de serviços das empresas e dos paises. Neles estão embutidas politicas e diretrizes que definem a espina dorsal da estrutura produtiva e ademais promovem o controle da evolução economica. Seu dominio, portanto, é essencial como instrumento de poder soberano. A depender de sua origem podem fundamentar-se ou não em patrimonios nacionais, quer sejam naturais

ou os da criatividade humana. Conformam também o grau de eficiência e de racionalidade da produção de riqueza funda mental às formulações de poder e de bem-estar nacional.

Seus efeitos se fazem sentir em profundidade nos campos social e político e promovem a divisão internacional do trabalho. Definem opções por formas de energia e modos de produção, excluindo ou acrescentando empregos, valorizando ou desvalorizando comparativamente os fatores locais ou regionais. em direta relação com a emancipação econômica, a eficiência produtiva, a concentração ou distribuição de riqueza. Tudo a ser canalizado para alcançar objetivos maiores de uma sociedade. Contudo, se aceitos passivamente, os pacotes tecnológicos externos podem perpetuar um condicionamento cultural alienante e uma desorganização da vida econômica de efeitos sempre nefastos.

As atividades tecnológicas transpassam os diferentes grupos e níveis da sociedade: do Estado às escolas, das oficinas ao campo. São essenciais para o controle da atividade produtiva no âmbito do País, bem como para a preservação de patrimônios físicos e culturais; a satisfação das necessidades e aspirações da população; o bem-estar coletivo e o fortalecimento do Estado. Constituem instrumento que, institucionalizado, consolida a base de uma nação e a capacidade de escolher o seu futuro. Têm, portanto, papel na organização da sociedade e do Estado e no traçado prospectivo de seus principais objetivos.

O processo resultante dessas atividades deve fluir naturalmente, sem intervenções exógenas, da integração racional e cultural do homem com a natureza, em relação harmônica e mutuamente dependente.

O controle da agregação tecnológica é crucial para garantir a soberania das nações e relações equânimes entre os povos. Se um país conta com recursos naturais abundantes e estratégicos, o processo tecnológico autóctone pode sustentar por décadas ou séculos sua evolução sem submeter-se a dependências tecnológicas subjugadoras. Criam-se, assim, condições que podem levar a um novo patamar civilizatório.

Ao tempo em que ocorria o desenvolvimento industrial tecnológico das atuais nações hegemônicas, todas situa as no

Hemisfério Norte, tinha-se situação diversa e adversa nos países tropicais do Sul. Induzidos pelos industrializados predominantes, países situados nessas regiões adotaram "modelos" econômicos dependentes de pacotes tecnológicos agregados fora e, por isso, baseados em interesses condições e fatores estranhos a suas realidades. Nessas circunstancias, foram-lhes retiradas as opções de fundamentar sua evolução nas próprias riquezas patrimoniais, humanas e culturais.

Deste modo. suas estruturas produtivas e de poder não conseguem reagir ante as dificuldades, pois as tecnologias exógenas que as comandam impõem-lhes permanentes restrições ao uso de suas próprias vantagens comparativas. Condicionados a fatores de escolha externa, esses países não conseguem ajustar-se às realidades que os circundam com um mínimo de racionalidade, pois estão dominados por múltiplos interesses impostos pela dependência tecnológica. Trata-se, portanto, de um modelo suicida, ou seja, um modelo que impõe uma estrutura produtiva escancarada a todo tipo de influência, predominantemente de países hegemônicos. Isso ocorre de maneira ostensiva no caso das patentes, normas técnicas e, evidentemente, pacotes tecnológicos importados. Nessas condições, portanto, quando tais nações ficam sujeitas à chamada globalização competitiva - obsessão da ideologia neoliberal - somente se pode esperar o desastre ou a subjugação humilhante.

O domínio externo das equações tecnológicas levou os países do Sul a transformarem-se em simples campo de manobra de corporações transnacionais que objetivam o controle dos seus mercados, a garantia de fornecimento de recursos naturais estratégicos, às vezes a preços inferiores aos custos, e o domínio de sua estrutura produtiva. Ou seja, as corporações passam a deter, em consequência, o poder real dentro do país e assim reúnem os elementos necessários para promover o desmonte do Estado e o esfacelamento da Nação, quando isso favorece suas estratégias.

A vulnerabilidade tecnológica imposta pelas receitas externas cria ineficiências estruturais permanentes, decorrentes de inadequações de toda ordem com os fatores locais, configurando crescimento econômico de efeitos perversos sobre a sociedade

Que perde, deste modo, poder de competição, de autogestão e de defesa de seu mercado. .

O modelo de crescimento econômico dependente vem promovendo, no caso brasileiro, a estruturação de um parque industrial invertebrado apelativo a todo tipo de facilidades do postado. O processo inflacionário, as dívidas externa e interna especulação desenfreada têm, sem dúvida, relação inicial e são consequência da natureza do modelo. A dinâmica que ele estabelece ignora os princípios de racionalidade que sustentam estruturas produtivas consistentes e os fins para os quais deve dirigir-se. Nessas condições, deixa de cumprir funções para as quais existe e transforma a Nação em mero mercado à mercê de interesses externos, e os cidadãos em consumidores passivos, ficando tudo o mais subordinado a esse insustentável paradigma.

3 TRATADO DE METHUEM E ABERTURA DOS PORTOS, CAUSAS DO NOSSO AFASTAMENTO DA PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. PROTECIONISMO INGLÊS E NORTE-AMERICANO. SIMILAR NACIONAL

Essa é a velha e carcomida dinâmica que tem suas origens no período colonial quando, em 1654, Cromwell submeteu Portugal à Inglaterra, pela força. Isso resultou no controle, pelos ingleses, do outrora vasto mercado mundial dominado pelos portugueses. Nossa metrópole colonial ficou reduzida a uma nobreza esbanjadora e corrompida e a um povo empobrecido, apesar de suas ricas colônias. Essa situação consolidou-se em 1703 com o Tratado de Methuem, em que Portugal restringiu-se a exportar vinhos e azeite de oliva e entregou o mercado interno e o de suas colônias ao domínio inglês. Rapidamente as vinhas e os olivais passaram à propriedade do capital inglês. Sobraram apenas em mãos portuguesas funções servis, intermediadas pela Corte. Deste modo, nos 150 anos que durou, esse tratado converteu Portugal em colônia da Inglaterra e, ao Brasil, em colônia de uma colônia.

O poderio inglês consolidou-se e aumentou no início do século XIX com a chamada Abertura dos Portos, com tarifas de importação favorecidas para a Inglaterra Isso resultou da chantagem do embaixador inglês sobre a família real quando da sua fuga para o Brasil, sob a "proteção' da esquadra de sua *majestade* britânica, que se encontrava no porto de Lisboa.

O Tratado de Methuem e a Abertura dos Portos brasileiros custaram-nos a exclusão da Primeira Revolução Industrial. já em 1785. nossa incipiente industrialização fora destruída por decreto de Dona Maria I, de evidente inspiração inglesa, que dizia: "Eu, a Rainha, hei de bem ordenai que todas as fábricas, manufaturas ou teares de tecidos sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se achai em nos meus domínios do Brasil".

Cerca de três mil teares foram destruídos para pompa e garbo de sua majestade britânica e benefício de seus mercadores e da tão decantada eficiência da indústria têxtil inglesa. Era o desastre da modernidade, agora repetido como farsa...

Em contrapartida, já em fins do século XV, as leis mercantilistas da Inglaterra prescreviam a proibição de quase tudo que não fosse produzido em território inglês. Elizabeth I determinava que o trabalho nacional deveria ser sustentado energicamente. As importações indevidas eram castigadas com a expropriação dos bens dos responsáveis e os tecidos somente poderiam ser exportados depois de tingidos e acabados. Nenhuma importação poderia ser feita sem que houvesse uma exportação equivalente.

Nessas circunstâncias, tantas foram as restrições impostas às colônias da América do Norte que as levaram à revolta e como consequência, à independência. Foi então a vez de Alexander Hamilton lançar as bases do protecionismo que tornou possível o desenvolvimento dos Estados Unidos da américa, transformadas em lei em 1789; em 1820 veio o compromisso de Missouri. o *Factory System* de 1824 e a Tarifa das abominações em 1828 que, virtualmente, reservou o mercado norte americano para seus próprios produtores. Depois veio a Doutrina Monroe: "A América para os americanos"

Esses exemplos mostram como as nações industrializadas sempre defenderam seus mercados internos até as ultimas

consequências. Esse mercado é a base de seu poderio, permitindo-se somente algum risco quando a correlação de forças lhes é altamente favorável. Em contrapartida, exigem o escancaramento das economias em formação, bem mais fracas. Ao contrário do que propalam os porta vozes do neoliberalismo, o protecionismo vem aumentando vertiginosamente nos países industrializados. Já são evidentes sinais de dura guerra econômica nos alvores do século XXI. Ao mesmo tempo defendem o livre mercado via a redução de tarifas de importação dentro da Rodada Uruguai do GATT, aumentam o protecionismo de seus mercados por outras vias. Com isso tornam mais vulneráveis aqueles mercados que não conseguem proteger-se com restrições tarifárias. Nos últimos 20 anos, as barreiras não-tarifárias passaram na ex-Comunidade Econômica Europeia de 15% para 43% das importações; na Alemanha, de 16% para 44%, e, na Itália, de 13% para 49%. Ademais, existem restrições tradicionais a importações como, por exemplo, nas áreas da saúde e alimentos, a *Food and Drug Administration,* nos EUA, e outros instrumentos legais.

Começa-se a discutir, no âmbito do GATT, novas medidas dessa natureza nas áreas ambiental e trabalhista, que irão juntar-se às tradicionais do setor tecnológico, como normas técnicas, legislação metrológica e, especialmente, patentes. Estas constituem instrumento privilegiado para impor duras restrições ao comércio graças à reserva de mercado mundial que concedem ao detentor do privilégio. Medidas de retaliação, como a famosa 301, são aplicadas unilateralmente pelo governo dos EUA a outros países. No caso brasileiro, as restrições aplicadas ao similar nacional na fase de substituição de importações eram, entretanto, usadas prioritariamente para proteger setores comandados por subsidiárias de corporações estrangeiras. Fizemos isso em grande parte para atrair para dentro do País corporações transnacionais que impuseram como condição restrições à importação de produtos similares. A única exceção a essa prática foi a lei da informática que favorecia empresas genuinamente nacionais, embora restringindo a proteção a minicomputadores.

Ao analisarmos a experiência brasileira nas relações de comércio com os países industrializados, evidenciamos que jamais tivemos políticas que defendessem os produtores nacionais

Frente aqueles de potenciais hegemonias como afirmou Roberto Simonsen: Nunca tivemos uma política tarifaria para suportar o nosso desenvolvimento industrial."

No caso da "lei da informática fomos objeto de reiteradas agressões externas, ameaças de retaliações sobre nossos principais produtos de exportação, ademais de incrível subserviência interna que resulto na destruição dessa política, de excepcionais resultados para o desenvolvimento nacional. Hoje, mais de quatrocentas empresas brasileiras, após a derrubada dessa lei, correm o risco de serem substituídas por apenas duas gigantescas transnacionais. A isso os neoliberais chamam de livre mercado, livre concorrência... É curioso que todos os países que tiveram sucesso usaram medidas protecionistas semelhantes e ainda mais duras em geral por outros meios que não a legislação explícita, e nunca houve queixas, pois obedeciam à ordem natural das coisas, somente aplicável a eles, é claro...

Sobre essas e outras questões dizia o saudoso Senador Severo Gomes: "Em nome da modernidade do Visconde de Cairu. estamos demolindo o parque industrial brasileiro, construído em mais de meio século de sacrifício de um povo numeroso. É um processo tão violento e incoerente que não pode ser apenas filho da eventual ignorância dos que tomam decisões. Ele está no centro do maior conflito de interesses de que tem notícia a história.

4. PRIVILÉGIO DO MONOPÓLIO DAS PATENTES. AMEAÇAS DE RETALIAÇÃO. ECO-92 E O VEXAME DE BUSH. PLANO MARSHALL INVERTIDO. PRETENSÕES DO ITAMARATI

Enquanto, por um lado, não se regulamentou o art. 219 da Constituição, que se refere ao mercado nacional como patrimônio do povo brasileiro, por outro, promove-se no Congresso Nacional, por iniciativa do Executivo e em substituição ao atual Código de Propriedade Industrial, projeto de Lei das Patentes, que é uma afronta a esse princípio constitucional. Evidentemente

a transformação desse projeto em lei somente seria possivel com a revogação daquele artigo.

Em primeiro lugar, é importante procurar entender o que levou dois govemos da Republica a enviar ao Congresso tal projeto, que não representa qualquer beneficio para o Brasil. Pelo contrario, corresponde aum retrocesso com relação a legislação vigente e a uma deformação grosseira do secular principio que norteia o sistema internacional de patentes.

O projeto de lei chega a afrontar o principio da legislação brasileira de não afmitir o efeito retroativo das leis. Isso se verifica em incrivel proposta a que se deu a intrigante denominação de “pipeline” e que basicamente consiste em permitir a concessão de patentes no Pais, para invenções patenteadas no exterior ou em análise, já esgotado o prazo limite de solicitação no Pais

Desde a Convenção de Paris de 1883, a concessão do privilégio de patentes restringia-se exclusivamente a invenções novas, condicionadas à obrigatoriedade de produzir o objeto da patente em território do Estado concedente. Assim, a tentativa de estender o privilégio das patentes a importações retira do Estado a principal razão para a concessão do privilégio. Ademais, admitir patentes para seres vivos é um atentado ao princípio de que o privilégio seja concedido exclusivamente a invenções.

A explicação para essa iniciativa pode ser encontrada na pressão do Governo dos EUA junto ao Governo brasileiro, com ameaças de retaliações sobre nossas exportações. Isso ocorre desde período anterior ao início da Rodada Uruguai do GATT, em 1986. O que é novo é o uso desse foro multilateral, até então restrito a questões de tarifas e ao comércio internacional de mercadorias, para questões como propriedade intelectual, serviços e investimentos. Apesar de forte oposição inicial por parte de importantes países do Terceiro Mundo, e em particular dos mais atingidos, como índia e Brasil, o organismo específico das Nações Unidas para a matéria, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), de tradicional e adequado desempenho no setor, foi simplesmente ignorado. O GATT, sem as características de organismo internacional, pois é um simples

General Agreement, extrapolando suas atribuições, *substituiu essa instituição sem que ela* tenha *sido ouvida ou* dissolvida. Deste *modo, questões tão complexas como patentes transferência de tecnologia, com implicações que vão muitu alem daquelas do interesse no* comércio *internacional, serão agora tratadas em foro em que predominam as pressõesdos que* controlam os *grandes* negócios *mundiais. Essas mudanças da* maneira *como vêm sendo* conduzidas, configuram claramente ato *de* chantagem e *de pirataria internacional.*

O caminho, entretanto, para essas açoes, como já f0j anteriormente mostrado, *foi* íacilitado pela irresponsabilidade do senhor Collor de *Mello, que se* comprometeu a aprovar 0 projeto de lei antes da Conferência ECO-92, quando seria apresentado o Tratado de Biodiversidade. Este define regras internacionais para proteção dos patrimônios genéticos dos *países. O* fracasso do senhor Collor nesse objetivo levou presidente George I3ush ao vexame de ser o único estadista naquela reunião a votar contra o Tratado. Caso o Brasil tivesse aprovado anteriormente o projeto de Lei das Patentes, na forma como queria o senhor Bush, o servil Collor teria evitado o vexame ao governante norte-americano.

O interesse econômico imediato dessa lei foi explicitado pela Comissão de Comércio Internacional do governo americano, que considerou satisfatórios os resultados da referida Rodada Uruguai, na qual foram enrijecidos os privilégios de propriedade industrial, especialmente nas áreas de biotecnologia, produtos farmacêuticos e insumos agrícolas. Conforme a referida Comissão, as Corporações Transnacionais de origem norte-americanas promoverão por esses novos critérios do GATT um aumento de transferência de recursos do Terceiro Mundo para o Norte industrializado, *avaliado na astronômica* quantia anual de 61 bilhões de dólares. *Esse é o fulcro da ação do GATT.*

Esse montante irá ultrapassar emmuito o enorme fluxo de capital repassado do Sul para o Norte a título de serviço da dívida externa. Segundo Susan Jordan, do Instituto Transnacional de Amsterdã, as transferências ocasionadas por essa dívida corresponderam a mais de 400 bilhões de dólares entre

1982 e 1990, "O equivalente em valores atuais a seis Planos Marshall, que o Sul pobre presenteou ao Norte rim' F ", 987 e 1993, segundo o Banco Centra,, somen™' Brasil transferiu para credores externos 90 bilhões de dólares O senhor Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Fazenda, comprometeu-se a remeter entre 1994 e 2000 a assombrosa quantia de 141,3 bilhões de dólares. Considerando em adição as perdas nas relações de troca com exportações de energia 'elétrica de Tucurui, via alúmina e alumínio, a preços muito abaixo dos custos de produção e transporte, de minério de ferro etc., e tudo o mais para garantir um superávit suficiente para pagar o serviço da dívida externa, chegamos a perdas internacionais assustador as, impossíveis de sei em mantidas sem muita miséria para o povo brasileiro e crescentes dificuldades econômicas para o País. Com a Lei das Patentes, na forma aprovada

pela Câmara, essas remessas aumentarão substancialmente...

A estratégia das nações hegemônicas, via GATT, tem sua consequência direta no Brasil no Projeto de Lei PLC n 115/93. Ela objetiva, entre muitos outros aspectos, sempre na direção de acentuar os privilégios, a concessão de patentes nos setores químico-farmacêutico, alimentar, metalúrgico e seres vivos (microrganismos), estes pela via da engenharia genética. Nenhum desses setores seria patenteável pelo atual Código de Propriedade Industrial. Essas novas concessões permitem que um pequeno grupo de Corporações Transnacionais vinculadas ao Primeiro Mundo, especialmente aos EUA, passem a controlar a saúde, a agricultura, os insumos agrícolas, entre outros, dos países do Sul.

Com essa estratégia, os serviços de saúde serão solapados, barreiras serão interpostas ao uso dos genéricos e a elevação dos preços restringirá ainda mais o acesso aos medicamentos, enquanto aumenta o lucro das corporações do setor. Além disso, no mesmo espírito da Rodada Uruguai, acordos do tipo NAFTA objetivam "liberalizar" os serviços, o que permitirá aos bancos supranacionais desalojar os nacionais e assim eliminai qualquer possibilidade de planejamento econômico e de desenvolvimento nacional. Essas são avaliações do professor Noam Chomsky do *Massachusetts Institute of Technology.*

> O privilegio da patente corresponde a concessão pelo Estado de uma reserva de mercado, por determinado prazo. Trata-se de uma pratica de origem medieval, então aplicada a mercado restrito. Pretende-se hoje que tenha aplicação universal e se estenda por vinte anos. Ou seja, a patente tem sido por mais de um século um privilegio excepcional que o Estado concede sob a forma de monopólio para produzir localmente o resultado de uma invenção nova. Isso, naturalmente, só deve ocorrer quando há inegáveis vantagens para a sociedade que justifiquem a concessão de tal privilegio. A patente, quando aplicada a um produto, tem o poder de monopólio que dá ao seu detentor força arbítrio. A ofensiva neoliberal, que procura impor aos povos esse ordenamento unilateral, está sendo levada às últimas consequências em nome do livre comércio, quando o direito natural inscrito na consciência dos homens somente admite monopólios de Estado, em áreas estratégicas e visando o bem comum.

Interesses estranhos ao País querem impor ao Estado brasileiro patentes hoje ilegais. Devido às precárias circunstâncias tecnológicas atuais do País e das empresas nacionais, essas patentes irão resultar em exclusividade para corporações estrangeiras, em áreas vitais aos cidadãos, como alimentos e medicamentos, sem que essas correspondam necessariamente a uma invenção - como é o caso do patenteamento de microrganismos; sem envolver produção local - como é o caso de estender-se o privilégio da patente também a importações; sem apresentar novidade - como é o caso do efeito retroativo no "pipeline''; além de tornar inviáveis empresas farmacêuticas de capital nacional; impossibilitar nosso desenvolvimento tecnológico, e passar o controle da agricultura brasileira pena umas poucas corporações transnacionais, via patentes de sementes. Tudo isto possibilita ainda a apropriação por parte daquelas corporações de nosso riquíssimo patrimônio genético. Quanto aos consumidores, são estes vitimas do monopólio que dá às corporações total arbítrio na definição de preço, inclusive de produtos importados quando patenteados no País.

É estranhíssimo que tais objetivos sejam defendidos por altos funcionários do Estado brasileiro. É oportuno advertir aos exportadores, especialmente aos do setor de calçados e de

produtos agrícolas - açúcar, soja, suco de laranja etc – que como consequencia do monopolio das sementes patenteadas correm serio risco de perder seu patrimônio para os grupos que detêm esse monopolio. De maneira semelhante as vinhas e olivais portugueses passaram para a propriedade dos importadores ingleses, por causa do tratado de Methuem. Não são os sem-terra que ameaçam as propriedades rurais, mas os banqueiros e os pretensos detentores dos monopólios de sementes agrotóxicos e fertilizantes.

Tudo, porém, decorre de prática mais geral, de origem externa, e que tem a face da "Era Collor", cujo objetivo idiota é "inserir o Brasil no Primeiro Mundo", como se isso fosse possível por meios servis ou capitulações sucessivas. Ninguém consegue inserir-se com dignidade, em contexto de onde é repelido, pela via da subjugação. Trata-se de processo de conquista e de respeitabilidade. Ninguém respeita o tolo ou o covarde. Entretanto, a estratégia dos dirigentes brasileiros fundamenta-se em concessões sem fim, sem nada em troca (ou com trocas particulares, geralmente ocultas e subalternas) para agradar o forte, o que sempre termina em capitulação. O forte só respeita outro forte e despreza o fraco. Será que os tecnocratas e os diplomatas desconhecem esse princípio elementar da relação entre Estados?

Ceder na Lei das Patentes para agradar os norte-americanos procurando fazer o primeiro presidente da nova Organização Mundial do Comércio não é uma troca razoável, tendo em vista as imensas consequências negativas dessa lei para a Nação. A nomeação é temporária, mas as perdas patrimoniais, econômicas, sociais e morais são gigantescas e irreversíveis.

Ademais, com capitulações sucessivas em questões cruciais para o futuro do Brasil, como as já consumadas nas áreas espacial e nuclear, o respeito externo pelo Brasil deve andar muito baixo. Em tais circunstâncias, corremos o risco de submeter nosso candidato ao papel de mais um títere internacional, como tem sido os dois últimos Secretários-Gerais das Nações Unidas. Afinal, nosso candidato perdeu internamente suas credenciais com imprudente exame de consciência captado por indiscretas antenas parabólicas. Não serão também as

Capitulações o melhor caminho para conquistar um lugar permanente no discriminador Conselho de Segurança da ONU. Este é um lugar que se conquista pelo poder e pelo respeito internacional. Que o diga a China....Brasil reúne todas as condições para, sem favor, ocupar essa estratégica posição devido ao seu peso e importância no futuro do mundo. Sua presença nesse Conselho somente irá dar-lhe credibilidade no conceito das nações. As posturas do Estado brasileiro, entretanto, têm estado muito aquém da sua verdadeira dimensão histórica e do seu papel futuro.

5. A RODADA URUGUAI DO GATT: INTERVENÇÃO NA SOBERANIA NACIONAL. A APARENTE FRAQUEZA BRASILEIRA. AÇÃO DOS TECNOCRATAS E DIPLOMATAS: CAPITULAÇÃO. "A COERÇÃO LIBERALIZANTE E A VORAGEM PROTECIONISTA." ERA REAGAN/THATCHER. O RELATÓRIO BRANDT E A REUNIÃO DE VAIL. AS DECLARAÇÕES DE NOVA DELHI, PUNTA DEL ESTE E SAN CARLOS DE BARILOCHE

As linhas-mestras do Projeto de Lei das Patentes são as mesmas da recém-concluída Rodada Uruguai do GATT, cujos resultados são muito discutíveis, contestados por amplos setores da comunidade mundial, após sete longos anos de desacordos que só não resultaram em fracasso devido a fortes pressões dos setores que dentro de cada país representam as forças da globalização. Os protestos foram generalizados, principalmente na Europa. Onde, porém, os danos serão maiores é naqueles países e grandes patrimônios naturais e com economias dependentes do ponto de vista tecnológico.

Decididamente, o GATT – General Agreement on Tarills and Trade – não é o foro indicado para questão tão amplas e complexas como a das patentes. Estas implicam em reservas de mercado em regime de monopólio, cujas consequências vão muito além do comercio internacional; podem assim ter papel critico em setores estratégicos do mercado interno, bem como

Na soberania dos paises alem de envolver questões eticas graves. Suborfina-las a um foro tipo General Agreement em que predomina o jogo pesado dos grandes interesses do mercado internacional é, no monimo, uma temeridade e uma fonte permanente de conflitos.

Ingenuos diplomatas brasileiros elogiam a Rodada Uruguai como uma vitoria da multilateralidade. Preferem negociar globalmnete, em foro no qual a presença dos mais fortes é ostensiva, a faze-lo com cada pais isoladamente ou com blocos de paises de poderio equivalente. O peso de alguma nações no comercio internacional cria um grande desequilibrio de interesses em relação as demais, tornando dificil e as vezes impossivel, qualquer nogociação. Ademais as potencias usam mecanismos de retaliação unilateral sobre o comercio externo dos demais paises.

A interveniência do forte em áreas de grandes interesses e de amplas possibilidades de pressão, como é o mercado internacional, em que os países do Terceiro Mundo não dispõem de instrumentos de defesa, é o dia-a-dia do GATT. Nessas condições, fica fácil criar meios de intervenção na soberania de países mais fracos. Estes terminam apoiando os mais fortes, a troco de migalhas. Os que resistem são derrotados e têm de se contentar com o que sobra das migalhas. Somente quando os fracos se reúnem em foro próprio conseguem resistir às pressões. Sonhar com mais, especialmente neste mundo aético em que vivemos, em que a dominação está instalada dentro de casa, é fugir à realidade.

Lembremos também que a aparente fraqueza do Brasil - um continente potencialmente riquíssimo - é apenas conjuntural em momento em que as nações hegemônicas estão sendo assoladas por uma série de crises, como a energética, de desemprego, de matérias-primas estratégicas e a que resulta da multipolaridade econômica para a qual não estavam preparadas. Vivemos fase histórica com sérios conflitos regionais em vias de explosão, que estabelece imprevisível procura por uma nova ordem internacional. Todos sabem que, qualquer que seja a evolução deste acúmulo de crises, o papel estratégico do imenso potencial de riqueza natural brasileira é crucial. Nessas

Condições, deveriam aumentar nossas possibilidades de barganhar se Tivéssemos uma classe dirigente a altura da Nação continente que somos. Não estará na hora. senhores diplomatas De levantara a cabeça e lazer valer nossas realidades? Sucessiva Capitulações não cabem por mais difíceis que sejam as circunstâncias. Ou os senhores e seus parceiros tecnocratas não sabe como proceder ou que caminho tomar? Se essa fosse a situação, ela certamente não seria compatível com a competência tradicionalmente reconhecida ao Itamarati e posta a serviço do Estado-Nação, hoje tão vilipendiado.

Quanto aos tecnocratas, não é desconhecido que tiveram suas cabeças orientadas pelas Escolas a que pertencem, intrinsecamente ligadas a países hegemônicos, formando equipes com lideranças estabelecidas fora do País. São os PhDs. Quando no Conselho Deliberativo da CAPES, tivemos oportunidade de ouvir vários conselheiros lúcidos e experientes levantarem preocupações com os destinos do País. Preocupações com o perigo que representa o fluxo de nossos mais brilhantes estudantes - financiado com recursos públicos - para certas escolas de pensamento econômico no exterior, de orientação definida para seus próprios interesses. Uma das mais conhecidas é a de Chicago, que tem Milton Friedman como figura emblemática 0 saudoso Senador Severo Gomes fazia sobre ela a seguinte avaliação. “Entre as Escolas de Chicago, a que menos matou ainda foi a de Al Capone”.

Quanto aos diplomatas, nota-se que, permanecendo em geral muitos anos no exterior, sempre sonhando ocupar posições nas capitais das grandes metrópoles e vivendo em condições de extrema regalia, terminam inevitavelmente esquecendo-se de que são brasileiros e como tais, devem servir ao Estado do qual são funcionários. Desde o Império tivemos grandes diplomatas, homens com visão nacional que foram nossos representantes em países estrangeiros, conscientes de que interpretavam nossa realidade à luz de nossos mais legítimos interesses. A começar pelo Barão do Rio Branco que resolveu de modo magistral as nossas principais questões de fronteiras, além de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Miguel Osório, (talo Zappa, Araújo Castro e tantos outros. Essa tradição precisa ser resgatada sob pena de o Itamarati converter-se em Ministério

do Exterior no Brasil. Alguns desses diplomatas, hoje aposentados, queixam-se da tendência mercantilista e "insercionista" dos grupos que hoje dominam o Ministério. Na melhor das hipóteses, nossas embaixadas transformaram-se em agências de negócios. Não haveria nada demais nisso, se os interesses em jogo fossem os brasileiros e não os de mercadores que nenhum compromisso tem com o País.

Não é por acaso que os diplomatas tiveram papel predominante na era Collor. Foi constrangedor ver estampada nos principais jornais do mundo a eufórica celebração com que nosso embaixador em Londres acolheu em companhia dos expoentes do "ambientalismo" inglês a demarcação da "nação" ianomami. Mesmo agora, entretanto, há exceções. Todos esperam que o Ministro Celso Amorim reaja à herança que recebeu e lidere movimento de resgate do Itamarati para a causa nacional. Expectativa que seu passado autoriza.

No momento em que há uma desordem internacional e as metrópoles coloniais querem manter a todo custo suas hegemonias, quer pela formação de novos blocos, quer pela dominação económica implacável sobre os mais fracos, uma nação continental como o Brasil não pode deixar de ter na estrutura de seu Estado poderosa entidade que represente e defenda nossos interesses e nos ilumine quanto aos caminhos a seguir, desde que mantenha sagrados compromissos de lealdade com a Nação. Um grande número de países espera isso do Brasil, não só em nosso continente, mas também na África, Ásia e, em particular, no mundo árabe. O nosso comportamento oficial, porém, os tem frustrado. Mesmo no Primeiro Mundo, muitos ficam perplexos com a postura submissa e servil do Brasil, quando esperavam pelo menos a defesa dos próprios interesses.

A capitulação brasileira na política externa é injustificada, inacreditável e incompatível com nossa tradição.

A posição brasileira foi razoável no início da Rodada Uruguai, depois degringolou de maneira lastimável. A passagem pelo Ministério das Relações Exteriores de Olavo Setúbal, Abreu Sodré, Francisco Rezek, Celso Lafer e Fenando Henrique Cardoso não seria suficiente para justificar a deterioração do processo. Nem mesmo o lamentável governo Collor, embora, neste caso, setores do Palácio do Planalto tenham intervindo diretamente na estrutura da outrora Casa de Rio Branco e

Progressivamente modificando sua tradicional diretriz política. Na realidade, esperava-se *que, pelo fato do Ministério das* Relações Exteriores compor com as Forças Armadas o esteio do Estado-Nação. o Itamarati resistisse ao desmonte do Estado brasileiro. Vem ocorrendo, entretanto, precisamente o inverso vai na *f*rente facilitando...

Na visão global da estratégia dos propugnadores da doutrina neoliberal. Os interesses hegemônicos na Rodada Uruguai do GATT são sintetizados nos princípios:

1 - *Abertura* máxima do mercado dos países por meio redução de tarifas de importação, ao tempo em que crescem as barreiras não-tarifárias (que são muitas) ao comércio-

2 - Fechamento *do acesso aos conhecimentos e ao desenvolvimento para as nações do* Terceiro Mundo, *por meio do* enrijecimento e extrapolação *ilegítima do sistema internacional de patentes, que reserva seus mercados em* de monopólio, por *vinte* anos, *para* setores *essenciais a terceira revolução industrial;*

3 *extensão do privilégio de patentes para não-invenções.* Por mais de um século o sistema existiu e perdurou permitindo a concessão de patentes exclusivamente a invenções novas;

4 - Controle monopólico *mundial por pequeno grupo de* corporações transnacionais sobre amplos setores da agricultura, insumos farmacêuticos e medicamentos, além de tudo o que resultar da biotecnologia;

5 - Transferência, na prática, de riquíssimo patrimônio gené*tico de nações com vastas regiões tropicais e* subtropicais para um pequeno número de Corporações Transnacionais;

6 - Aumento em 61 bilhões de dólares anuais das transferências líquidas de recursos financeiros dos países pobres para os ricos.

Essa estratégia dos países ricos resultou de profunda mudança que se estabeleceu a partir de 1982, quando alguns países do Terceiro Mundo, entre eles o México e o Brasil, não resistiram à carga de seus serviços da dívida externa e pratica-

mente teriam entrado em processo falimentar, caso fosse isso possivel em se tratando de nações.

0 ambiente no qual essa mudança veio ocorrendo e a Rodada Uruguai do CATT reflete essa realidade – está descrito na excelente tese de mestrado de Carmen Soriano Puig. defendida na Universidade de Brasília, em 1991, sob o título *Coerção* **li**beralizante, *Voragem Protecionista: o caráter contraditório do Oitavo Ciclo de Negociações* Comerciais *Multilaterak GATT Rodada Uruguai.* Diz Puig:

"A ideia de uma nova rodada de negociações (a última fora a *Tokyo Round* 1973-79) ganhara força a partir de 1982 (coincidentemente o ano da chamada crise da dívida do Tercei- ,-o Mundo) em plena Administração Reagan, que ficaria indelevelmente associada ao ressurgimento de um discurso liberal à outrance

Curiosamente, a fase que se pretendia final neste exercício negociador (saudado pela imprensa internacional como *the most complex and ambitious programme of negotiations ever undertaken by GATT)* iria coincidir com o último conflito (armado) no Golfo Pérsico. Esta irônica coincidência abre uma digressão no sentido de observar que as argumentações predominantemente jurídicas com que se tem procurado legitimar a atuação dos principais países dá OECD no conflito, liderados pelos EUA, mentor oficial da Rodada, não conseguem ocultar totalmente as motivações de uma política de poder da qual a estratégia energética é uma das manifestações. Não seria esta política de poder precisamente o reverso da medalha 'liberal'? Em outras palavras: não será o espírito desta política também o nutriente da coerção liberalizante que se procura exercer urbi et orbi?"

De fato, a afirmação de Arthur Schlesinger, ex-Ministro de Energia dos EUA, na Conferência Mundial de Energia de 1991, "quem dominar o Oriente Médio terá resolvido o problema energético mundial", suscita legítimas apreensões quanto ao futuro das regiões tropicais, especialmente as do trópico úmido, as únicas que, por meio da biomassa, podem dar soluções alternativas permanentes aos derivados do petróleo.

Diz ainda Puig: “Procuramos compor neste trabalho, em uma resenha de como. chegados os anos 80, a retórica do desenvolvimento voltado para o Sul seria devidamente banida da linguagem do centro do poder mundial. Estando a relação Norte/Sul. naquele momento, configurada pelo endividamento generalizado do Sul com o sistema financeiro privado do Norte, artífice que fora da reciclagem dos petrodólares, novas palavras de ordem espelhariam esta situação. Inicialmente foi o “ajuste", ao qual se procurou associar a conotação moral de austeridade. Posteriormente o projeto neoliberal espraiaria todo seu espectro ideológico: “livre comércio”, “ desregulamenteção”, “ competitividade”, “eficiência global” etc.... uma serie de conceitos um tanto nebulosos erigidos a condição de artigos de fé, que tem pautado numerosas administrações nacionais ao sul do Equador

Essas administrações vêm sendo influenciadas não só pela ideologia, mas também pelas diretrizes programáticas e operacionais dos organismos de Bretton Woods - Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - que passaram a ser virtualmente, para o Terceiro Mundo devedor, únicas fontes de créditos externos. Eles são no momento instrumentos importantes para a “ação concertada do Norte em relação ao Sul” e sua atuação deverá ser reforçada e complementada pelo “novo” GATT que deverá emergir da Rodada Uruguai. De fato, a atuação desses dois organismos vêm evoluindo com relação à maior parte do mundo no sentido de um verdadeiro poder supranacional. Essa forma de quase tutela foi enunciada por ocasião da cúpula do C-7 (Grupo dos 7), reunida em Veneza, em 1986.

característica que singulariza a Oitava Rodada do GATT e sua aparição em momento nitidamente não-desenvolvimentista. É por outro lado, e talvez por isso mesmo, interessante notar a participação nessa Rodada de grande número de países ditos em desenvolvimento, o maior em toda sua história.

A vinculação de uma rodada do GATT a um país do terceiro Mundo – o Uruguai – quebrando assim a tradição, parece eivada de simbologia. O esvaziamento progressivo - notório a especializadas das Nações Unidas nas quais se verificara

Intensa atividade de diplomacia parlamentar em torno as promessas do ideário desenvolvimentista, acabaria reduzindo a expressões como “dialogo Norte-Sul” ou ainda uma simples “relação Norte-sul” a condição de incomodas reminiscências que se tratava de exorcizar. Anular o debate e reduzir os problemas a questões técnicas fragmentadas e subordinadas ditames financeiros no marco de organismos cujo processo decisório são facilmente controlados pelas principais potências econômicas - passou a ser evidentemente uma forma de eludir o forte substrato político presente nos temas ligados ao desen-volvimento de sociedades nacionais. Esta tendência reducionista tem estado igualmente presente no interior das próprias sociedades nacionais periféricas. A mesma lógica preside as Negociações Comerciais Multilaterais.

Após levantar uma série de marcos de referência que prepararam o clima para a “Era Reagan/Thatcher”, ainda viva em suas consequências, contando agora com a possibilidade de novas estruturas permanentes como a da projetada Organização Mundial de Comércio, Carmen S. Puig acrescenta:

“Convém lembrar que a procura, a partir dos anos 70, de uma nova ordem, ou seja, o reconhecimento das limitações da ordem vigente, tem sido comum - naturalmente com perspectivas opostas - aos dois grupos de países, ricos e ditos em desenvolvimento. Estes últimos, nos foros das Nações Unidas, onde eram maioria organizada, procuravam reforçar suas soberanias buscando uma ação concertada que lhes permitisse negociar em posição de força com os grandes conglomerados transnacionais. Aqueles, sobretudo os EUA, que favoreceram a lógica da expansão transnacional e reforçaram a divisão do Terceiro Mundo e dos blocos geográficos que o compõem, procuraram levar a discussão para “seus” foros, ou seja, aqueles sob seu controle. Essa tendência culminaria com a Rodada Uruguai, instalada em 1986.

Documento importante que levantou de maneira ampla as questões e conflitos latentes entre o Norte e o Sul foi o famoso Relatório Brandt, que tinha o sugestivo título *North-Soul: Programme for Survival (The Report of the Independent Commission on International Development Issues undeí the*

Chairmanship of Willy Brandt, 1980). Esse documento *como* afirma Puig, como um divisor de águas entre a *retorica do "*desenvolvimento*" e a* do "mercado", apresentando-se manifestação do enlighíened self-interest *ao defender* o desenvolvimento do Sul por considerar a miséria nesta parte d uma ameaça *à* paz mundial e *à segurança do* Norte responsabilidades históricas do Norte e *do* Sul no subdesenvolvimento deste último e propõe medidas *para os dois lados, entre as* quais mudanças *na administração* das relações monetárias *nacionais.* As evidências ao longo desta última década *que* as *principais recomendações* do *Relatório* Brandt não foram absorvidas pelo mundo *oficial, precisamente* naquilo que tinham *de mais* positivo para um esforço de *entendimento entre* os dois mundos.

Entretanto, mesmo o tom "humanista" e responsável desse Relatório já continha em suas formulações centrais claros prenúncios da pressão liberal que iria eclodir na Era Reagan/Thatcher. De fato, na essência, o Relatório propunha uma "parceria keynesiana" entre o Norte e o Sul, a partir de maciça transferência de recursos financeiros do primeiro para o último no entendimento de ser esta uma fronteira expandivel da economia capitalista do Norte. Os parceiros seriam os países, mas os executores e principais beneficiários da operação seriam principalmente Corporações Transnacionais ligadas naturalmente ao Norte. Reconhecendo haver sérias tensões entre essas corporações e o Terceiro Mundo, recomendava a existência de mecanismos internacionais para a solução de controvérsias.

Em análise crítica ao Relatório Brandt, Constantin Vaitsos, em 1983, expressa ceticismo, que foi plenamente confirmado pelos fatos, precisamente quanto aos dois pontos capitais do programa proposto: o fluxo financeiro no sentido Norte-Sul e o papel central das corporações transnacionais. O primeiro ponto contrastava com a clara opção dos países ricos pela contração econômica nas políticas internas. Assim, não seria de esperar que encontrasse ressonância um esforço keynesiano em direção ao Sul. Quanto ao papel das Corporações, Vaitsos identifica com clareza que a reação delas com os países dependentes somente tenderia a ampliar a vulnerabilidade

destes, na realidade, as propostas do Relatório nesse particular coincidem com algumas das posições mais duras defendidas no âmbito da OECD e que estão no cerne, como esclarece Puig d*o* ideário da Rodada Uruguai, por exemplo:

- Acordos intergovernamentais que na *prática viriam transformar conflitos potenciais existentes entre corporações transnacionais e países anfitriões, ditos em desenvolvimento, em conflitos entre governos;*

- Mecanismos internacionais "privados", como a Conferência Mundial de Energia, por exemplo, para resolver controvérsias entre Corporações e países do Terceiro Mundo;

_ Consultas internacionais sobre políticas nacionais que afetem os investimentos estrangeiros e as atividades de Corporações Transnacionais. Evidentemente, essa proposta tenderia a impor pressões internacionais sobre temas relacionados com a soberania nacional quando essa fosse exercida por meio de políticas internas que, por alguma razão, conflitassem com os interesses dessas Corporações.

Destaca ainda Puig em seu trabalho as conclusões da famosa reunião de Vail, Colorado, EUA, em agosto de 1983, com a presença de Henry Kissinger, Alan Greenspan, Gerald Ford, Helmut Schmidt, Valéry Giscard d'Estaing, além de outras figuras do mundo oficial dos países ricos, quando Kissinger era Secretário de Estado dos EUA. O objetivo da reunião era definir a estratégia dos credores em relação aos devedores do Terceiro Mundo, importantes países ibero-americanos em especial. A estratégia estabelecida não era apenas econômica, embora centrada na conversão das dívidas externas dos países devedores em controles acionários de suas empresas de economia mista estratégicas, tema sobre o qual Margareth Thatcher já havia se pronunciado publicamente. As decisões dessa reunião, de fato, prenunciam toda uma série de medidas que vêm sendo progressivamente implantadas nos diversos países ibero-americanos. Sua estratégia segue igualmente a intenção de considerar os países do Terceiro Mundo como

fronteiras do capitalismo do Norte. A perspectiva, contudo, é oposta a relação Keynesiana contida no Relatório Brandt, pois consagra fluxo volumoso de recursos, neste caso não somente financeiros, mas de materiais primas, energéticos e o melhor de seu potencial humano, no sentido do sul para o Norte. A estratégia é ampliar esse fluxo por meio de apropriações e controles dos principais patrimônios naturais e econômicos dos países endividados. O programa de privatizações, os temas econômicos da Revisão Constitucional, especialmente a derrubada dos monopólios estatais do petróleo e das comunicações, a Lei das Patentes, o modo como foi renegociada a dívida externa brasileira e a criação da moeda Real, como forma matreira de dolarização, e tantas outras medidas, encaixam-se rigorosamente nessa estratégia.

Como diz Carmen S. Puig em sua tese, "a estratégia deixa entrever o prolongamento do período dito de ajuste com todo seu corolário de consequências políticas, econômicas e sociais, e o enfraquecimento das instituições até o ponto em que se houver consolidado um grau de controle considerado interessante sobre as diversas unidades nacionais em que ainda se divide o continente ibero-americano". Por controle tanto se pode entender a apropriação material e o controle direto de unidades económicas, como das políticas públicas desses países e dos mecanismos de formação da opinião pública ou, como mostra a realidade dos fatos, tudo junto. É esclarecedora quanto às intenções e aos meios dos promotores da reunião de Vail a frase tornada pública que consideramos síntese: *"We have to use the austerity and the social chãos to crack the social institutions of the country, to change the laws. "* Evidentemente, a Revisão constitucional brasileira encontra-se nesse contexto.

As pressões que se estabeleceram para impor no âmbito da Rodada Uruguai do GATT regras internacionais sobre propriedade intelectual visavam atingir principalmente aqueles países que dispunham de um certo grau de industrialização própria. Embora com diferentes níveis de dependência externa, esses países demonstram competência e desejo de evoluir e desenvolver-se em benefício de seus Povos, especialmente no campo

Farmacêutico, no qual a patente passa a ter a conotação de monopólio. São eles os principais países do Terceiro Mundo e alguns do Primeiro, como é o caso do canada, e seriam também, duas décadas atrás, os casos da Itália, suíça ou Japão.

Sentindo-se atingidos, esses países organizaram a Conferência internacional Sobre o Regime de Patentes Proposto na rodada Uruguai, sob os auspícios da Associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêuticas (ALIFAR), da Associação das Farmacêuticas da índia (IDMA), da Associação de indústrias Farmacêuticas do Canadá (CDMA) e do Grupo Nacional de Trabalho da Índia para estudar a Lei de Patentes (NWGPL). A conferência foi realizada na cidade de nova Dllhi, de 2 a 4 de setembro de 1993, tendo 175 participantes entre juristas, acadêmicos, líderes políticos, industriais etc.... de países tão distantes como Argentina e Bangladesh, Itália e Venezuela, Brasil e Índia etc.

Os participantes deliberaram sobre o impacto negativo que O regime de patentes, proposto na versão final da Ata da Rodada Uruguai, causaria sobre a população, a indústria, a ciência e a tecnologia mundial e, por unanimidade, adotaram a seguinte *DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI:*

1- *REAFIRMANDO que cada Estado tem o direito soberano e inalienável de escolher seu sistema econômico bem como seu sistema legal, social, cultural e político, de acordo com o desejo democrático de seu povo;*

2 - *RECORDANDO que o direito da patente garantida pelo Estado é por natureza um privilégio e não um direito privado absoluto e que:*

2.1 - Na formulação das leis de patentes nacionais cada país deve continuar exercendo seu inequívoco direito soberano de proteger a saúde pública e a nutrição, e de promover o interesse público em setores de importância vital para o seu desenvolvimento socioeconômico e tecnológico;

2.2 - O GATT não é o foro apropriado para discutir problemas relacionados com os direitos de propriedade

Intelectual e sim a Organização Mundial de Propriedade de intelectual (OMPI ou WIPO):

3 – SÃO INACEITAVEIS as propostas contidas no rascunho final da Ata, relativa ao regime de patentes, porque não refletem um balanço correto entre o bem-estar publico e o privado. Em particular devem ser respeitados os seguintes princípios:

3.1 – Os governos devem rejeitar propostas que imponham um regime de patentes monopólico;

3.2 – A proteção do objeto patenteado deve permanecer como um direito soberano dos Estados, aos quais se deve permitir legislar as próprias leis de acordo com seus imperativos de desenvolvimento. A proposta de estender as patentes a qualquer forma de vida dever ser rejeitada;

3.3 -A importação de produtos patenteados não deve *ser* considerada como ''Exploração da Patente" no país que outorgou a patente. O direito de importar não deve ser reconhecido como direito exclusivo do titular da patente, somente a produção local deve ser considerada como exploração. A "exploração" assim definida deve ser uma parte integral do novo regime global;

3.4 - O estabelecimento de "Licenças de Direito" e outras formas de licenças automáticas ou compulsórias deve ser incluído como um instrumento para assegurar tanto o desenvolvimento da produção local e a tecnologia de fabricação de produtos e de processos patenteados, como para possibilitar a comercialização de produtos patenteados, ao menor preço possível. O cálculo do "rogallg" para o uso de patentes para empresas nacionais, para fins de comercialização, deve ser baseado no preço mais baixo;

3.5 - As disposições transitórias da proposta TRIPS (lema de Propriedade Intelectual da Rodada Uruguai) não deve incluir qualquer artigo que garanta "direito exclusivo de comercialização". Da mesma forma devem

Ser totalmente eliminadas as disposições que estabeleçam o recebimento dos pedidos de patentes imediatamemte após a entrada em vigor do Acordo da Rodada Uruguai. A retroatividade ou “pipeline" deve ser rejeitada;

3.6 __ As disposições sobre retaliações cruzadas entre setores, corno proposta no rascunho final da Ata, contraria a disciplina do GATT e deve ser rejeitada. Além disto qualquer ação unilateral de retaliação deve ser explicitamente proibida.

Em março de 1992, a Associação Latino-Americana de indústrias Farmacêuticas (ALIFAR) reuniu-se em Punta dei este e tirou a seguinte DECLARAÇÃO:

levando-se em consideração:

-A intensa e crescente pressão externa à qual se veem submetidos nossos países visando impor sistemas de patenteamento monopólico para produtos farmacêuticos;

-A flagrante contradição desses sistemas com uma economia aberta, competitiva e livre à qual aderimos;

-A ameaça sobre a saúde de nossa população pelos aumentos de preços que produzirá a eventual instrumentação desses sistemas que só beneficiam a um pequeno número de corporações transnacionais que cresceram ao amparo desses regimes de privilégios;

- Que, ainda não tendo terminada a Rodada Uruguai (março de 92), essa pressão significa um claro desprezo pelas normas internacionais;

- Que ao mesmo tempo realizam-se negociações bilaterais sob intensa pressão, com benefícios duvidosos para nossos povos;

- Que essas pressões continuam em países que sancionaram recentemente leis de patentes, o que põe de manifesto o desconhecimento dos mecanismos institucionais soberanos vigentes em cada um de nossos países;

- Que elas não somente estão sendo exercidas em matéria de legislação de patentes, mas também em outros aspectos

Como os relacionados com as normas para aprovar produtos, perseguindo ambos o mesmo objetivo de monopolizar os mercados:

Por tudo isso. a AUFAR vê-se na obrigação de votar a denunciar ante a opinião pública, os governos e os legisladores. essa intensa e ilegítima pressão aderna que pode causar danos irreparáveis à saúde de nossa população sobretudo a debaixo poder aquisitivo, constituindo um verdadeiro atentado contra os direitos humanos e reclama:

- Que se respeite a livre atuação das instituições soberanas de nossos países, de modo a que possam alcançar melhores soluções para a região;

- Aos parlamentares que devem apreciar a lei de patentes, que nos concedam um período de transição mínimo de dez anos como recentemente foi garantido a diversos países desenvolvidos da Europa e se sancione uma lei que, reconhecendo o direito das empresas inovadoras, mantenha a competição e a liberdade econômica rechaçando qualquer cláusula que implique na monopolização do mercado;

- A nossos governos que rechacem a pressão externa e levem em consideração nossas legítimas posições e que se estudem em conjunto políticas de desenvolvimento para a indústria nacional, como forma eficiente de beneficiar a saúde da população;

- Que devem levar-se em consideração as relações para a implementação de normas racionais de registro sanitário de produtos, contribuindo para o desenvolvimento do setor industrial nacional sem que se criem travas artificiais a liberdade económica e à competição;

- Que não devem adotar-se medidas que privilegiem a importação sobre a produção nacional, quer o importador seja uma empresa privada ou o próprio governo.

- Que deve fortalecer-se a liberdade dos preços, já que econômica poderá assegurar-se um acesso ótimo e permanente da população aos medicamentos.

A associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêutica volta à carga com *a Declaração de São Carlos de Bariloche* na sua XV Assembleia Geral em maio de 1994*;*

A indústria farmacêutica nacional do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai/, Peru Republica Dominicana, Uruguai, Venezuela e Argentina, reunida na cidade de São Carlos de Bariloche, declara:

1 - Sua resistência e condenação à pressão exercida pelo governo dos EUA, atendendo a um grupo de laboratórios farmacêuticos transnacionais agrupados na denominada PMA - Associação de Indústrias Farmacêuticas dos Estados Unidos da América. Esta pressão que parece não ter limites c que se manifesta com similar intensidade e características cm todos os países da região não tem qualquer sustentação legal, principalmente levando em consideração os acordos Firmados recentemente no GATT;

2 - pretendem obter esta conquista por meio da destruição da liberdade dos mercados e da competitividade, incitando legislações que lhes outorguem privilégios monopólicos. Isto, principalmente, por meio da promoção de leis de patentes monopólicas, mas também pelo fomento de regulamentações que tendem impedir o acesso ao mercado pelas indústrias nacionais, sob o pretexto de disposições sanitárias e de comércio internacional, fora de toda a lógica;

3 - Essa pretensão que aponta para a destruição da indústria nacional, se vitoriosa, provocará dramáticos aumentos de preços dos medicamentos, o enfraquecimento tecnológico, um importante déficit do comércio exterior e das finanças públicas e um dano irreversível à estrutura industrial dos nossos países. Tudo isso com a única finalidade de contribuir com os fabulosos ganhos monopólicos de um grupo de corporações transnacionais, que tem sido denunciado publicamente, em seus próprios países de origem, por sua ilimitada ânsia de aumentar os próprios lucros por meio de práticas não competitivas,

4 - Essa pressão tem obtido sérios avanços em alguns países. Casos como os do Chile, México e Grupo Andino

Demonstram a falsidade das pretendidas benevolências do sistema de patentes monopólicas que se tenta impor o fechamento de plantas industriais farmacêuticas, a perda do mercado de trabalho, os aumentos de preços que começam a manifestar-se e um crescente déficit na balança comercial, são os sinais mais evidentes dos efeitos desta estratégia de dominação do mercado;

5 – O caso Equador, com toda sua gravidade evidencia que se pretende eliminar da competitividade produtos que são hoje comercializados livremente no mercado. Se esta situação não for corrigida, se produzira uma crise profunda e imediata no sistema de saúde desse país.

6 - As *indústrias* farmacêuticas nacionais reiteram seu respeito à propriedade intelectual e aos princípios da competitividade e da liberdade dos mercados. Neste sentido apoiam os resultados da Rodada Uruguai do GATT e exortam a indústria transnacional a ajustar-se às normativas do sistema comercial internacional vigente, como único modo de dar legalidade às ações;

3 - Finalmente, exortamos os governos e os dirigentes políticos em seu conjunto a desempenhar um papel ativo na defesa dos interesses nacionais que estão em jogo nesta questão, buscando leis que obtenham o melhor equilíbrio possível entre as empresas nacionais, os consumidores e o respeito às normas de propriedade intelectual.

6. ADESÃO DO BRASIL À CONVENÇÃO DE PARIS. CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. INDUSTRIAS E PATENTES FARMACÊUTICAS. O "TRATOR" NEOLIBERAL. PATENTES METALÚRGICAS. PATENTES DE SERES VTVOS: MICROORGANISMOS E GENES HUMANOS. DEIFICAÇÃO DO MERCADO

O Brasil integrou o grupo de onze países que, em 1883, aderiu a convenção de Paris criando o Sistema Internacional de Patentes. O resultado para nós da iniciativa foi favorecer

exclusivamente privilégios estrangeiros, em mais de um século de aplicação. Nesse período pagamos preço inominável por pertencemos ao sistema em condições de extrema desvantagem.

Isso deveu-se incialmente a natureza colonial de nosso sistema econômico e mais tarde a dependência tecnológica que caracterizou o crescimento econômico nacional. Está nova forma de dependência consubstancia um novo colonialismo mais implacável e perverso que o anterior, posto que realiza dominação na própria estrutura produtiva interna do País; isso resulta no que Peter Senghaas chama de *periferização por dentro.*

A autonomia tecnológica encontra nesse modelo severas restrições explicitadas em centenas de decisões governamentais. Com tais características não se pode designá-lo como modelo de efetivo desenvolvimento, mas apenas de crescimento econômico, resultando em efeitos negativos para a Nação. No entanto, no campo das patentes, tais efeitos vinham sendo mitigados pois o Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo Congresso Nacional em 1971, não permite a concessão de tais privilégios em setores que envolvam a vida e a segurança dos cidadãos, como são os farmacêutico e alimentício e o de produtos que resultam de mutações genéticas sobre seres vivos.

Ademais, em geral, a patente de invenção aplica-se apenas a itens isolados dos pacotes tecnológicos, os quais podem conter até milhões deles. Tal não ocorre, porém, no campo farmacêutico e nem mesmo no dos alimentos, onde a patente se refere ao produto final ou ao princípio ativo do medicamento. Nestes casos, o monopólio da patente se confunde com o próprio monopólio do produto. Diferentemente, um Boeing 747, por exemplo, tem cerca de 2,5 milhões de itens técnicos dos quais apenas uma dúzia ou pouco mais podem ser objeto do privilégio da patente. Caso se tratasse de um produto farmacêutico, ao avião como um todo caberia o privilégio.

Essas características do setor farmacêutico levaram muitos países, hoje industrializados, a somente conceder patentes farmacêuticas quando já possuíam extraordinário acervo de invenções nessa área. Japão, Itália e Suíça só aderiram ao sistema quando a década dos anos 70 estava avançada, quase

um século, portanto, após sua implantação. O Japão dominava então 80% das invenções farmacêuticas de que necessitava e a Suíça era a terceira maior potência farmacêutica do mundo. Outros países com a Espanha e o Canada só aderiram ao sistema internacional na área farmacêutica como fruto de negociações, tendo por compensação participarem respectivamente da União Europeia e do NAFTA, neste ultimo caso de vantagens duvidosas. Obtiveram ainda prazo de carência para se adaptarem as novas circunstancias. O Projeto de Lei n° 115/93 nem sequer comtempla essa possibilidade, embora seja ela facultada pelo recente acordo multilateral adotado sobre a matéria no âmbito do GATT. Contem ainda, como vimos, a aberração do "pipeline", ou seja, efeito legal retroativo. A troco de que se subordina o Brasil a condição de ter que aceitar agora patentes para produtos farmacêuticos e alimentícios? Nenhum dos propugnadores internos dessa aberração legal consegue explicitar uma só motivação verdadeira. Em contrapartida, largo espectro de consequências negativas fica evidentes, a mais gritante delas é a que provoca o nosso afastamento servil da terceira Revolução Industrial em marcha.

Até a década de 50, o Brasil teve uma das mais florescentes indústrias farmacêuticas, em sua quase totalidade de capital privado nacional, fundamentada em nossa riquíssima farmacopéia. Essas indústrias supriam 85% do mercado interno e exportavam vacinas e medicamentos para os EUA e para a Europa. Várias delas tinham centros de desenvolvimento tecnológico próprios. Foram, porém, demolidas por políticas antinacionais, como aquelas das Instruções 70 e 113 da antiga Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC). Entre 1957 e 1975, mais de 37 laboratórios nacionais foram adquiridos por grupos estrangeiros. Graças à supressão legal do privilégio de patentes farmacêuticas em 1971, foi possível, a partir daí, pensar-se em promover o surgimento de indústrias de capital e tecnologia nacionais. Então, a participação de empresas nacionais no mercado brasileiro tinha caído para menos de 5%.

A partir de 1974, a Secretaria de Tecnologia Industrial, (CDI), política para aumentar

a participação de empresas nacionais no setor farmacêutico da qual resultaram dezenas de novas indústrias. Somente no campo dos anbbioticos surgiram sete indústrias nacionais. Destas, apenas uma sobrevive. Como o estrangulamento era no campo tecnológico, a STI promoveu a criação da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), empresa privada vinculada à Universidade Estadual de Campinas. Os resultados foram excepcionais, especialmente quando Hélio Beltrão foi Ministro da Previdência Social.

O número de medicamentos com tecnologias desenvolvidas ou em desenvolvimento pela CODETEC chegou a 80, em apenas 4 anos de atividade. A lista dos medicamentos básicos - RENAME - não chega a quatrocentos, ou seja, em mais alguns anos poder-se-ia chegar próximo à autossuficiência graças à possibilidade de desenvolvimento tecnológico autóctone que o não reconhecimento de patentes permite. Na realidade, com o privilégio das patentes, o mercado interno fica reservado para medicamentos controlados por corporações transnacionais que dominam, em regime de monopólio, sem alternativas por vinte anos, qualquer que sejam os desenvolvimentos realizados por outros, das tecnologias necessárias. Simultaneamente, no caso brasileiro, o modelo econômico dependente impediu o desenvolvimento tecnológico interno.

A partir de 1979, como vimos nos capítulos I e 11 deste livro, começou o processo de desmonte que culminou com a extinção da Secretaria de Tecnologia Industrial e o desmantelamento de um sistema de órgãos de desenvolvimento tecnológico, alguns deles em áreas estratégicas e com realizações de mérito internacional.

Veio em seguida a política recessiva e o “trator neoliberal. Foi o fim de tudo, em nome da modernidade e da inserção do Brasil no Primeiro Mundo, como se fôssemos todos um bando de idiotas... E ainda por cima em nome da queda do muro de Berlim” - como se nós brasileiros tivéssemos algo a ver com o jogo ideológico das então duas superpotências e a autonomia tecnológica disso dependesse. Mais uma vez acreditam que somos estúpidos, ao usarem como “argumento” tais basbaquices... A dominação estrangeira dentro do País e o total descompromisso

da classe dirigente com a Nação, e os tecnocratas, em seu nome, são as principais razoes que nos torna um país dependente e impotente, em célere processo de periferização por dentro.

Como já vimos, o Instituto Nacional de Tecnologia começou suas atividades em 1922. Em mais de meio século construiu-se uma rede de *dezenas de* instituições tecnológicas algumas de natureza normativa, tendo como ápice a Secretaria de *Tecnologia* Industrial. Após o desmonte dessa poderosa estrutura legal, *quando o* País se encontra sem instrumentos de ação nem possibilidade de resposta, surge o Projeto de Lei das Patentes, com o objetivo de:

- substituir o Código da Propriedade Industrial, visando ocupação por interesses externos de setores sensíveis da nossa vida, por meio do monopólio de patentes, e
- transformar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) instrumento essencial da regulação do fluxo externo de pacotes tecnológicos, em mera agencia cartorial

Na realidade, se esse Projeto, na forma em que foi aprovado na Câmara dos Deputados, for transformado em Lei terá para o País papel idêntico ao que teve o Tratado de Methuem que nos afastou da Primeira Revolução Industrial. Nesse caso, visa afastar-nos da Terceira que tem especialmente na biotecnologia, na informática e em novos materiais seus principais setores propulsores.

Quanto aos argumentos infantis de que as patentes irão estimular em nossas empresas a capacidade de competição, resta perguntar quem irá investir milhões de dólares já sabendo que durante vinte anos o mercado dos produtos resultantes estará ocupado com patentes concedidas a grupos estrangeiros. Também não são consistentes argumentos acerca da necessidade das corporações, por meio das patentes, ressarcir-se dos custos do desenvolvimento tecnológico. Para isso não são necessárias patentes, bastam os contratos de tecnologia com cláusulas de sigilo por meio dos quais são garantidos todos os ressarcimentos e muito mais. Esse é o modo consagrado

internacionalmente. não somente para cobrir os custos, mas para obter lucros extraordinários.

A patente acrescenta, no caso farmacêutico. o privilégio do monopólio, que é um instrumento que anula por vinte anos qualquer possibilidade de competição ou de uso de tecnologias alternativas. E, portanto, um instrumento de estagnação tecnológica, pois sem a disponibilidade do mercado não se justifica investimentos em desenvolvimento tecnológico. Já existem ideias novas no sentido de permitir-se a concessão de patentes sem direito ao monopólio. Acaso concordam as corporações transnacionais com essa inovativa e legítima modalidade de patentes. Evidentemente que não. O que elas querem é a reserva de mercado com monopólio, para não ter que enfrentar a possibilidade de concorrência com empresas nacionais e poder arbitrar extorsivos preços para seus produtos.

É muito suspeito que os mesmos que pressionam para a concessão pelo Estado ao setor privado, em sua quase totalidade estrangeiro, do monopólio das patentes, ataquem com virulência o monopólio estatal em áreas estratégicas e cruciais ao desenvolvimento do País, como o do petróleo e das telecomunicações, quando estes últimos visam precisamente:

- garantia de fornecimento de bens e serviços essenciais;
- garantia de operação da estrutura produtiva privada sem concorrência desleal e de preços de energia e comunicações não abusivos, sujeitos ainda ao regime de tarifas, às vezes até abaixo dos custos de produção. Além disso, o monopólio estatal obriga à prestação de serviços em vastas regiões do País em setores de densidade de demanda de tal modo reduzida que não garantem a possibilidade de lucro ante os investimentos necessários. No caso das empresas de economia mista, os lucros obtidos nas regiões mais desenvolvidas são utilizados para cobrir os eventuais prejuízos de regiões de menor desenvolvimento relativo que passam, assim, a fazer parte da economia nacional. Ou seja, são instrumentos essenciais à ocupação, ao desenvolvimento e à integração de novas áreas do território, em País de dimensões continentais em grande parte ainda não ocupado.

como corporações Transnacionais ocupam mais de 85% do mercado brasileiro de medicamentos e, mais ainda, quando se trata de fármacos, é incompreensível que pretendam aumentar sua participação já absurda, praticamente erradicando as empresa de capital nacional do mercado interno, o que irremediavelmente ocorrerá com a legalização que **autoriza** as patentes farmacêuticas. Não imaginam que um dia podem tudo perde por excesso de apetite? E essa a resposta cabível por terem sido recebidas com ampla generosidade no mercado brasileiro?

Também o setor metalúrgico foi atingido por esse Projeto de Lei ao admitir patentes para ligas e processos. O Brasil dispõe de altíssimas porcentagens das reservas mundiais de minerais estratégicos: 98% de nióbio, 52% de titânio, 48% de tântalo etc. Como ficarão esses patrimônios gigantescos se suas ligas puderem ser objeto de controle monopólico por meio de patentes? Como vimos no capítulo anterior, somente uma mina a de nióbio de Araxá, representa um valor de mercado de cerca de quinhentos bilhões de dólares, ou seja, quatro dívidas externas, quando existem registradas cerca de 48 mil jazidas e ocorrências minerais no País.

A aprovação da Lei das Patentes foi imposta como condição a sucessivos Ministros da Fazenda para mais uma "renegociação" da dívida externa, embora tal negociação em nada se afigure favorável a nós e já se tenha pago essa dívida várias vezes. Na realidade, somente este exemplo do setor metalúrgico mostra que a suposta troca envolve valores fantasticamente desiguais. Explica-se somente pela imposição de um dos lados e o servilismo do outro.

Os países hegemônicos, carentes de recursos naturais essenciais, procuram garantir, do modo mais vantajoso possível, o acesso fácil a esses recursos. Se isso ocorrer sem custos, evidentemente, melhor para eles. Se for em regime de monopólio, ainda melhor. Em contrapartida, bastaria que os dirigentes brasileiros não fossem idiotas ou corruptos para condicionar o acesso a esses recursos a um mínimo de justa compensação.

Países com alto nível de desenvolvimento tecnológico e que não têm grandes patrimônios naturais a perder, consideram o Sistema internacional de patentes vantajoso para seus interesses. Por isso, o Japão levou quase cem anos para conceder patentes farmacêuticas, só admitindo-as quando já tinha cerca de 80% das demandas de sua população supridas internamente. Em contrapartida, o Japão tem extraordinário interesse na Existência de patentes brasileiras, especialmente na área metalúrgica. Podem, deste modo, usufruir de nossos imensos patrimônios minerais gratuitamente e, ainda, em redime de monopólio. Ou seja, é como se tivéssemos transferido legalmente e de graça para eles a propriedade desses patrimônios. Evidentemente que, quando viermos a mudar nosso modelo de crescimento econômico dependente para outro que preserve nossa autonomia tecnológica e assim alcançarmos nível de competição internacional, então nos interessará fazer parte de um sistema internacional de patentes, além de, por este meio, garantir a preservação de nossos patrimônios naturais. Evidentemente que esse não é ainda o caso, pois mais de 98% das patentes registradas no País, com consequências na estrutura produtiva, são de origem estrangeira.

0 PLC 115/94, no entanto, vai muito além do que descrevemos até aqui... Ele consegue afrontar simultaneamente a ciência e o vernáculo, ao tratar uma descoberta como sendo uma invenção. É como se, *modus in rebus,* o Congresso Nacional resolvesse decretar a revogação da lei da gravidade... Isso ocorre no Projeto ao pretender patentear microorganismos, ou seja, seres vivos, que jamais poderão ser considerados invenções. Somente estas podem constituir-se em objeto de privilégio das patentes. Evidentemente, um microoiganismo engenheirado pouco difere de um microrganismo tal como é encontrado na natureza; ele pode alterar apenas algumas de suas características, mas, na essência, é o mesmo sei vivo. Ademais, considerar a vida como objeto de propriedade sobrepassa o campo ético e afronta o domínio do sagrado.

Não é por acaso que a Igreja Católica, por meio de sua mais alta hierarquia, tem se pronunciado publicamente, com justificada

E firme oposição a essa monstruosidade. A ciência está longe de explicar a origem da vida. Como, então, um grupo de corporações mercantis querem arvorar-se em propnetárias de microrganismos, ou seja, dos elementos que constituem a base da vida? Na realidade, ninguém jamais inventou um ser vivo, qualquer de suas partes ou os microrganismos, que são seus elementos constitutivos, não tendo ainda sobre estes uma definição cabal do que sejam. Por isso mesmo, como pode alguém legislar sobre eles como se fossem invenções? São, e isso nós sabemos, a base da vida: enzimas, bactérias, genes, células, vírus, espermatozoides etc.

Nos EUA estão patenteando genes humanos, à medida que são identificados pelo projeto genoma... O que pretendem com isso, serem proprietários, em regime de monopólio, de "seres humanos" híbridos? Que seus descendentes tenham asas de morcego, boca de hiena e rabo de escorpião? Ou querem ter esse poder sobre os outros povos? Trata-se de caminho escabroso, absolutamente incompatível com nossa cultura humanista e que necessitamos rejeitar com enérgica repulsa... Está-se aparentemente consolidando as ações do terrível "O Admirável Mundo Novo" de Aldous Huxley?

Os microrganismos que compõem a estrutura dos seres vivos são mais complexos do que os elementos que formam a base do mundo físico não-vivo, como o hidrogênio, o oxigênio, o silício etc., já classificados na Tabela Periódica de Mendeleiev, que compreende os que são encontrados na natureza e os que são obtidos artificialmente, como o plutônio, o urânio 235 etc. patentear microrganismos, engenheirados ou não, é como patentear o hidrogênio e o oxigênio alterados. E, então os mares e os oceanos, os rios e o ar úmido, contendo frações desses elementos modificados, seriam de propriedade, com direito de monopólio, de organizações predestinadas que teriam acima do bem e do mal, o poder de deuses cuja deidade fundamenta-se no mercado?

7. TRNSFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO GENETICO BRASILEIRO PARA O CONTRLE EXTERNO. OS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E OS ATOS NORMATIVOS DO INPI. POLITICA DE PRODUÇÃO TECNOLOGICA NACIONAL. AVERBAÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA EXTERNA. SEVERO GOMES E THOMAS JEFFERSON. O EMERGENTE "MERCADO" DA MANIPULAÇÃO GENETICA DE DOS GENES HUMANOS.

Decididamente, esses senhores que dominam o comércio mundial não estão indo longe demais? Começamos a desconfiar que os autores dessas ideias e ações já pertencem à categoria de híbridos de que estamos falando e que suas mentes e suas almas resultam de seres que tiveram inoculados nas células reprodutivas de seus genitores genes provenientes de tenebrosas criaturas, capazes de afrontar a sacralidade da vida.

Vejamos o que diz sobre essas questões Riccardo Petrella, diretor do *Forcasting and Assessment in the Field of Science and Technology (FAST),* do Conselho de Ministros da União Europeia (UE): "Consideramos no FAST que os microrganismos não podem ser patenteados. Não podem ser classificados como um capital ao qual qualquer um possa ter acesso, seja lá o que for que queira fazer. A riqueza biológica é um patrimônio das nações e da humanidade; é necessário regular a forma em que os interesses privados podem usá-lo, pois isto levanta sérios problemas legais e éticos. Ela é muito importante para o Terceiro Mundo, porque *90% do patrimônio biótico do planeta está nas regiões tropicais e subtropicais. 80% do insumo da indústria farmacêutica do mundo desenvolvido depende do patrimônio biológico que está nesta região."* E acrescenta: "Quando as corporações farmacêuticas querem desenvolver um novo processo, fazem expedições às regiões tropicais para achar novas plantas, novos organismos vivos etc. Nós não temos mais variedades na Europa. *Quando queremos inventar alguma coisa nesse campo, temos que procurai o patrimônio biológico que não é nosso."*

Os comentários do doutor Petrella explicitam parcialmente o imenso patrimônio contido na maior nação tropical, o Brasil. Considerando ademais que este patrimônio genet.co e essencial para resolver a irreversível crise dos combustíveis fosseis - que coloca as nações hegemônicas cm situação de extrema vulnerabilidade, além de fundamentar inúmeros outros setores produtores de bens essenciais ao homem, como alimentos, por exemplo passamos a ler uma visão mais clara dos objetivos dessa hedionda "lei das patentes".

0 documento *The Crucial Decade: the 1990 and the GlobalEnvironmental Challenge,* do World Resources Institu- te. afirma: "Ainda que a maioria das selvas tropicais se situem nos países em desenvolvimento (eufemismo para indicar neo-colônias. Nota do Autor), *os EUA não podem permitir-se desempenhar papel de observadores desinteressados.* Os recursos genéticos existentes nessas selvas são importantes para a agricultura estadunidense porque os que os utilizam para cruzamentos ou mutações genéticas têm que voltar periodicamente às fontes silvestres em busca de genes resistentes a enfermidades. Os bosques são vitais para a medicina, pois a quarta parte de todos os medicamentos derivam das plantas, e os cientistas apenas começam a analisar os milhões de espécies encontradas nas selvas tropicais." Em linguagem bem diversa daquela do FAST, essa organização norte-americana abre o jogo e mostra as unhas...

A situação de carência de patrimônios genéticos nas nações hoje hegemónicas, todas situadas em regiões temperadas e frias do Hemisfério Norte, não justifica tentar apoderar-se, pelo grito e pela pressão, via monopólio das patentes, de nosso portentoso patrimônio tropical. Mesmo porque sendo ele excluído de tal monopólio estará necessariamente disponível para todos, salvaguardados os direitos da nação que o detém em seu território. Conforme está previsto no tratado de Biodiversidade, apoiado no ECO-92 por todas as nações presentes, com exceção dos EUA. Sabe aquelas nações que, além da Profunda crise em que estão mergulhadas no campo energéticos, a terceira revolução industrial baseia-se essencialmente nesse portentoso patrimônio e por isso querem dele apoderar-se com mordaz

Sagacidade. Sabem também que o esgotamento da síntese Arnica como produtora de medicamentos e fármacos e o envolvimento vertiginoso da biotecnologia abrem perspectivas imensas para esta última. Mais ainda, sabem que os transgênicos obtidos pela engenharia genética derivam necessariamente desses patrimônios tropicais de indiscutível valor universal.

A aprovação do referido Projeto de Lei daria a um pequeno grupo de grandes corporações transnacionais o domínio sobre agricultura brasileira por meio das patentes de sementes e dos agrotóxicos e fertilizantes a elas vinculados. Com nossa agricultura acontecerá, portanto, em grande escala, o que já ocorreu com os agricultores do riquíssimo Middle West norte-americano, cuja dívida com os banqueiros é impagável. Nesse sertor ocorre o maior índice de suicídio nos EUA por categoria econômica, apesar dos gigantescos subsídios do governo.

Para que a efetivação do privilégio seja a mais ampla possível, os autores do Projeto procuraram eliminar as principais salvaguardas do Estado, além das usuais instâncias de apelação em casos de concessão indevida do privilégio. A essa orientação segue-se rigoroso sistema penal para aqueles que se atrevam a restringir em algum aspecto a extensão do privilégio.

É impossível imaginar algo mais unilateral em benefício exclusivo de um pequeno grupo de corporações estrangeiras e em detrimento de toda a sociedade brasileira.

O Código da Propriedade Industrial ainda em vigor em setembro de 1994 define um sistema que mesmo não sendo vantajoso para o País não chega a comprometer nossos mais profundos e legítimos interesses. Essa situação muda radicalmente se o PLC 115/93 na forma que foi encaminhado ao Senado for aprovado, como vimos demonstrando ao longo deste trabalho.

Mais grave ainda que a alteração proposta no setor de patentes é a supressão *"tout court"* da atribuição legal do INP de analisar e averbar os contratos de internalização de tecnologia. Os pacotes tecnológicos introduzidos no País via esses contratos condicionam a estrutura produtiva nacional, podendo ser altamente lesivos aos interesses das empresas receptoras

E aos do País. Quanto a remuneração por seu uso, os royalties das patentes na lei atual não chegam a 2% dos custos ocasionados por contratos de assistência técnica e de compra de tecnológica externa. Por isso, a área que exigiria maior atenção em consequência do enorme fluxo de importação tecnológica, imposto pelo modelo econômico dependente, é a de averbação de contratos.

Nas avaliações feitas sobre esse universo, identificou-se cerca de trinta clausulas prejudiciais as empresas nacionais receptoras e ao País. Além das clausulas de sigilo, as vezes por tempo indeterminado, outras impõem condições leoninas, como limitações as exportações ou ate a imposição de que a direção técnica da empresa receptora seja controlada pelo detentor da tecnologia estrangeira.

Devido a sua complexidade e ao grande espectro de setores envolvidos, até o início da década dos anos 80, as averbações dos contratos de tecnologia externa obedeciam a regulamentação voltada para a preservação do interesse nacional, expressa nos Atos Normativos baixados pelo INPI. Esses Atos tiveram repercussão internacional e foram discutidos e copiados em grande número de países, especialmente o de número 15.

Posteriormente a essa fase, os agentes da propriedade industrial tomaram conta do órgão, que terminou ficando no período Collor vinculado ao Ministério da Justiça... Esses agentes são especializados em arrancar do INPI privilégios de patentes para seus clientes, em sua quase totalidade corporações estrangeiras. Assim, a averbação dos contratos de tecnologia externa foi interrompida ao arrepio da lei, apesar da sua essencialidade para a proteção da empresa nacional que não dispõe, em geral, de qualquer possibilidade de enfrentar negociações com poderosas Corporações Transnacionais detentoras, às vezes com exclusividade, de determinadas tecnologias.

A obrigatoriedade da averbação é também o mecanismo legal para possibilitar o uso de pacotes tecnológicos desenvolvidos no País. Essa ação era articulada pela Secretaria de Tecnologia Industrial que mobilizava para tanto o Sistema NacionaL de Tecnologia Industrial, do qual faziam parte os centros de produção tecnológica, as agências nacionais e regionais e cooidenação e as entidades de financiamento.

Tudo entretanto, foi desmontado pela inominável onda neoliberal, em nome da competitividade... Agora o PLC 115/93 retira ao INPI a capacidade de averbação dos contratos transformando-o em mero cartório de registro... Voltamos assim ao antigo Departamento da Propriedade Industrial, de triste memói ia, que regia a concessão de privilégios de patentes desde a República Velha... Que extraordinária modernidade!

Para exemplificar entre milhares de casos, tomemos o conjunto de pacotes tecnológicos do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, já referido no Capítulo I deste livro, envolvendo dezenas de indústrias, partes de um sistema integrado. Entre os contratos de transferência de tecnologia havia dez com cláusula de sigilo por tempo indeterminado. Apesar da participação da PETROBRÁS, via sua subsidiária PETROQUISA - o que dava elevado peso nas negociações -, os negociadores nacionais necessitaram, para reduzir a apenas dois os contratos com tal tipo de cláusula, da interveniência e da competência do Estado, exercidas pelo INPI e pela STI.

Qual a condição que tem o industrial brasileiro de negociar tecnologia, se não dispuser do apoio de uma experiente estrutura tecnológica? Quem no Brasil senão o Estado estaria disposto a defendê-lo, como o fez extensamente no período 1974/78, o INPI e a STI em milhares de casos? Nessas questões o apoio do Estado, de um modo ou de outro, é essencial, como o fazem legitimamente todos os Estados que têm compromissos com sua indústria, sejam eles norte-americano, japonês, francês ou alemão.

O PLC 115/93 afronta deste modo vários princípios constitucionais nas áreas econômicas, do conhecimento, ambientais, de defesa nacional e éticas.

Ademais, esse Projeto de Lei ignora e desrespeita documentos de referência essenciais, inclusive o Tratado da Biodiversidade, adotado na ECO-92; o Código Internacional de Conduta para Transferência de Tecnologia, longamente negociado na década de 70 no âmbito da UNCTAD, com forte liderança brasileira, ou as recentes conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista sobre o Atraso Tecnológico, presidida pelo Senador Mário Covas.

Não são poucos os brasileiros e estrangeiros eminentes que em diferentes momentos históricos manifestaram sua rejeição a um sistema internacional de patentes. Citemos apenas dois O Senador SEVERO *GOMES,* quando Ministro da Indústria e do Comércio, considerava-o impróprio aos interesses nacionais. E o estadista norte-americano THOMAS JEFFERSON, que ocupou durante algum tempo a chefia do setor de concessão de patentes no governo dos EUA, em carta de 13 de agosto de 1813, fez o seguinte julgamento: "Que as ideias devem ser divulgadas livremente, de uma pessoa a outra, pelo mundo inteiro, para instrução moral e mútua do homem e para o melhoramento de suas condições, parece ter sido um desígnio peculiar de benevolência da natureza. Quando as fez, como o fogo, expansivas pelo espaço, tudo sem perda da sua densidade em ponto algum, e como o ar que respiramos, onde nos movemos e temos nossos *físicos* incapazes de serem enclausura dos ou apropriados com exclusividade. Portanto, as invenções por natureza, não podem ser submetidas à propriedade."

Corporações transnacionais da área farmacêutica estão recorrendo a bancos de cultura de microrganismos para patentear aqueles que oferecem potencial comercial. *No American Tijpe Culture Collection (ATCC),* no qual estão registrados 258 microorganismos isolados no Brasil, 15 deles aparecem já patenteados, conforme a Fundação Internacional para o Avanço Rural, instituição canadense, a saber: Patente de J. C. Burton n° 33.845; Patente n° 31.351 da Dow Chemical, produz enzima que ajuda na quebra da molécula de glicose; Patentes n° 15.422,31.906 e 21.393 da Bristol Laboratory, Warner-Lam- bert/Parke Davis e Lapetit Lab., utilizadas respectivamente na produção de antibióticos; Patente n° 76.735 da Kaken Pharma- ceuticals e utilizado na produção de substâncias antitumorais etc. Trata-se de usurpação de nossas matrizes biológicas, impondo criminoso monopólio sobre microrganismos que fazem parte da biodiversidade do planeta e cuja apropriação é crime
de Lesa-Humanidade.

Nota da Associated Press/ Dow Jones, publicada na Gazeta Mercantil de 30.09.94, Informa: "Como os cientistas vêm identificando (descobrindo) novos genes humanos, as corporações farmacêuticas, em poucos anos, poderão iniciar a compra venda dos direitos de novos medicamentos baseados nesses dados genéticos.

Cria-se deste modo um sistema mercantil, em regime de monopólio, paia negociai genes humanos, ou seja, a vida. Os genes são os elementos do cromossomo que condicionam a transmissão e a manifestação dos caracteres hereditários.

Abrindo caminho nessa direção, segundo a notícia da AP/Dow Jones, está a Smithkline Beecham, corporação farmacêutica anglo-americana, que tem acesso aos maiores armazenadores de genes, por meio de acordo de pesquisa com a Human Genome Sciences Inc, dos EUA.

Embora se recuse a falar sobre o seu trabalho com genoma humano, a Smithkline, que afirma ter isolado 45 mil genes, revela que até 1996 espera começar a comercializar o direito de uso de genes que descobriu em colaboração com a Human Genome. O seu diretor de pesquisas, George Poste, afirma: "A oferta de oportunidades expandiu-se tanto que qualquer grande corporação farmacêutica tem condições apenas de trabalhar com uma pequena porcentagem dos dados genéticos resultantes de suas descobertas. Não há, portanto, nenhuma razão - afirma Poste - para que *"nossos "genes não possam ser usados como moeda* (ênfase e aspas do autor) por meio de licença de patentes ou de aliança com vários parceiros". Executivos de corporações transnacionais farmacêuticas já propugnam a criação de um "mercado" no qual os direitos aos genes serão negociados. E é nesse "mercado" que irão todos soçobrar...

Como a concessão do privilégio do monopólio das patentes exige que seja determinada sua função de uso, nenhum direito à célula que contém o gene descoberto ou engenheirado pode estabelecer-se até que as corporações possam documentai a utilidade desse gene. "Não posso imaginar a Smithkline sendo capaz de distribuir milhares de sequências completas de genes com utilidades estabelecidas; o mais provável é que apenas o

faça com poucas dezenas”, diz Bruce Cárter, diretor de pesquisa da NOVO, corporação farmacêutica de origem dinamarquesa.

Podemos assim imaginar, como decorrência da propriedade sobre a vida, o emaranhado de problemas de toda ordem que irão aparecer - jurídicos, morais, econômicos e políticos. Essa loucura de patentes de microrganismos poderá criar *o mais hediondo projeto jurídico jamais imaginado pelo homem...*

Evidentemente, a Smithkline não irá permitir que os dados genéticos de suas descobertas caiam no domínio da ciência, pois simultaneamente quer garantir para si vinte anos de monopólio de seu uso e. como consequência, ganhar muito dinheiro e o poder decorrente do controle desses elementos essenciais à vida. Caso outra instituição ou pesquisador venha depois a descobrir de modo independente o mesmo gene, já não terá o direito de uso por estar reservado ao detentor da patente.

Ao contrário portanto do que dizem cinicamente os propugnadores de patentes de seres vivos, o potencial “mercado” de genes irá diminuir, drasticamente, as pesquisas na área médica, “porque poucos serão os laboratórios de pesquisa que terão condições de comprar o acesso dessas informações genéticas nas condições impostas pelas corporações que detêm o monopólio”.

Estender o privilégio de patente a *descobertas* científicas como no caso dos genes, o faz a Ata final da Rodada Uruguai’ do CATT e algumas legislações nacionais, introduz profunda contradição, tendo em vista a restrição explícita que aqueles mesmos instrumentos jurídicos contêm de só conceder o privilegio a invenções de aplicação industrial... tal casuísmo, que tende a poderosos e a circunstanciais interesses econômicos, solopa a embasamento conceitual, moral e jurídico do sistema internacional de patentes.

8. ENERGIA, PRINCIPAL FONTE DE PODER CAMUFLADA PELA DITADURA FINANCEIRA. PETROLEO E SOBREVIVÊNCIA. O MONOPOLIO ESTATAL DO PETROLEO É ESSENCIAL. A CRISE DE ENERGIA E OS TROPICOS. A LEI DAS PATENTES E A AMAZONIA. PETROLIO: ESTRATÉGIA MILITAR. A BIOMASSA COMO ALTERNATIVA TROPICAL AO PETRÓLEO, O IMENSO POTENCIAL BRASILEIRO. APOTEÓTICA CIVILIZAÇÃO DOS HIDRATOS DE CARBONO

Nada se move ou se transforma na natureza sem a participação da energia. Nenhuma atividade humana é possível sem ela, quer seja no campo econômico ou qualquer outro. A própria vida para existir e manter-se depende de energia. Se não ingerimos diariamente algumas calorias, perecemos em poucas semanas. Sem energia não existe indústria, agricultura, transporte, comunicação, construção etc. A própria matéria é energia concentrada.

Todo processo produtivo e suas estruturas operativas resultam da apropriação da energia da natureza pelos indivíduos, dentro de determinadas formas sócio-políticas. As sociedades e a natureza formam um todo indissociável, esta última desempenhando o papel de objeto no processo.

No centro portanto das relações do homem com a natureza está a *energia,* em suas diversas formas úteis. Cabe ao processo tecnológico viabilizar sua utilidade a partir da que é extraída do patrimônio natural. *É a energia a condição fundamental para a existência dos grupamentos humanos e dos próprios seres vivos.*

A mobilização e transformação das formas de energia existentes na natureza fazem-se por meio de sistemas energéticos que se fundamentam em complexas estruturas que suportam a existência das sociedades organizadas e suas dinâmicas sócio-políticas.

O conjunto desses sistemas está hoje, porém, em processo de deterioração, necessitando profundas mutações. Suas fontes naturais desmoronam, quer seja por exaustão ou ínviabilidade

de uso ou por terem de enfrentar uma evolução de necessidades da sociedade ou de ambições de controle e de domínio incompatíveis com sua dimensão ou localização.

Isso ocorre por motivos diversos, todos gravíssimos, com o carvão mineral, com a ex-panacéia nucleai e com o petróleo, este pela sua escassez ante as brutais demandas emergentes no mundo hegemônico de uma sociedade de consumo insaciável. Por isso, o controle do petróleo é hoje objeto de ostensiva estratégia militar pela maior potência econômica.

O homem e os animais foram - e ainda o são parcialmente -, até um passado histórico recente, elementos essenciais desses sistemas energéticos. Com o avanço da automação e uma maior amplitude de uso das fontes naturais de energia, a necessidade do homem, como peça motora essencial da estrutura de produção, vem se tornando cada vez mais dispensável. Daí o maciço desemprego grassando indiscriminadamente e já atingindo de modo brutal os centros de poder do chamado Primeiro Mundo.

A substituição do homem pela máquina - que nada mais são que conversores de energia - faz-se com enorme ganho na produção de riqueza e de poder, o que naturalmente poderia trazer vantagens para todos. Essa era uma velha aspiração da Humanidade e da Ciência. No entanto, transformou-se em refém do poder do capital financeiro, a serviço do neoliberalismo, esquecendo-se de seus compromissos com o Homem. Quando o resultado do trabalho da máquina fica exclusivamente nas mãos do capital financeiro, cada vez mais concentrado em poucas mãos, poucas esperanças se poderão ter com o futuro da Humanidade.

Quando a energia motora do homem era essencial na produção, esse podia disputar com o capital financeiro uma parcela, embora pequena, no rateio dos resultados. Hoje, com a capacidade tecnológica de usar amplamente o patrimônio energético da natureza, sua participação é dispensável, tendo perdido, assim, seu efetivo poder de barganha. Como quase a totalidade dos homens e suas famílias dependem para sobreviver das recompensas obtidas pelo seu trabalho, ao ser dispensável sua contribuição ante o detentor do capital financeiro - dono das maquinas e, portanto, da energia útil - o seu destino

é a inutilidade o desespero e a morte, enquanto a produção de riqueza aumenta de modo fantástico. Essa situação criou uma dinâmica de transformação para uma nova ordem e uma nova divisão internacional do trabalho que fundamenta os princípios e a razão do neoliberalismo e prevê gravíssimas consequências.

Os efeitos já chegaram no centro do poder. Os países-membros da OECD, hegemônicos e beneficiários do trabalho e da riqueza do mundo, já apresentam neste ano de 1994 a assustadora cifra de 34 milhões de desempregados, junto a 15 milhões de subempregados. No Terceiro Mundo campeia o genocídio programado, visando exterminar três quartos da humanidade, antes que se transformem em revoltados. É a lógica do materialismo consumista e concentrador...

Nenhuma revolução até hoje questionou as bases físicas que suportam a existência dos grupamentos humanos, que, ao longo da história, tem na forma energética em uso seu elemento crucial. O livro /As *Servidões do Poder,* dos autores franceses llemery, Debier e Deleage, traduzido por Sérgio de Salvo Brito para a Editora da Universidade de Brasília e que ganhou o título anódino de *Uma História da Energia,* reinterpreta o papel das formas de energia na criação, evolução e decadência das grandes Civilizações. As circunstâncias atuais de irreversível crise energética mundial são também analisadas em profundidade.

Os elementos da natureza que conformam os ecossistemas da biosfera e que são essenciais para a formação e manutenção dos grupamentos humanos não fazem parte dos parâmetros e variáveis que baseiam as teorias econômicas que governam o mundo e não se submetem às regras estabelecidas por essas teorias.

Por esse motivo, conferir a essas teorias os veredictos de última instância que dirigem em caráter determinante a evolução das sociedades humanas e que estabelecem os condicionantes de sua própria vida, corresponde a submeter o Homem e a Natureza a um determinismo estranho a suas leis e princípios, que os conduzirá ao desastre.

A crise com a qual a humanidade confronta-se está diretamente vinculada à preservação de uma certa qualidade e

quantidade de dotes energéticos que a natureza caprichosa- mente reserva a determinados temtorios nacionais. Qualquer política que se preze necessita, portanto, garantir a preservação de um lote mínimo essencial à sobrevivência nacional. Tudo deve ser feito na tentativa de ampliá-lo, procurando dele tirar, pela via tecnológica, o máximo de energia útil, em benefício de todos. Isso é o que, precisamente, o neoliberalismo pretende extirpar dos brasileiros.

É crucial, assim, garantir por todos os meios o domínio sobre esses patrimônios energéticos pelas únicas estruturas jurídico-institucionais que têm compromissos com a população e estão diretamente vinculados à preservação de grupamentos humanos historicamente estabelecidos. Essas estruturas são os Estados-Nação.

Por tudo isso, a prática imposta de submeter a vida nacional em todos seus aspectos, humanos, espirituais, sociais, políticos e históricos ao imperativo ideológico de uma terminologia exclusivamente economicista - basicamente financista, embutida na doutrina neoliberal -, desvia a discussão de nossas questões fundamentais, que estão longe de ser de natureza econômica - de interesse exclusivo de corporações aéticas - e nos conduz como povo ao desastre coletivo.

Como vimos, podemos recontar com mais precisão e inteligência a história de todas as civilizações, analisando as formas de energia que fundamentaram suas origens e evolução. O bem-estar dos povos depende da disponibilidade de formas adequadas, de sua abundância, perenidade e facilidade de uso; ou seja, do domínio das tecnologias que permitem, em benefício o homem - de todos os homens - utilizar convenientemente as formas energéticas primárias que se encontram na natureza.

A energia nao se cria nem se destrói, apenas se transforma. Quem tem energia pode existir, crescer, desenvolver-se, fazer Historia e viver. Quem não tem fica dependente, vulnerável. E pode desaparecer, exaurir-se. Será o fim de sua historia. Quem controla a energia tem poder. Não basta tê-la em seu teritorio, é preciso deter o controle sobre ela. A Arabia Saudita tem muito petroleo, mas não detem o seu controle. Os donos são

grandes corporações transnacionais petroleiras, garantidas por forças militares dos EUA. com poder nuclear.

Lamentavelmente, os tecnocratas e os políticos que dirigem o país ignoram tudo isso. ignoram o que fundamenta a produção e a riqueza, a principal fonte de poder, e, consequentemente como ignoram, podem ser facilmente manipulados... Eles só cuidam do controle numérico do financeiro, do “papel pintado”, mesmo que falso. para proteger os poderosos, internos e externos, que controlam esse fraudulento sistema. Os banqueiros e especuladores internos não têm qualquer compromisso com a Nação, somente cuidam de seus bolsos e são de cobiça ilimitada. Nem se preocupam com a tragédia que causam, devastando a saúde e o bem-estar da maior parte de seus compatriotas. Para eles não existe Pátria, por isso não reconhecem o nosso povo como composto de compatriotas. Os segundos, os de origem externa, estão aqui para explorar ao máximo, para resolver o seu próprio bem-estar e o poderio de suas nações à custa de nossa miséria, de nosso desespero. Isso ocorre, no entanto, porque o Brasil não tem a frente do Estado nem nas classes dirigentes homens dignos e de coragem que se deem a respeitar e respeitem o povo, a quem deveriam servir. Faltam-lhes dignidade, coragem e competência. São servis com os poderosos, insaciáveis em seu próprio benefício e prepotentes para com o povo.

Os países hoje hegemônicos, todos situados em regiões temperadas e frias do Hemisfério Norte, devido à extrema pobreza em fontes energéticas permanentes, procuraram o caminho de sua viabilidade por meio de fontes fósseis, ou seja, fontes não renováveis, inicialmente o carvão mineral e depois o petróleo, neste último caso com a quase ausência de reservas em seu território.

A influência desses países sobre o restante do mundo levou os demais, mesmo os situados em regiões tropicais, a adotai de forma extensiva e intensiva a mesma forma energética fóssil, ou seja, o petróleo. A maior e mais importante parte da estrutura produtiva e da vida do País está baseada em duas formas energéticas: o petróleo e a hidreletricidade. Todos os grandes investimentos do desenvolvimento nacional estão fundamentalmente

Ligados a exploração geração e uso desses energéticos. Praticamente também quase todas as tecnologias em uso no País foram agregadas nos países hegemônicos e estão baseadas em formas energéticas fosseis.
Esse perfil leva ao uso absoluto do petróleo no setor de transportes, que se concentra em 80% em rodovias, com gravíssima irracionalidade em relação ao uso de hidrovias e ferro ^ ao contrário do que seria recomendável em continente como o nosso, com grandes distâncias a percorrer, imensas áreas a serem ocupadas, extensa costa marítima e excepcionais vias fluviais navegáveis. Na maioria dos países ditos desenvolvidos, sem essa potencialidade brasileira, a participação das rodovias, com custos de transporte muito mais caros, e substancialmente menor. Em contrapartida, o uso de petróleo e carvão mineral para a produção de calor industrial e na geração de eletricidade é reduzido entre nós, ao contrário do que acontece nos países hegemônicos. Nestes, por causa de duros invernos, há ainda ponderável consumo de petróleo para o aquecimento.

Toda esta realidade inconteste de consumo intensivo e extensivo de petróleo entre nós, apesar disso, em situação menos grave do que nos países hegemônicos, mas, mesmo assim, ainda de essencial dependência para a vida nacional. Por tudo isso, é exigido de todos os que temos responsabilidades com o País posicionamento claro, vigoroso e enérgico em torno à preservação da nossa PETROBRÁS como empresa de economia mista sob o controle do Estado e do Monopólio Estatal do petróleo. Sendo uma das maiores empresas do mundo, e das mais eficientes, em seus 40 anos de existência, a PETROBRÁS sempre soube garantir de modo seguro o fornecimento de derivados de petróleo à população, nos difíceis momentos por que vimos passando, nesses últimos 20 anos de crise energética mundial. E ela o faz com preços ao público que estão entre os mais baixos do mundo. Ademais, sua reconhecida competência em prospecção e exploração de petróleo tem conseguido excepcionais resultados vantajosamente comparativos com qualquer outra corporação do setor.

A grande problemática do petróleo no mundo é o volume já muito limitado de suas reservas e o descompasso entre o aumento de consumo e o ritmo cada vez mais decrescente de novas descobertas. Já em 1972, o Clube de Roma advertia quanto à incompatibilidade entre o excessivo consumo de recursos não renováveis dos países ditos ricos e as respectivas reservas mundiais. No caso do petróleo, a questão explodiu em seguida com o embargo, em setembro de 1973, e repetiu-se em nova crise de preços em 1979. Desde então, a situação em nada se alterou, pelo contrário, aumentou sua gravidade, apesar de medidas de racionalidade e economia nos principais países consumidores.

A rigor, houve gigantesca manipulação via sistema financeiro internacional, para manter a aparência de que nada de grave estava acontecendo. Simultaneamente, a OPEP, organização que tinha conseguido reunir os principais produtores para enfrentar as pressões das grandes potências consumidoras, foi praticamente anulada. Para isso contribuiu a guerra entre o Irã e o Iraque, da qual saíram destroçados. Seguiu-se a queda do preço do petróleo que reduzia os ingressos em momento que dependiam desses recursos para promover as respectivas reconstruções, especialmente do último que tinha grandes dívidas com a Arábia Saudita e o Kuwait e cujos serviços eram impossíveis de serem pagos com os elevados níveis então alcançados pelos juros. Isso levou o Iraque, após reiteradas provocações, a invadir o Kuwait, sofrendo assim o que todo o mundo conhece e que resultou no esmagamento de seu povo e na ocupação militar pelos EUA do Kuwait e da Arábia Saudita, o que, com grande probabilidade, era o objetivo principal. Com essa ocupação, o que já era bem conhecido ficou evidenciado: *o controle do petróleo é hoje uma questão de natureza militar.* As despesas militares dos EUA para garantir esse controle no Oriente Médio, onde se localiza mais de 60% das reservas que sobram no planeta, fazem que o custo por cada barril importado por aquele país ascenda a cerca de cem dólares, enquanto a chamada economia de mercado coloca o preço do barril abaixo de 20 dólares... Formas nobres de energia sempre foram consideradas estratégicas. O petróleo, entretanto

são como vimos. hoje. objeto de estratégia militar. E os tartufos da economia mundial querem convencer os idiotas de que o petróleo é uma *commodity...*

As reservas mundiais de petróleo mal dão para 30 anos, isso implica em que as nações com baixo consumo não poderão aumentar suas demandas porque a pequena minoria hegemônica. que já consome mais de 80% do global, sem outras alternativas, quer controlar essas reservas paia suas expansões econômicas. Podemos, assim, avaliar o que essas potências, em sua habitual truculência, poderão fazer com as nações que mais necessitam elevar o nível de bem-estar de seus povos, pelo uso de suas próprias reservas de petróleo. Essa é a razão pela qual necessitamos garantir, a qualquer custo, o monopólio estatal do petróleo e manter a PETROBRÁS sob o controle do Estado brasileiro, sem irresponsáveis parcerias ou outras malandragens, quaisquer que sejam as pressões externas. O presidente Kennedy já dizia que "governar é administrar pressões". *O monopólio estatal é a nossa grande arma nessa questão que implica na sobrevivência da Nação brasileira.*

Os EUA dilapidaram perdulariamente em curto espaço de tempo 160 bilhões de barris de petróleo, restando-lhes agora menos de 30 bilhões; ou seja, detêm reservas em seu território para apenas 5,7 anos. E, nos últimos anos, essas reservas vêm diminuindo a taxas de 6% ao ano. As outras duas grandes potências econômicas, Japão e Alemanha, não dispõem de petróleo em seus territórios. Outros grandes consumidores, como França, Itália, Inglaterra, ou não dispõem de reservas ou as têm decadentes. Como sair, então, dessa situação desesperadora sem procurar tomar o patrimônio natural de outros povos? Essa situação refere-se não exclusivamente ao petróleo, mas à maioria dos recursos naturais não renováveis. O senhor Henry Kissmger, em pleno ápice de poder, no final dos anos 70, deixou claro o que depois veio a se transformar em amarga realidade, ao dizer: "Os *países industrializados não poderão viver à* sua disposição os recursos naturais são renováveis do planeta, a um preço próximo do custo de extração e transporte, ou seja nenhum valor patrimonial, e, se levadas, sua perda de

relação de troca seja pelo reajustamento correspondente aos preços de seus produtos de exportação. *Para* tanto, países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões, de constrangimentos, garantidores da consecução de seu intento."

Isso, naturalmente, explica a violência contra a soberania nacional da maioria dos povos com os resultados da Rodada Uruguai do GATT. Na sua nova íorma, a Organização Mundial de Comércio (OMC) poderá até superar o FMI e o Banco Mundial em suas deletérias ações contra a humanidade, sempre favorecendo os prepotentes e predadores e dessangrando os desfavorecidos.

Na Conferência Mundial de Energia em Montreal, em 1989, A. Church do Banco Mundial informava que interesses do Norte iriam "investir" no Sul cem bilhões de dólares por ano. durante dez anos, para resolver o problema energético. Deles, naturalmente... Esse fato foi depois confirmado por Bill Clinton pouco antes de sua posse, apenas estendendo o prazo para 15 anos. Clinton, então, convocava empresários americanos para a grande aventura. Neste caso, o Sul significa, evidentemente, o Brasil. E essa quantia estapafúrdia de um trilhão de dólares, o que significa senão nossas estratégicas empresas energéticas, além do patrimônio hidrelétrico e das reservas de petróleo descobertas e inferidas pela PETROBRAS? E, ademais, a Amazônia... Não esqueçamos que os trópicos, especialmente os trópicos úmidos, detêm 90% do patrimônio genético do planeta, base insubstituível para a Terceira Revolução Industrial, a ser promovida pela biotecnologia. Essa é a razão da hedionda Lei das Patentes, que o Governo norte-americano quer impor ao Congresso brasileiro, ameaçando com represálias comerciais nas exportações brasileiras e que deriva da exorbitância da Rodada Uruguai do GATT ao pretender sobrepor-se aos parlamentos nacionais. Por essa lei seria concedida patente sobre microrganismos, que são a base desse patrimônio genético. Sendo a patente uma reserva de mercado de natureza mono- pólica, de âmbito mundial, meia dúzia de corporações passariam a deter esse monopólio sobre a base da vida. na agricultura, pelas patentes de sementes e insumos agrícolas a

elas vinculados; na fantástica farmacopeia natural brasileira e nos alimentos Segundo informamos anteriormente neste capítulo tal monstruosidade *irá promoveram novo e espantoso fluxo de recursos do Sul para o Norte ordem de 61 bilhões de dólares por ano...* Não há, nesses termos, condições de sobreviver' É simplesmente assustador que candidatos à Presidência da República nem sequer toquem nessas gravíssimas questões, estando especialmente o senhor Fernando Henrique Cardoso comprometido com esse nefando projeto, tendo sido, quando Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, seu principal promotor. Esperamos que seu posicionamento, nesta e em outras questões fundamentais, ligadas diretamente à própria sobrevivência da Nação, corresponda às novas responsabilidades que assumiu como presidente de todos os brasileiros e não mais a de um candidato a uma eleição que tudo joga para ganhá-la, em processo que necessita de substanciais apoios financeiros, em geral, em nãos antinacionais. Esta é a esperança fundamentada de todos os que têm compromissos com o Brasil.

Muito antes das reservas de petróleo serem exauridas, a maioria dos países não terão mais acesso a elas, mesmo se localizadas em seus territórios. Elas passarão a ser controladas por forças militares das potências hegemônicas para garantir-lhes o suprimento necessário, enquanto dure.

Mesmo com medidas dessa natureza, o fim do petróleo é inexorável para aquelas potências, muito pobres em recursos energéticos renováveis por estarem todas situadas em regiões temperadas e frias. Só as regiões tropicais - com extensões não ocupadas do ponto de vista econômico e com grande disponibilidade de água -, podem pensar em soluções permanentes sem o constrangimento de ter de tomar, na prática, dos outros, pela violência ou por meio de ardilosos estratagemas, como é o caso da Lei das Patentes, seus estratégicos territórios tropicais.

Resta-lhes, a essas potências, no entanto, a via nuclear, com a imensa insegurança que implica e os gravíssimos riscos de contaminação dos rejeitos radioativos, especialmente o plutônio, com mais de cem mil anos de vida média. Um micrograma de plutónio mata uma pessoa, ou seja, cinco quilos de plutônio

são suficientes para matar a atual população da Terra Cada reator nuclear produz mais de cem quilos de plutônio por ano.

Assim, a solução da questão energética mundial passa pelo trópicos, pois, para isso, o património genético é fundamental A única maneira possível de captar e armazenar grandes quantidades de energia solar, de dimensões compatíveis com as necessidades futuras, é através da fotossíntese dos vegetais produzindo os hidratos de carbono: celulose, açúcares, amidos, óleos vegetais etc., que tomam a designação genérica de biomassa. Esses hidratos de carbono podem ser usados diretamente como formas energéticas primárias ou transformados em Lais por processos de fermentação com bactérias ou enzimas, e hidrólise, também com enzimas ou ácido etc. Quase todos já dominados no Brasil, em escala industrial. Estamos, por tudo isso, predestinados a sermos a grande Civilização dos Hidratos de Carbono, em vez daquela decadente dos hidrocarbonetos que vive seus estertores, pois derivam de combustíveis fósseis, em extinção, ou altamente desestabilizadores do equilíbrio termodinâmico da ecosfera.

Nos países hoje industrializados, todos situados ao Norte do Trópico de Câncer, as aplicações energéticas da biomassa serão sempre marginais, pois sua aplicação generalizada é inviabilizada pela baixa incidência média de energia solar sobre seus territórios e pela carência de grandes extensões territoriais adequadas para esse fim.

Por lamentável mimetismo cultural, tende-se, no Brasil, a encarar esta forma de energia como algo complementar, de aplicação restrita a situações excepcionais e a casos isolados.

É necessário, entretanto, atentar para os fatos, para a realidade. Contrastando com o que ocorre nos países de clima temperado, a potencialidade energética da biomassa tropical é imensa. *Contudo, sendo a energia a grande fonte de poder mundial, é natural que sua oferta abundante e renovável nos trópicos seja desencorajada pelas estruturas que dominam mundialmente as demais fontes significativas de energia.*

Para que se possa ter ideia das dimensões energéticas do que estamos falando, utilizemos índices já comprovados na experiência brasileira, a saber.

a) 30% do território brasileiro é constituído de terras impróprias para a agricultura convencional, mas aptas à exploração florestal. Com os níveis de produtividade da Acesila Energética, alcançados no Vale do Jequitinhonha, já em fins dos anos 70, pôde-se, com a formação de florestas energéticas, obter *uma produção sustentada por ano equivalente a cerca de dez bilhões de barris de petróleo. Ou seja, por ano, o equivalente a um terço das reservas globais de P*etróleo norte-americanas;

b) Entre centenas de óleos vegetais tropicais aptos a substituir o óleo diesel obtido do petróleo, tomemos como exemplo o óleo de dendê, com nível de produtividade conservador. Utilizando os 70 milhões de hectares na Amazônia e 2 milhões no sul da Bahia, aptos ao plantio de dendê, com produtividade média de 4 toneladas por hectare por ano, *chega-se a uma produção potencial de 6 milhões de barris/dia de óleo diesel vegetal. Ou seja, cerca de cinco vezes o consumo total de petróleo no Brasil hoje. Com motores Elsbett, ciclo diesel, pode-se utilizar esses óleos "in natura", podendo perfazer 40 quilômetros por litro;*

c) Com produtividade já alcançada em setores do PRO-ALCOOL e com tecnologia já dominada a partir de cana-de-açúcar ou de mandioca, com 1% do território brasileiro, *alcançar-se-ia uma produção anual de 50 bilhões de litros ou o equivalente a 880 mil barris/dia de álcool etílico.*

Extrapolando-se esses exemplos para o contexto internacional pode afirmar-se que *o mundo tropical poderia suprir, praticamente, todas as necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por um período de tempo praticamente ilimitado.*

Em definitivo, por suas potencialidades de promoção económica e social e sua extensão quantitativa, a biomassa pode constituir-se, a médio prazo, no principal pólo dinâmico de

desenvolvimento do mundo tropical e, a mais, poderosa alavanca de alteração da estrutura de poder mundial.

Estando a biomassa distribuída em ambientes ecológicos específicos em todo o território continental brasileiro, sua utilização ganha conotação intrínseca de profunda descentralização sócio-económica, o que dá possibilidade a uma distribuição adequada de riqueza em todos os recantos do País As falsa promessas eleitoreiras de descentralização ganham por essa via foros de realidade, mas sua exequibilidade depende de uma forte vontade nacional. Essa disponibilidade energética descentralizada em praticamente todo o território cria condições excepcionais para uma revisão profunda do sistema nacional de transportes e de ocupação populacional de imensas regiões hoje desocupadas. O seu reflexo imediato é o desinchamento das grandes megalópoles brasileiras em sua crítica situação de insegurança e desordem generalizada por meio da criação de muitos milhões de empregos no campo e em vilas e cidades de médio e pequeno porte, constituindo-se em uma verdadeira marcha para o Oeste. Há ainda a possibilidade crucial de ocuparmos com brasileiros imensos espaços expostos à cobiça estrangeira...

Como consequências econômicas de grande porte destacamos a possibilidade de construção de termoelétricas alimentadas a biomassa. sem restrições de tamanho, indo ao encontro das dimensões da demanda e eliminando, de modo drástico, linhas de transmissão de custos elevadíssimos. Também, a possibilidade de siderúrgicas limpas, descentralizadas, com uso de carvão vegetal como combustível e como redutor, são uma perspectiva que pode colocar o Brasil como o maior produtor mundial de aço.

Como vimos destacando, porém, desde o início deste trabalho, a mudança da matriz energética brasileira, para compatibilizá-la com os grandes potenciais das regiões tropicais, exige alteração profunda de gigantesca estrutura preexistente, com investimentos a exigir retornos condizentes e imenso espectro de tecnologias a serem substituídas ou adaptadas a uma nova forma energética extensiva. Isso necessita naturalmente perio-

do de maturação, em cuja evolução são elementos essenciais a prudência e o vigor. As formas energéticas atualmente predominantes devem manter-se ainda durante certo tempo, com papel essencial, porém sujeitas a avaliações consecutivas de ajuste nas quais serão permanentemente medidas as velocidades do ajuste. Isso. entretanto, exige forte poder de decisão, sob pena de podermos ser surpreendidos por uma desastre nacional decorrente de colapso mundial de fornecimento de petróleo. Para levar avante essas tarefas são necessárias poderosos e adequados instrumentos. O primeiro deles é a própria PETROBRÁS. Não se justifica que vivendo o mundo há mais de vinte anos uma profunda crise energética, em que novas formas extensivas são ansiosamente procuradas, se mantenha nossa principal empresa de energia confinada a uma forma restrita e convencional. Já em fevereiro de 1987, Melvin Calvin, Prêmio Nobel de Química, dizia que a PETROBRÁS era uma das últimas empresas exclusivamente de petróleo do mundo, devendo-se transformar imediatamente em uma empresa de energia, ajustando-se, portanto, à realidade da sociedade, em função da qual existe. Isso não significa que ainda por um longo período vá deixar de atuar, de modo predominante, nas múltiplas atividades vinculadas ao petróleo, que exigem forma integrada de ação, e cujas atividades estão perfeitamente delineadas e amadurecidas pela empresa. Energia é uma dimensão física única que se modifica de uma forma em outra, continuando, porém, sendo sempre energia. Confinar uma empresa à geração ou transformação de uma forma determinada de energia é estabelecer limites para sua eficiência. É um verdadeiro atentado ao Primeiro Princípio da Termodinâmica que estipula que a energia não se cria nem se destrói, apenas se transforma. O que deve comandar sua vocação é a maior ou menor abundância de fontes energéticas primárias e as circunstâncias do contexto socioeconômico onde estão localizadas. Na pior das hipóteses, a PETROBRÁS deveria ocupar o espaço dos combustíveis líquidos e gasosos, de origem fóssil ou não, fortalecendo a iniciativa de empresas brasileiras que já atuam extensamente na produção de combustível renovável.

A disponibilidade de energia é, como vimos, a condição básica para a existência e formação de agrupamentos humanos permanentes. A mobilização das diferentes formas de energia organiza-se no interior cie sistemas cujas dimensões são ao mesmo tempo sociais, políticas e culturais, formando os chama dos sistemas energéticos. O conjunto desses sistemas, como vimos, está hoje em processo de deterioração e um dos desafios cruciais do futuro é a busca de caminhos para uma transição tendo por base a substituição energética intensiva e extensiva nunca se questionou as bases materiais da organização social existentes para suportar esses sistemas. No entanto, nenhuma alternativa social permanente será mais concebível se não implicar em um novo sistema energético.

As empresas básicas e estratégicas, com participação do Estado, terão crucial papel no ajuste da matriz energética brasileira à nossa realidade e à crise mundial do petróleo, assim como foi essencial a PETROBRÁS garantindo a distribuição na implantação do PRÓ-ÁLCOOL. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, levando em conta sua experiência no setor florestal, e a Acesita Energética, ex-Acesita Florestal, mesmo que privatizada, se continuar em mãos nacionais, a ELETROBRÁS, especialmente a Eletronorte e a CHESF, entre outras, terão também importante papel na gigantesca tarefa que a oportunidade histórica no campo energético proporciona para construir um Brasil poderoso e justo.

Com a convicção baseada na potencialidade física e humana brasileira e a confirmação da ciência, podemos conclamar estar nossa Sociedade ante sua maior oportunidade histórica, talvez única. Para fazer jus a ela é essencial que nos voltemos para nossos imensos patrimônios naturais, no momento em que as potências hegemônicas veem os seus próximos da exaustão. Cria-se, assim, estupendo desafio de coragem e competência, quando vemos a demolição do Estado ocorrer aos nossos olhos com inacreditável brutalidade, fruto da especulação, do egoísmo, da maldição da perda da autoestima, do desamar à Pátria e aos próprios filhos.

Este livro procurou mostrar o que está sendo feito paia impedir que sejam alcançados nossos objetivos nacionais, o

dia ter havido até aqui o atenuante de que a dinâmica demolidora que nos assola não tenha sido mostrada com toda clareza. Transformada em fatos, porém, como modestamente procuramos evidenciar, ninguém mais pode afirmar que a desconhece. Antes, tal postura poderia ter levado alguns ao desinteresse ou ao esconderijo; hoje, não há mais razão para desconhecê-la, somente cabe a trincheira. Nessas circunstâncias, portanto, a omissão e a conivência serão crimes de alta traição.

Outubro de 1994

A EDITORA

V VOZES

SEDE

petrópolls, RJ
(25689-900) R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023 Tel.: (0242)
43-5112 Fax: (0242) 42-0692

LOJAS Bauru, SP

(1 7015-002) Av. Rodrigues Alves 10-37
Tel.: (0142) 34-2044 Fax: (0142) 34-3301

Belo Horizonte, MG

(30190-060) R. Tupis, 114 Tel.: (031) 273-2538 Fax: (031) 222-4482

Brasília, DF

70730-516) SCLR/Norte, Q. 704
Bloco A, N° 15 Tel.: (061) 223-2436
Fax: (061) 223-2282

Campinas, SP

(1301 5-002) Rua Br. de Jaguara, 1164
Tel.: (0192) 31-1323 Fax: (0192) 34-9316

Cuiabá, MT

(78005-600) **Av.** Gefúlio Vargas, 381 Tel.: (065) 322-6967 Fax: (065) 322-3350

Curitiba, PR

(80230-080) R. 24 de Maio, 95 Tel.: (041) 233-1392 Fax: (041) 233-1513

Fortaleza, CE

(60025-100) R. Major Facundo, 730 Tel.: (085) 231-9321 Fax: (085) 221-4238

Goiânia, GO

(74023-010) R. 3, N°291 Tel.: 062 225-3077 Fax: 062 225-3994

Juiz de Fora, MG

(36010-041) R. Espírito Santo, 963 Tel.: 032) 215-9050 Fox: 032)215-8061

Londrina, **PR**

(86010-390) Ruo Piauí, 72 Loja 1 Tel.: (043) 325-7167 Fax: (043) 337-3129

(90010-273) R. Riachuelo, 1280
Tel.: (051)226-3911
Fax: (051)226-3710

Reelle, PE

(50050-410) R. do Principe, 482
Tel.: (081)221-4100
Fax:(081)221-4180

Rio de Janeiro, RJ

(20031-201) R. Senodor Dontos,U8-I
Tel.: (0211 990.«^
Fax: 021)220-8546
021)220-6445

Salvador, BA

(40060-410) R. Carlos Gomes, 698-A
Tel.: (071) 241-8666 Fax: (071) 241-8087

São Paulo, SP 1

(01006-000) R. Senador Fe\\6, 168
Tel.: (011) 606-2288 Fax: (011) 607-7948

São Paulo, SP 2

(01414-000) R. Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611 Fox: (011)258-2841

Escritórios Comerciais

Campo Grande, MS

(79002-184) R. Dom Aquino, 1789 conj. 37, 3º andar Tel.: (067 384-1535 Fax: (067 383-2498

Florianópolis, SC

(88101-000) Av. Pres. Kennedy, 698 sola 415 - Campinas - S. José Tel. e Fax: (048)241-1007

Vitória, ES

(29010-250) R. Alberto de Oliveira Santos, 59 - Edif. Ricamar sola 709 - 7º andar Tel. e Fax: (027)222-1344

Escritórios

Rio de Janeiro, RJ

(20211-130) R. Benedito Hipólito, 1
Tel.: (021)224-0864 Fax: (021) 252-7528